

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Especialização Globalização e Ambiente

Os Problemas Ambientais em Cabo Verde: *Políticas e Medidas
de Protecção Ambiental*

Estudo do Caso Comparativo “Praia Vs São Salvador do Mundo”

ERMELINDO P. FERNANDES

JULHO DE 2011

Os Problemas Ambientais em Cabo Verde: *Políticas e Medidas
de Protecção Ambiental*

Estudo do Caso Comparativo “Praia Vs São Salvador do Mundo

Trabalho Realizado para obtenção do Grau de Mestrado em Ciência Política e
Relações Internacionais

Especialização Globalização e Ambiente

Orientadora

Doutora: Ana Catarina Pereira Mendes Leal

Realizado por: **Ermelindo P. Fernandes**

04-07-2011

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o trabalho da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas e na bibliografia.

Candidato _____

Lisboa, de 2011

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A Orientadora _____

Lisboa,de.....2011

Dedicatória pessoal

Aos meus pais:

Sábias pessoas que me ensinaram
A trepar nas montanhas e catar água nas nuvens e
a remar sobre as águas do mar à procura de novos
horizontes.

AGRADECIMENTOS

Acredito que, a concretização desta dissertação só foi possível graças ao envolvimento, incentivos e apoios de várias instituições; de professores; amigos e familiares. Por isso gostaria de deixar-lhes os meus agradecimentos.

Começo por destacar de forma muito particular, a *Doutora Ana Catarina Pereira Mendes Leal*, pela sua prontidão demonstrada em levar este projecto em avante e pelo interesse incondicional no acompanhamento do processo e desenvolvimento desta pesquisa, apesar de outras ocupações. Agradeço os apoios, as críticas, sugestões e disponibilidade durante este período de dois anos, primeiro como professora depois como orientadora.

Um agradecimento também especial à Professora Doutora *Teresa Ferreira Rodrigues* na qualidade de Coordenadora do curso de Mestrado da *CPRI*, pela sua disponibilidade, incentivo e simpatia.

Gostaria de deixar umas palavras de Agradecimento ao Governo português que através de suas políticas de cooperação com Cabo Verde, particularmente ao Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (*IPAD*), tem atendido o pedido de uma bolsa de estudos sem a qual o projecto ficaria comprometido.

Expresso ainda, os meus agradecimentos ao Governo de Cabo Verde e ao Ministério da Educação por ter permitido a minha colocação em Comissão Eventual de Serviços durante este período para participar neste projecto e programa de mestrado.

É salutar ainda, endereçar, um reconhecimento de gratidão às minhas famílias, meus amigos pelos apoios prestados. Reconhecimento extensivo a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para o sucesso deste projecto.

Aos colegas da Universidade Nova de Lisboa (UNL), colegas e professores de Mestrado, não posso deixar de manifestar um agradecimento pelos momentos de companheirismo e de amizade partilhados ao longo dos dois últimos anos. Um obrigado muito especial à NEC-NOVA e seus Presidentes pelo acolhimento e amizade que nos dedicou.

E, finalmente, não seria um acto de heresia, dedicar umas palavras aos meus filhos a quem, um dia, ficará entregue a perenidade do projecto.

Obrigado a todos

Resumo

OS PROBLEMAS AMBIENTAIS EM CABO VERDE: Políticas e Medidas de Protecção Ambiental

Estudo do Caso Comparativo **“Praia Vs São Salvador do Mundo”**

Palavras-chave: alterações climáticas, desenvolvimento sustentável, pobreza, saneamento básico, escassez de água, gestão urbana.

A presente dissertação teve como finalidade analisar os Problemas Ambientais em Cabo Verde, com destaque para as políticas e medidas implementadas no período que decorre de 1975 a 2010. Para tal, centrou-se no confronto de resultados de estudos que permitiram uma comparação entre os Concelhos da Praia e de São Salvador do Mundo, localizados no sul e no centro da ilha de Santiago, respectivamente.

Como ponto de partida, fez-se uma caracterização climática/ambiental do país, salientando a sua fragilidade ambiental através de uma estreita ligação entre as suas características naturais e o estado de ambiente para delinear a evolução das medidas políticas e jurídicas tomadas no sentido de combater ou minimizar os problemas existentes. Todo o trabalho empírico foi realizado nos concelhos acima referidos, com base nos inquéritos efectuados junto dos moradores, escolas, técnicos e políticos que lidam com a problemática ambiental nesses Concelhos. Posteriormente, foi possível analisar profundamente as principais causas da degradação ambiental nos dois Concelhos como a pobreza, a escassez de água, o saneamento básico, o aumento da população, o êxodo rural e as construções clandestinas, estabelecendo uma correlação entre estas e o desenvolvimento económico-social e a qualidade de vida dos seus habitantes. Finalmente, expôs-se o trabalho realizado e o que se perspectiva fazer para sua mitigação, privilegiando a vertente pedagógica, destacando a importância do envolvimento de grupos comunitários para prossecução de acções diversificadas de sensibilização, de programação e da formação em paralelo com o reforço de fiscalização para melhor aplicação de normas existentes.

ABSTRACT

ENVIRONMENTAL PROBLEMS IN CAPE VERDE: Policies and Measures for Environmental Protection. Comparative case study of "Praia Vs São Salvador do Mundo"

Ermelindo P. Fernandes

Keywords: climate change, sustainable development, poverty, sanitation, water scarcity, urban management.

The objective of this dissertation is to understand the environmental problems in Cape Verde, with emphasis on the politics and measures implemented from 1975 to 2010, focusing on the comparison of results of studies that allowed a comparison between two Councils (Praia e São Salvador do Mundo), located in the south and center of the island of Santiago, respectively.

As a starting point, it was a characterization of climate / environmental situation, stressing it's fragility environment through a close connection between natural features and state of the environment to shape the evolution of politician and legal measures taken to combat or minimize the problems existing. All empirical work was conducted in the councils mentioned above, based on opinion surveys of residents, schools, planners and politics makers and dealing with environmental issues in these Councils. This study also allowed us to analyze thoroughly the main causes of environmental degradation in the two municipalities such as poverty, the scarcity of water, sanitation, population growth, rural migration, illegal constructions, establishing a correlation between these and economic development -social and quality of life of its inhabitants. Finally, it exposes what has been done and what are perspective do to mitigate it's effects, focusing on pedagogical trends, highlighting the importance of involving community groups to pursue various activities to raise awareness, programming and training in parallel with the strengthening of supervision for better enforcement of existing standards.

RESUMÉ

PROBLÈMES DE L'ENVIRONNEMENT EN CAP VERT: Les politiques et mesures de protection de l'environnement. Étude de cas comparative de "**Praia Vs São Salvador do Mundo**".

Ermelindo P. Fernandes

Mots-clés: changement climatique, développement durable, la pauvreté, l'assainissement, la rareté de l'eau, la gestion urbaine.

Cette étude visait à analyser les problèmes environnementaux au Cap-Vert, en mettant l'accent sur les politiques et mesures mises en œuvre dans le long de 1975 à 2010, en se concentrant sur la confrontation des résultats des études qui ont permis une comparaison entre les municipalités de (Praia et São Salvador do Mundo), situé dans le sud et le centre de l'île de Santiago, respectivement.

Comme point de départ, a été fait, une caractérisation du climat / l'état de l'environnement, en insistant sur son environnement fragile, parmi un lien étroit entre les caractéristiques naturelles et de l'état de l'environnement, pour décrire l'évolution de la politique et des mesures juridiques prises pour minimiser les problèmes existants. Tout le travail empirique a été mené dans les communes mentionnées ci-dessus, basée sur des sondages d'opinion des habitants, des écoles, des planificateurs et les décideurs politiques face aux problèmes environnementaux dans ces communes. Cette étude nous a également permis d'analyser en profondeur les principales causes de dégradation de l'environnement dans les deux municipalités telles que la pauvreté, la rareté de l'eau, l'assainissement, la croissance démographique, l'exode rural, les constructions clandestines, en établissant une corrélation entre ces derniers et le développement économique -sociale et la qualité de vie de ses habitants. Enfin, s'est exposé le travail effectué et ce qui devrait faire pour les atténuer, en se concentrant sur les tendances pédagogiques, en soulignant l'importance d'impliquer les groupes communautaires à poursuivre diverses activités de sensibilisation, de programmation et de la formation en parallèle avec le renforcement de la supervision pour une meilleure application des normes existantes.

Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	8
1.1. Definição Conceptual.....	8
1.2. O Percurso da Degradação	10
1.3. Evolução das Políticas Ambientais	18
CAPÍTULO II: ANÁLISE DA SITUAÇÃO AMBIENTAL EM CABO VERDE.....	30
2.1. Enquadramento geral.....	30
2.2. Os Recursos Ambientais, Caracterização e Classificação	38
2.3. Evolução da Política Ambiental em Cabo Verde	40
CAPÍTULO III: A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL: PAPÉIS E INSTRUMENTOS	47
3.1. O Papel do Poder Central	47
3.2. O Papel do Poder Local.....	51
3.3. O Papel das Instituições Públicas e Privadas	54
3.4. O Papel da Sociedade Civil	56
3.5. Instrumentos de Gestão do Ambiente	58
3.5.1. Instrumentos jurídicos.....	58
3.5.2. Instrumentos/Planos Institucionais.....	64
3.5.3. Caracterização dos Instrumentos de Política.....	67
3.5.4. Controlo Ambiental de Desenvolvimento.....	69
3.5.5. Articulação entre a Política de Ambiente/ Desenvolvimento.....	71
CAPÍTULO IV: PROBLEMAS E DESAFIOS AMBIENTAIS EM CABO VERDE	74
4.1.1. A Política Energética	75
4.1.2. As políticas públicas do Ordenamento do Território	80
4.2. O Ambiente e os Problemas Sociais.....	83
4.2.1. O Crescimento Urbano e Mudanças na Paisagem.....	83

4.2.2.	A Pobreza como factor de degradação Ambiental	86
4.2.3.	Importância da Educação na Protecção Ambiental	88
4.2.4.	Os Desafios do Século XXI	92
CAPITULO V: DOIS MUNICÍPIOS, DOIS CAMINHOS: O CASO DE ESTUDOS.....		95
5.1.	Breve apresentação do Concelho da Praia.....	95
5.1.1	Actividades Económicas	97
5.2.	Os Principais Problemas Urbanos.....	98
5.2.1	Êxodo Rural e os Bairros espontâneos	101
5.2.2	Abastecimento de Água Potável	103
5.2.3	Saneamento do Meio.....	105
5.2.4	Infra-Estrutura e requalificação urbana.....	109
5.3.	Picos São Salvador do Mundo	112
5.3.1	Um Município Emergente.....	112
5.3.2	Relêvo e Clima.....	112
5.3.3	Recursos Florestais	113
5.3.4	Recursos hídricos	114
5.3.5	Aspectos Demográficos	116
5.3.6	Actividades Económicas	116
CAPITULOVI: DESAFIOS E ORIENTAÇÕES DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NOS DOIS MUNICÍPIOS.....		119
6.1.	Análise Comparativa dos dois Municípios.....	119
6.2.	Cooperação Municipal e Parcerias.....	124
6.3.	Impacto das Medidas de Protecção Ambiental	127
6.2.	Soluções para Mitigação dos Problemas Ambientais.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		135
ANEXOS		151

INDICES DE FIGURAS

Figura 1- Ilhas de Cabo Verde e localização geográfica	30
Figura 2 - As interligações entre o sector do ambiente e outros conexos	37
Figura 3 - Evolução da População Urbana [1980-2010] e Distribuição da população actual.....	85
Figura 4 - Cidade da praia	95
Figura 5 - Lixeira.....	106
Figura 6 - Lixeira da Praia.....	106
Figura 7 – Relação meio Rural/Urbano	118
Figura 8 -Principais meios de evacuação de águas residuais.	121
Figura 9 - Abastecimento de água Potável	123

INDICES DE TABELAS

Tabela 1 - Potencialidades de ocupação do solo em Cabo Verde	34
Tabela:2 - Programas do governo e Prioridades.....	42
Tabela:3 - Instituições de investigação científica e suas actividades	54
Tabela:4 - Principais Instrumentos jurídicos	59
Tabela 5 - Factores que concorrem à degradação ambiental na Praia	111
Tabela:6 - Tabela Comparativa	134

SIGLAS E ABREVIATURAS

ADAD - Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento)

ADISACV- Análise e Desenvolvimento Institucional do Sector de Ambiente em Cabo Verde

AEB - Águas e Energia de Boa Vista

ANMCV - Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde

APN - Águas de Porto Novo

APP - Águas de Ponta Preta

APP - Área de Preservação Permanente

ARE - Agencia de Regulação Económica

AS - Anuário de Sustentabilidade

CBESA - Congresso de Engenharia Sanitária e Ambiental

CBD - Convenção Sobre a Diversidade Biológica

CCC - Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre as Mudanças Climáticas

CDEAO - Conselho de Desenvolvimento Económico da África Ocidental

CILSS - Comité Inter-Estado de Luta Contra a Seca no SAELL

CMP - Câmara Municipal da Praia

CNUAD - Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento

CNUMAD - Conferência da Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

COP - Conferences Of the Parties

CRCV - Constituição da República de Cabo Verde

CSA - Conservação de Solo e Água

DDT - Dicloro-Difenil-tricloroetano

DGA - Direcção Geral de Ambiente

DGAL - Direcção Geral da Administração Local

DGP - Direcção Geral das Pescas

DL - Decreto-lei

DNOT - Direcção Nacional de Ordenamento do Território

EDP - Energias de Portugal

EIA - Estudos do Impacto Ambiental

ENACOL- Empresa Nacional de Combustível S.A.

EROT - Esquema Regional de Ordenamento do Território

EUA - Estados Unidos da América

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro

FNUAP - Fundo das Nações Unidas para a População

GEE - Gases de Efeito de Estufa

GOP - Grandes Opções do Plano

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change

INE - Instituto Nacional de Estatísticas

INIDA - Instituto Nacional de Investigação para o desenvolvimento Agrícola

INDP - Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

INME - Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

ISE - Instituto Superior de Educação

LBA - Lei de Bases do Ambiente

LBAOTPU - Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico

LBSEACV - Livro Branco Sobre o Estado de Ambiente em Cabo Verde

LEC - Laboratório de Engenharia Civil

MAAP - Ministério do Ambiente Agricultura e Pesca

MECC - Ministério da Economia Competitividade

MCA - Millennium Challenge Account

MDP - Ministério de Desenvolvimento e Pesca

MORABI - Associação de Apoio á Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento

OCDE - Organização Para Cooperação e Desenvolvimento

ODM - Objectivo do Desenvolvimento do Milénio

OMCV - Organização das Mulheres de Cabo Verde

ONG - Organização Não Governamental

ONGA - Organização Não Governamental de Ambiente

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIS - Plano Ambiental Inter-Sectorial

PANLS - Plano Ambiental de Luta Contra a Seca

PAM - Plano Ambiental Municipal

PANA - Plano de Acção Nacional de Ambiente

PCM - Presidente da Câmara Municipal

PDM - Plano Director Municipal

PDU - Plano de Desenvolvimento Urbano

PE - Programa de Emergência

PEDT - Plano estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo verde

PFIE - Programa de Formação e Informação para o Ambiente

PG - Programa de Governo

PMA - Países Menos Avançado

PNDES - Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social

PND - Programa Nacional de Desenvolvimento

PNLPCP - Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza

PNDUCC - Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades

PRB - Population Reference Bureau

PSSM - Picos São Salvador do Mundo

QUIBB - Questionário Unificado de Indicadores Básico de Bem-estar.

RFCNCV - Relatório Final Consultoria Nacional de Cabo Verde

RNEB - Relatório Nacional do Estado da Biodiversidade

RSEBCV - Relatório Sobre o Estado da Biodiversidade em Cabo Verde

RTP - Rádio Televisão Portuguesa

SEPA - Secretariado Executivo Para o Ambiente

OCDE - Organização Para Cooperação e Desenvolvimento

UNEP - United Nations Development Programme

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNCCD - United Nations Convention to Combat Desertification

UNDP - United Nations Development Programme

UNICEF - United Nations Children`s Found

ZDTI - Zona de Desenvolvimento de Turismo Integrado

ZEE - Zona Económica Exclusiva

WWF - World Wid for Nature

WCED - World Commission on Environment and Development

INTRODUÇÃO

A preservação e defesa do meio ambiente constituem dois dos principais desafios do mundo actual, quer desenvolvido ou não, como única forma de garantir a sustentabilidade global. O equilíbrio ecológico está em perigo desde que o homem passou a utilizar de forma irracional os recursos da Terra. A poluição aumenta nos países ricos devido ao aquecimento global do Planeta, ao mesmo tempo que os países pobres são atacados pelo fenómeno de desertificação. Enquanto isso, a biodiversidade está ameaçada, a água diminui por todo o planeta e várias espécies estão em risco de extinção - são esses fenómenos que constituem os principais problemas ambientais do nosso século.

Esses fenómenos sempre foram tidos como consequências de desenvolvimento, e, só assumiram relevância política premente quando as populações tomaram consciência do perigo que advém e os políticos aperceberam das suas responsabilidades em manter o equilíbrio ecológico a nível global.

No contexto Internacional “As preocupações com a preservação do Planeta são recentes. O primeiro alarme foi dado pelo Clube de Roma em 1972 (...) esta alerta foi mais uma chamada de atenção sobre o carácter finito dos recursos naturais (...) sem se criar uma consciência colectiva sobre o esgotamento potencial dos recursos energéticos e muito menos dos recursos que suportam a vida (ar com qualidade, água sã e radiação solar/alteração climática entre outros) LOPES, (2010:9).

Apesar de várias ameaças e alertas esta problemática ambiental só assumiu carácter de urgência nos finais do século XX e “passa a fazer parte da agenda dos governos, particularmente dos mais ricos, os quais são também mais poluidores” (IDEM). Mesmo assim, continua a notar-se algumas pessoas e países que resistem ao cumprimento dos compromissos internacionais em matéria de protecção do ambiente.

No caso de Cabo Verde, face aos problemas mundiais, cedo percebeu-se da “necessidade de “integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais” (ODM:7). Recursos esses que estão sendo cada dia mais ameaçados por fenómenos naturais desfavoráveis.

Assim, nos primeiros anos da independência, adoptou-se a nível nacional, uma política de conservação do solo, da água e recuperação das florestas, porque apercebeu-se que, a desertificação e a seca constituem ameaças crescentes à estabilidade nacional e que o problema de ambiente será a batalha mais dura para os tempos vindouros. Esta política foi um “imenso esforço na luta contra a degradação dos recursos naturais e o empobrecimento das populações dependentes desses recursos” (SEPA, 1998:1). Assim, adoptou-se medidas que consistiam na definição de Programas de emergência que pudessem resolver o problema de erosão do solo, carência de água e desertificação constante no país e promover o desenvolvimento da produção agro-Silvo-Pastoril, no estrito respeito pelo património ecológico.

As consequências do aquecimento global e das mudanças climáticas terão efeitos de excepcional gravidade sobre os países insulares como Cabo Verde e com incidência sobre a rarefacção da água potável, tempestades e furacões, erosão dos recursos naturais, desertificação e desflorestação, fome, subida dos oceanos entre outras, “sendo necessário em particular, repensar as práticas agrícolas e a forma como são geridos os recursos hídricos”(Ban Ki-Moon, 2009).

Esses fenómenos Antropogénicos (...) constituem um dos maiores desafios do sec.XXI à escala global. Embora os riscos se situem a médio e longo prazo existem já alguns sinais de mudanças climáticas e de seus impactos em alguns sectores socioeconómicos (Partidário, 2003:13). Por exemplo, o problema da água é já uma realidade global e é tido como causa da situação caótica no sector de saneamento e saúde pública nos países pobres.

Para combater esses problemas ambientais, ligados à escassez dos principais recursos naturais, há que adoptar uma nova atitude que proteja e respeite a natureza, uma nova forma de lidar com as florestas, com a água, isto é, que facilite o uso racional dos recursos disponíveis com base nos instrumentos criados para o efeito. Instrumentos que permitam tanto a preservação como valorização dos recursos, estribados em conceitos novos como a sustentabilidade ambiental.

Trata-se de um processo que requer uma combinação de vontade política dos poderes instituídos com a participação efectiva das populações e com o apoio da comunidade internacional - uma forma de combater a pobreza tida como causa e efeito da degradação do ambiente.

Cabo Verde, um arquipélago cercado por mar e de clima tropical em cujo ecossistema é muito frágil, acrescido do aumento da população e de secas persistentes, não lhe resta outra solução que lutar pela conservação da natureza, não só, para refazer o seu sistema ecológico como para conservar o que ainda resta.

Segundo o *RFCNCV (2009:16)*, “a população de Cabo Verde conheceu grandes oscilações provocadas por crises crónicas de insegurança climática, acompanhada de importantes fluxos migratórios” Na verdade, “o país tem registado um crescimento demográfico rápido e desprogramado” (*Censo2000*), aliado ao êxodo rural como consequência das secas, para alguns centros urbanos como a cidade da Praia, isto complica a política de saneamento, distribuição de água potável, segurança pública, habitação e consequentemente a degradação do ambiente.

A Cidade da Praia, tem crescido acumulando os graves problemas de êxodo rural, imensas taxas de crescimento populacional que podem até obstruir os esforços para eficientemente atender as crescentes demandas dos cidadãos urbanos mais pobres e pondo em causa a própria qualidade de vida. Além disso as acentuadas transformações económicas e sociais dos últimos 30 anos, resultaram num desenvolvimento descontrolado e desordenado da cidade, acompanhado de deterioração do ambiente urbano, do aumento da criminalidade, problemas de saneamento básico, agravamento de desigualdades sociais, violência urbana etc.

Em situação oposta encontram-se determinados municípios com características especificamente rurais, caso de *Picos São Salvador do Mundo*, que não conseguindo debelar os efeitos das secas, viu a sua população em constante diminuição, porque saem para outras paragens à procura de uma vida melhor.

Partindo do pressuposto que este paradoxo, que evidencia as contradições de desenvolvimento entre os municípios, deve-se à fragilidade do ambiente que ao enfraquecer a base produtiva, coloca umas séries de obstáculos ao desenvolvimento económico e social e contribui para o aumento da pobreza, na medida em que, esta se encontra directamente ligada às possibilidades de acesso aos recursos existentes. Coloca-se a questão:

Que Políticas e que medidas são necessárias para a protecção do ambiente e que ao mesmo tempo garanta a qualidade de vida das populações?

Este pressuposto é ainda, um factor essencial, motivador e de justificação para que esta investigação se centre na análise de políticas públicas de preservação do ambiente em Cabo Verde e com efeitos directos na qualidade de vida das populações nos dois municípios.

E finalmente, procura, propor medidas que contribuem para transformar a paisagem, melhorar a qualidade de vida das pessoas e expandir o reconhecimento do ambiente e da sustentabilidade - uma forma de promover o equilíbrio regional em Cabo Verde. Desta forma será mais um contributo participativo para mitigação dos problemas ambientais que parecem ser cada vez mais complexos e dinâmicos.

De acordo com a situação descrita, o objectivo fundamental desta dissertação é analisar a problemática do ambiente em Cabo Verde, com destaque para os dois Concelhos em estudo, tendo presente as Políticas e Programas adoptados no país nos últimos 30 anos (1975-2010), deste modo passa-se a conhecer os projectos concretizados e em curso, a sua evolução e qual o engajamento das populações e a sua sensibilidade aos problemas ambientais. E, partindo de hipótese que, há uma forte correlação entre as políticas de protecção ambiental e o bem-estar económico-social das populações nos Concelhos que fazem parte do caso de Estudos. A presente dissertação pretende atingir os seguintes objectivos específicos:

- Identificar e analisar as principais actividades e sectores ambientalmente vulneráveis nos dois concelhos em estudo;

- Compreender a articulação entre a prática de certas actividades económicas e a taxa da pobreza;

- Avaliar o grau de afectação dos recursos neste sector tão sensível no percurso referido (1975-2010), como única forma de garantir a competitividade produtiva e a qualidade de vida das populações.

- Analisar a postura da administração pública/privada no domínio do ambiente;

- Analisar de forma crítica a existência/aplicação dos Planos de Gestão urbana;

- Abordar a política de água/saneamento/Habitação como elementos fundamentais para a garantia do bem-estar das pessoas;

- Comparar o grau de aplicação de políticas de Educação no domínio de ambiente;

-Analisar a política de cooperação adoptada pelos municípios, o que permite não só, avaliar, os resultados dos projectos existentes, mas também encontrar uma linha de cooperação Municipal entre os dois Concelhos como forma de facilitar a resolução de certos problemas, uma vez que a cooperação é uma forma suave de melhorar o saneamento básico e combater a pobreza, fenómenos que constituem desafios para o futuro, assim como a monitorização das áreas mais fragilizadas, de modo a implementar algumas medidas e acções de combate aos mesmos.

-Avaliar os impactos económicos, sociais e ambientais das políticas implementadas;

-Propor soluções alternativas para uma política ambiental dinamizadora de investimentos e actividades turísticas.

Em conformidade com os objectivos da dissertação, procurou-se estruturar os conteúdos de uma forma coerente, que permita uma interligação entre os vários capítulos que a compõem. Sendo assim, o presente trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos:

Começa-se, por apresentar no Primeiro capítulo, o enquadramento teórico e conceptual, no qual se procura apresentar o conceito de “Meio Ambiente” em várias perspectivas; o percurso da sua degradação de forma a ter um panorama geral sobre o comportamento humano neste processo e a evolução de Políticas de protecção ambiental adoptadas a nível internacional como reconhecimento de que a humanidade está em perigo.

Seguidamente incide-se sobre a análise do estado de ambiente em cabo verde e dos factores de sua degradação (*Segundo Capítulo*), da mesma forma salienta os impactos ambientais e socioeconómicos que daí advém e com incidência na qualidade de vida das populações, analisa também os recursos ambientais existentes classificando-os e caracterizando-os, por outro lado, descreve as práticas sociais e culturais relacionadas com as actividades económicas que também contribuem para degradação dos recursos naturais e de ambiente.

Analisa ainda, os protocolos Internacionais e Regionais assumidos pelas autoridades cabo-verdianas, assim, como os Programas e Políticas Ambientais adoptadas no país.

No *Terceiro capítulo* debruça-se sobre os mecanismos de protecção ambiental desencadeado a nível Nacional e com envolvimento dos órgãos de poderes instituídos, isto é, o Poder Central e o Poder municipal com a colaboração das instituições públicas/privadas e a

sociedade civil em geral. Debruça também sobre os instrumentos e Planos de gestão ambiental, sua caracterização, aplicação e controlo como forma de estabelecer uma articulação entre a política de ambiente e política de desenvolvimento.

No Quarto capítulo procura fazer um levantamento exaustivo das causas e consequências da degradação ambiental em cabo Verde, ao mesmo tempo aponta um conjunto de actividades que estão no centro da questão, para finalmente apontar a pobreza como um dos fenómenos fundamentais na degradação do ambiente e apresentar um conjunto de desafios a vencer no século XXI.

No quinto Capítulo, inicia-se o estudo do caso Comparativo do Concelho da **Praia e São Salvador do Mundo**, caracterizando-os nos seus aspectos fundamentais que podem constituir *problemas ou oportunidades ambientais* e de desenvolvimento. Faz um diagnóstico às áreas sensíveis ao ambiente (*pobreza, comércio, energia e água, pesca, ordenamento do território, construções clandestinas, exploração de inertes, erosão do solo, paisagem urbana etc.*). Estes factores são tratados com base nas informações obtidas sobre “*tipologia de população ligada a estas actividades, qualidade de vida, rendimentos económicos, políticas do uso do solo, qualidade da água e energia*” entre outras. Ainda, analisa as políticas em favor do ambiente que vêm sendo desenvolvidas ao longo do tempo nos Concelhos e seus impactos, e expõe a percepção dos Municípios face aos Problemas ambientais, por isso, foram aplicados um conjunto de questionários junto das populações e poderes públicos como forma de conhecer os seus sentimentos.

No último Capítulo apresenta-se os desafios e Orientações para preservação do ambiente. Para isso, foi necessária, uma análise comparativa entre os dois municípios e analisa a cooperação municipal como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável e de aquisição de experiências novas. Analisa também os impactos das medidas de Protecção Ambiental e as reflexões finais, frisando o facto do estado ambiental ser realmente um factor de desenvolvimento do país e um indicador do bem-estar da população, assim, apresenta propostas e soluções para a melhoria do estado actual.

Quanto à abordagem metodológica adoptada, recorreu-se à identificação de literaturas existentes sobre os problemas ambientais a fim de aprofundar os conhecimentos teóricos em matéria de ambiente, seguida de:

-Leitura exploratória das literaturas com objectivo de encontrar elementos teóricos sobre o estado do ambiente em geral, incluindo as alterações climáticas e suas consequências;

- Selecção de bibliografias de referência e de legislação existentes em matéria de gestão dos recursos naturais e de protecção de ambiente no geral e particularmente em Cabo Verde;

- Recolha de informação sobre a prática da agricultura e criação de gado; a extracção de inertes; o crescimento urbano; o êxodo rural; o problema de saneamento/água, habitação e suas consequências ambientais e em particular na erosão do solo e sua afectação nos recursos hídricos;

- Recolha e análise dos planos de gestão urbanística como Plano Ambiental Municipal (*PAM*), Plano Director Municipal (*PDM*) entre outros e avaliação de sua execução, incluindo publicações existentes, artigos de opinião sobre o estado de ambiente nos Municípios da Praia e São Salvador do Mundo;

-Entrevistas a técnicos, moradores, responsáveis pelos serviços de água saneamento, urbanismo e ambiente na Praia e São Salvador do Mundo como forma de recolher o máximo de informação que permite não só, comparar o estado ambiental nos dois municípios mas também o relacionamento poder Local/Central na aplicação de medidas preconizadas;

-Realização de trabalho de campo que ajudou a compreender as informações obtidas nos instrumentos de gestão municipal, este permitiu colher informações exactas sobre as condições de habitabilidade, distribuição de água potável, energia, segurança e outras, o que possibilita obter uma abordagem teórica/prática aplicável ao caso de estudo;

- Entrevista a duas Turmas de alunos (uma em cada município), como elemento de comparação da política ambiental no âmbito Programa educativo;

-Tratamento dos dados recolhidos junto das entidades e das populações como forma de analisar o sentimento existente sobre o estado de ambiente, das medidas adoptadas e apresentar sugestões/contribuições para fundamentação de uma política de ambiente em Cabo Verde;

- Participação nalgumas palestras realizadas cujos temas fazem alusão ao ambiente no sentido de obter o sentimento da elite intelectual sobre a problemática ambiental em Cabo Verde.

CAPÍTULO I: Enquadramento Teórico e Conceptual

Actualmente, a protecção ambiental e o combate às alterações climáticas, fazem parte de debates internacionais e constituem um objectivo a atingir em todos os países e de forma indiscriminada.

Este capítulo, insta-nos a fazer uma abordagem teórica do conceito, pelo que consideramos relevante referir a sua origem e o modo permanente de sua degradação, realçando toda a contribuição humana neste processo.

1.1. Definição Conceptual

Do ponto de vista teórico e conceptual, os problemas Ambientais constituem parte de um tema vasto e complexo, que tem vindo a ser objecto de vários estudos, Segundo Souza (2001:117), “são todos aqueles problemas que afectam a qualidade de vida dos indivíduos no contexto de sua interacção com o espaço, seja o natural, seja o social”, e para (PARTIDÁRIO, 1999:37), “as preocupações ambientais, tal como conhecemos hoje em dia, começaram a surgir há cerca de 30 anos, fortemente associadas às disfunções causadas por cargas poluentes introduzidas no espaço territorial, ao risco de esgotamento de recursos naturais devido ao seu consumo excessivo e ao desaparecimento de espécies animais e vegetais”. A mesma autora acrescenta que este movimento das décadas de 60/70, gerou um interesse crescente sobre questões como a conservação e a protecção da natureza. A palavra ambiente entrou, assim, no vocabulário técnico e político adoptando diversos significados, entre os quais o do Meio ambiente, comumente chamado apenas de Ambiente, que envolve todas as coisas vivas e não vivas que afectam o ecossistema e a vida dos homens.

Segundo, JULLIVET & PAVÊT, (2000:59); cit, GUIMARÃES, (2004:1a3), “a noção de meio ambiente é bastante jovem, bem como mutável no tempo e no espaço” e segundo SILVA, (2002:21); cit. GUIMARÃES, (2004:1a3) “o conceito de ambiente compreende três aspectos, os quais sejam: a) meio ambiente artificial, formado pelo espaço urbano; b) meio ambiente cultural, que se expressa através do património histórico, artístico, arqueológico, paisagístico e turístico e c) meio ambiente natural ou físico, abrangendo o solo, água, flora e a própria relação dos seres vivos com o seu meio ambiente.

Uma resolução do *CONAMA 306:2002*, define Meio Ambiente como “o conjunto de condições, leis, influência e interpretação de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

À primeira vista, a maioria dos estudiosos dedicaram mais à definição do Meio Ambiente do que problemas ambientais, com uma certa lógica dado que este se inclui no outro. Segundo Figueiredo, (1996: 159), Ambiente é o conjunto de tudo o que caracteriza uma região ou um local, isto é, os agentes físicos, químicos, biológicos, e os factores sociais, susceptíveis de terem um efeito directo ou indirecto, imediato ou a longo prazo, sobre os organismos vivos, na mesma linha, outros definem-no como, conjunto de unidades ecológicas que funcionam como um sistema natural sem uma massiva intervenção humana, incluindo toda a vegetação, animais, microrganismos, solo, rochas, atmosfera e fenómenos naturais que podem ocorrer em seus limites, *Neste caso a definição teve em conta os seus componentes, Recursos e fenómenos físicos universais que não possuem um limite claro, como ar, água e clima, assim como energia, radiação, descarga eléctrica e magnetismo, que não se originam de actividades humanas.*

Na Lei de Bases do Ambiente (LBA) Português, artº 5º, nº2, al. a), o ambiente aparece como “conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos, e suas relações, e dos factores económicos, sociais e culturais, com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem.” Esta definição incluía, portanto, os aspectos hoje considerados fundamentais para a sustentabilidade, ou seja não apenas os aspectos relacionados com os elementos naturais (de natureza física, química e biológica), mas também os aspectos económicos, sociais e culturais (Rodrigues, 2009:211).

Em conclusão, e de acordo com as várias definições, nota-se que os problemas ambientais não estão limitados apenas aos recursos naturais, mas englobam também todos aqueles elementos que contribuem para o bem-estar da humanidade e a continuidade de fazer o uso daquilo que a natureza produz.

Regra geral, as definições são abrangentes e nota-se algumas dificuldades em conciliar o termo ambiente e sustentabilidade a partir das definições das componentes ambientais naturais e componentes naturais humanos.

1.2. O Percurso da Degradação

*«A Terra está desolada e murcha; o Céu e a terra esmorecem.
A terra está profanada pelos seus habitantes, porque transgrediram
a lei e violaram o direito (...) Na verdade a Terra está contaminada
debaixo dos seus moradores (...).»*

Isaías, 24

Os problemas ambientais provenientes de alterações no clima da terra não são de hoje. Estão presentes desde os primórdios da humanidade, sem contudo constituírem motivos de grandes preocupações, já que durante longos períodos os nossos antepassados viviam da recolha daquilo que a natureza lhes oferecia mas com grande respeito por ela. Das pesquisas efectuadas, estas, confirmam que a problemática do ambiente, tem acompanhado a evolução das sociedades humanas desde a passagem do nomadismo para sedentarismo.

Segundo *DIEGUES & ARRUDA (2001)*, cit. Borges; Resende & Pereira (2009), Desde início da civilização os povos reconheceram a existência de sítios geográficos com características especiais e tomaram medidas para protegê-los. Esses sítios estavam associados a mitos, a factos históricos marcantes e à protecção de fontes de água, caça, plantas medicinais e ao fortalecimento de pele de animais e madeira. O “acesso e o uso dessas áreas eram controlados por tabus, normas legais e outros instrumentos de controlo social, para sua protecção” e segundo *FIRMINO (2004:103)*, cit. Mascarenhas (2007:24), *os nossos antepassados não precisavam “que lhes ensinassem a lidar com o ambiente, tão pouco será necessário fazê-lo entre os Índios ou outros povos que ainda hoje, se mantém tanto quanto possível á margem da Globalização”. É o Homem deste século, instruído, moderno e sábio, que necessita perceber que a cultura que desenvolveu assenta numa premissa manifestamente assustadora para a sua existência e de todas as outras espécies, que com ele partilham a Terra.* Subentende-se que até este momento o homem estabelecia com a Natureza uma relação de amor, protecção e muitas vezes de veneração e de submissão perante as suas forças que se manifestavam frequentemente através de tempestade que podia destruir as suas culturas da qual dependiam. A degradação dos recursos ambientais começou a partir do momento em que o homem procurou a sua libertação estabelecendo-se assim uma nova relação com a Natureza, isto é, com o fabrico de instrumentos capazes de intervir e modificar a natureza, o que em breve trecho irá permitir lentamente o desenvolvimento de técnicas cada vez mais sofisticadas que o permitirá atacar e dominar a Natureza e muitas vezes por meios

violentos. Com estes instrumentos mais sofisticados deu-se o aumento da produção e o aparecimento de novas sociedades - a sociedade industrial, que acentuou a degradação ambiental com o uso excessivo dos recursos Naturais como forma de produção de riquezas e o crescimento económico.

A Revolução Industrial do século XVIII, precedido da Revolução científica do século XVI durante o qual se provocou uma mudança radical na mentalidade do homem Ocidental, tendo, certos pensadores como o filósofo inglês Francis Bacon, argumentado que ao contrário da natureza ser sagrada como era defendida na Idade Média, era matéria neutra a ser investigada e manipulada pela experimentação e chega mesmo a escrever que agora (séculos XVI e XVII), o homem precisava arrancar os segredos da natureza ainda que por meio de tortura. Com esta nova mentalidade de ataque à Natureza (destruição das florestas, dilapidação dos recursos naturais, poluição de nascentes etc.), acentuou-se os problemas ambientais atingindo níveis sem precedentes, justificada com o emprego de novas tecnologias de produção e a procura de riquezas. De acordo com o Relatório Planeta Vivo (2010), “*a procura de riquezas e bem-estar sem precedentes dos últimos 40 anos, coloca pressões insustentáveis sobre o nosso Planeta*” cujas principais consequências foram a melhoria na produção, na alimentação e aumento da população. Com o aumento da população mundial e á medida que a industrialização se intensificou e o progresso económico se acentuou, a poluição do meio ambiente passou a constituir um problema cada vez mais preocupante, transformando-se num dos grandes desafios da sociedade (PEIXOTO 1987:151).

Segundo MASCARENHAS (2007), a problemática da poluição ambiental deve ser encarada em função do desenvolvimento da ciência e sua aplicação na produção industrial e nas actividades socioeconómicas, por exemplo cada nova fonte de energia dominada pelo homem produz determinado tipo de desequilíbrio ecológico e de poluição (a invenção da máquina a vapor aumenta a procura do carvão e acelera o desmatamento, a destilação do petróleo multiplica a emissão do gás carbono etc.); do crescimento da população, este último traz problema complementar, que é de recursos, o que leva certos pensadores como Tomás Roberto Malthus (1798), a afirmar ser o crescimento da população infinitamente maior do que a capacidade da terra para produzir alimentos. Neste caso Malthus prevê em breve uma catástrofe humanitária cujo único culpado seria o Homem e suas ambições de tirar o máximo de proveito da natureza, no entanto essas previsões falharam tanto em número da população

como nos cálculos, sabendo que, este demógrafo, não teve em conta a capacidade do homem que podia aplicar a sua inteligência na descoberta de novos meios tecnológicos para prover as suas necessidades, o mesmo não se aplica a nível do ambiente, já que se notou uma grande pressão sobre os recursos naturais, como floresta, água, solo etc. *TRINDADE (1995: 66)* considera num primeiro momento que Malthus popularizou, até certo ponto dramatizou os efeitos catastróficos do aumento populacional, e considera que foi o processo de crescimento populacional acompanhado de êxodo rural e de urbanização que tinham conduzido Malthus a conceptualizar as migrações como um dos meios de “aliviar” a pressão demográfica que se verificava na Europa Ocidental do sec. XVIII.

A história tem demonstrado que ao longo dos tempos, sempre que houver uma crise relacionada com o clima os centros urbanos serviram de refúgio das pessoas do campo que ali virão à procura de uma vida melhor. Assim também esse aumento de população trouxe para as cidades muitos problemas relacionados com o saneamento, habitação, trabalho, abastecimento de água entre outros.

O crescimento urbano teve entre outras consequências os “impactos ambientais, principalmente nas áreas costeiras (...). Esses impactos ambientais relacionados às mudanças sociais e ecológicas em movimento” (*GUERRA & CUNHA, 2001*), como por exemplo o processo da expansão urbana que provoca mudanças na paisagem.

Geralmente o crescimento das cidades acentua e agudiza os problemas de ordem ambiental. As agressões ao meio ambiente ocorrem devido a um somatório de factores, ligados basicamente ao uso e ocupação de solo, ao crescimento da malha urbana sem o acompanhamento adequado de recursos, de infra-estrutura e a expansão imobiliária. Assim, “*áreas inadequadas (...) são ocupadas pela população, acarretando o comprometimento dos recursos ambientais, com prejuízo para a sociedade como um todo, especialmente os que são obrigados a conviver o dia-a-dia em situação precária (LOPES & MOURA, 2006), Muitos dos desequilíbrios causados no Globo pela actividade humana tem implicações sobre o ciclo hidrológico e, conseqüentemente sobre a qualidade da água dos ecossistemas aquáticos que se encontram á superfície da Terra (DREVER, 1982; DOMENICO & SHWARTZ; 1990). Há no entanto, também “efeitos directos da actividade das populações humanas sobre os ecossistemas aquáticos, sendo de salientar por mais preocupantes, aqueles que causam a eutroficação dos sistemas ecológicos de água doce” (WETZE, 1993). Este processo permite a*

diminuição da qualidade da água e eventualmente alteração profunda no ecossistema, isto por causa das actividades humanas industriais, domésticas e agrícolas - por exemplo, são conhecidos os efeitos dos fertilizantes usados nas plantações que podem escoar superficialmente ou dissolver-se e infiltrar nas águas subterrâneas e serem arrastados até aos corpos de água mencionada. Estes procedimentos são tidos como dos principais poluidores do ambiente, e da água por se permitirem a acumulação de lixos e detritos junto de fontes, poços e cursos de água; permite às fábricas lançarem resíduos tóxicos nos rios; que os esgotos domésticos das Aldeias, Vilas e Cidades lançarem nos rios, mares ou ribeiras; que os produtos químicos utilizados no combate às pragas na agricultura fossem arrastados pelas chuvas para os rios e lençóis de água existentes no subsolo. Os naufrágios ou acidentes dos petroleiros que causam o derrame de milhares de toneladas de petróleo, sujando as águas e as costas e matam toda a vida marinha – as chamadas marés negras. Os seus efeitos terão consequências danosas para o ambiente. Segundo estudos da Comissão Mundial de Água e de outros organismos Internacionais, “cerca de um milhão de habitantes vivem no Planeta sem acesso á água potável, arrastando consigo graves problemas de saúde”. É uma situação que a continuar poderá conduzir à concentração de substâncias tóxicas a longo prazo, disseminação, mortandade e contaminação de seres vivos no Oceano. Esta situação é derivada segundo BARRETO, (1987:14), do facto que *“entre o crescimento económico e a qualidade ambiental existir um conflito permanente porque o 1º pode levar a uma saturação do ambiente pelos resíduos ou restos económicos que lançam no ambiente”*.

A população africana, actualmente estimada em 905,9 milhões de habitantes, vai duplicar em 2050 para atingir 1,94 biliões, revela um relatório do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP). Dados confirmados pelo PRB¹ *“In 2009, World Population is 6.8 billion, and by 2025 is projected to incrise to 8.1 billion”, “by 2050, the population of Africa is projected to double to almost 2 billion”*. O mesmo documento revela que o maior crescimento continua sendo nos países mais pobres do mundo. Tomando a África como exemplo, um continente com elevado índice de pobreza e cujos meios de produção continuam sendo rudimentares, coloca-se a hipótese de uma grande pressão sobre o meio ambiente, isto é, sobre os recursos renováveis e não renováveis. O estudo acrescenta que as pressões demográficas e o aumento dos rendimentos estão a conduzir a rápida desertificação, à

¹ -(PRB) Polpulation reference Bureau

diminuição do banco de pesca, à degradação dos solos, à destruição dos habitats e à extinção de numerosas espécies. O cenário é pessimista na medida em que é a própria sustentabilidade do Continente que está em causa porque não terá meios suficientes que permitam gerir os seus recursos Naturais e nesta situação poderá aumentar os conflitos traduzido num número incalculável de refugiados do Ambiente e de migração clandestina para os países desenvolvidos, a este propósito, as Nações Unidas, através de um estudo realizado pelo Instituto Universitário do ambiente (2005), já avisou que nos próximos 5 anos 50 milhões de pessoas poderão abandonar as suas casas por causa da degradação ambiental.

“A cidade ao se tornar um pólo de atracção populacional, se torna numa centralidade quanto à oferta de serviços, empregos e também quanto á concentração de problemas sociais, a segregação sócio-espacial é facto, nesse contexto. As áreas periféricas das cidades são ocupadas por uma população desfavorecida” (Santos 1996). Essa segregação leva á ocupação de áreas impróprias à fixação de moradias, inclusive em áreas de preservação permanente (APP), que devido a vários factores se tornaram áreas de riscos ambientais.

Com isso a ocupação humana nas bacias hidrográficas, de forma cada vez mais desordenada, através de actividades de desmatamento, queimadas, práticas agrícolas perniciosas, actividades extractivas agressivas, ocupações urbanas generalizadas, gerando impermeabilização dos solos, lançamentos de esgotos industriais e domésticos nos rios e lagos tem promovido a deterioração da qualidade das águas naturais, com risco de propagação de doenças de veiculação hídrica ao próprio ser humano. Essa temática tem ocupado lugar de destaque nas conferências Internacionais onde se estima que *“80% de todas as moléstias e mais de um terço dos óbitos dos países em desenvolvimento sejam causados pelo consumo de água contaminada e, em média, até um décimo do tempo produtivo de cada pessoa se perde devido a doenças relacionadas com a água”* (CNUAD, 1992).

Alguns investigadores, responsabilizam o pensamento filosófico do renascimento europeu - *o antropocentrismo*,² pelos danos sobre o meio ambiente, por ter condenado e banido o culto pagão dos bosques dos riachos e nascentes cantantes e dos mistérios das florestas, em contraponto, dados do Relatório anual do IPCC, (2007) indicam que a “culpa

² -Um modelo de teor economicista que tem como alicerce o desenvolvimento tecnológico, indissociável da visão de domínio da natureza. Está associada à degradação ambiental visto, que a natureza deveria estar subordinada aos seres humanos.

Tem como principais pensadores, *Aristóteles (sec. III, II a.c) e F. Bacon e R. Descartes (sec. XVI, XVII)*.

pelos problemas ambientais da terra, destacando-se o aquecimento global, decorre directamente do estilo de vida dos 6,5 Biliões de habitantes do Planeta. São pessoas que não tem consciência e poluem o meio ambiente com lixo, desperdiçam água e luz por não terem a cultura de preservar os bens esgotáveis”. Esta realidade é que torna os problemas ambientais e as possíveis soluções ainda mais difíceis. Toda esta situação é provocada pela intervenção humana e a sua resolução depende da mudança de atitudes e comportamento das pessoas.

Entretanto, a tendência é para uma mudança de paradigma, isto é, a crescente consciencialização da sociedade, no que refere às questões ambientais, com destaque pela rápida e gigantesca degradação e poluição ambiental e seus problemas socioeconómicos subsequentes, tem proporcionado uma reflexão sobre as perspectivas futuras da humanidade, promovendo um profundo questionamento sobre as condutas sociais de consumo, além da busca de alternativas que visem harmonizar as actividades humanas com as sadias condições ambientais, impelindo, desse modo, a necessidade de se estabelecer um novo paradigma de desenvolvimento, ambientalmente, menos agressivos, de tal forma que obtenha uma convivência mais harmoniosa entre as acções antrópicas e os processos naturais, sem que isso venha ameaçar as condições de estabilidade dos ecossistemas e manutenção da própria espécie humana. (21^oCBESA).

O desmatamento provocado essencialmente pelas necessidades industriais de madeira, os incêndios florestais, o corte das árvores para obtenção de terras aráveis para a agricultura e pastorícia contribui para a degradação das florestas. A maior floresta da Terra, considerada “o Pulmão do Planeta” a AMAZONA, é alvo de abates de árvores de tal forma que um relatório divulgado pela WWF (ONG dedicado ao Meio Ambiente) no ano de 2000, apontou que o seu desmatamento atingiu 13% da sua cobertura original. O caso da *Mata Atlântica* é ainda mais trágico, pois apenas 9% da mata sobrevive a cobertura original. Além destas duas zonas o processo decorre em quase todas as zonas do Planeta.

Perante tudo isso, a questão que se coloca é de descortinar se os progressos tecnológicos não tiveram nenhuma acção positiva para o ambiente? Ainda, até que ponto o homem está consciente do perigo que corre a humanidade?

Ora, em 2006, a *FAO* (Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) anunciou que tem havido grandes melhorias nas políticas de preservação da floresta, mas também avisa que este sinal positivo pode ser passageiro. Por exemplo em 1990 desapareciam

16 milhões de hectares de floresta por ano, actualmente estão a desaparecer cerca de 13 Milhões sobretudo, para uso agrícola dos solos e para negócios de madeira.

Existe actualmente uma preocupação com o processo crescente de ocupação humana desordenada e a conseqüente degradação das bacias hidrográficas, que promove uma deterioração da qualidade de suas águas, como conseqüência compromete a qualidade de vida de populações.

Com efeito o fenómeno da poluição constitui uma decorrência paradoxal do próprio esforço que o homem realiza no sentido de aumentar as suas condições de conforto e segurança. *Branco, (1978) & DA LUZ (2008)* em suas monografias entendem que “tais problemas ameaçam a sustentabilidade das Cidades tendo em vista a falta de recursos e de água num futuro próximo e um aumento excessivo dos resíduos sólidos bem como dos resíduos líquidos contaminados”. A “escassez de água tende a se agravar, e esta redução de recurso reflecte-se na produção agrícola, no desenvolvimento urbano e industrial, e em particular, no acesso das pessoas à água potável” (Tundisi, 1990, cit. Gomes, 2010).

Esta degradação da qualidade ambiental, altera as características do meio, afecta os seres vivos e os recursos naturais, sendo necessário o estabelecimento de critérios que objectivam e compatibilizam o desenvolvimento com a preservação e equilíbrio ecológico como forma de garantir a nossa própria sobrevivência, o bem-estar e a saúde da humanidade.

TUNDISI (2003), conclui que a crise da água é uma ameaça permanente à humanidade e á sobrevivência da biosfera como um todo, criando dificuldades ao desenvolvimento, aumentando as doenças de veiculação, produzindo estresses económicos e sociais e aumentando as desigualdades entre as regiões e países.

Esta problemática que preocupa os governos em África e no Mundo constitui um desafio para Cabo Verde. Embora tanto a urbanização como as migrações internas em grande escala constituírem fenómenos recentes, já se verifica um acentuado crescimento da cidade da Praia que de acordo com o censo de 2000, representava 21,8% da população do país e 40.9% da Ilha e no presente momento estima-se em 26.9% da população do país e 48.3% da população da ilha enquanto que, *São Salvador do Mundo*, um dos Municípios mais pequeno, representa 1.3% do país e 1.8% da Ilha de Santiago, evidenciando o grande desequilíbrio regional existente no país, o que coloca graves problemas em especial de abastecimento de água, essencialmente, nas zonas de grande concentração.

Além disso, nota-se também, que a má gestão dos recursos hídricos tem causado os principais problemas ambientais, sendo que, muitos dos problemas que hoje afectam o meio ambiente poderiam ser solucionados ou minimizados pela correcta utilização do conhecimento tecnológico adequadamente empregados.

Desta forma, visando minimizar os efeitos da interferência do homem no ambiente, surgiu ultimamente, um novo pensamento para a gestão dos recursos do meio, no qual se leva em conta a integração, e não apenas uma gestão sectorial como resposta aos problemas existentes.

Em suma, pode-se afirmar que *“os problemas ambientais são inerentes aos próprios sistemas económicos até agora experimentados – livre concorrência e planeamento centralizado – e só as profundas transformações podem eliminar as perdas que impõe ao ambiente e outros custos sociais”* (BARRETO, 1987:18) outros ainda, consideram a Revolução Industrial como o nascimento de uma sociedade Liberal, capitalista, que desenvolveu ao longo das últimas décadas uma sociedade de consumo e de lucro, orientada para a maximização dos lucros e acumulação de mais-valia, um capitalismo especulativo bolsista que nem o Estado controla, não paga imposto ambiental e com desrespeito total pela Natureza, pelo meio ambiente e seus ocupantes, vegetais e animais até pelo solo quando destroem florestas e o envenenam com pesticidas e fertilizantes químicos.

Assim, fica patente que, a degradação ambiental atinge os quatro cantos do Planeta e é dever de todos proteger os locais de abastecimento de água, recreação pública, preservar a vida aquática e vegetal, pois representa a melhoria do padrão de vida de toda a comunidade. Temos a concordar com (PEIXOTO, 1987:156), quando afirma *“No decorrer da história do homem, o grande desafio que a natureza lhe punha era o de ele ser capaz de utilizar os recursos do ambiente natural e se ajustar ao meio de forma a garantir a sua sobrevivência”*, da qual pode-se deduzir que atingir o desenvolvimento sustentável depende da capacidade do homem, na conjugação do conceito ecológico aos conceitos económicos de crescimento e desenvolvimento. Deve-se respeitar o meio ambiente, aproveitando seus recursos sem castigá-lo, isto é, de forma sustentável, Paula, (2007); Cit. Antunes&Michel, (2008:12) e acrescenta, que para ser sustentável, qualquer empreendimento deve ser ecológicamente correcto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceite.

1.3. Evolução das Políticas Ambientais

O problema da poluição atmosférica só começou a ser encarado a sério a partir da década dos anos 60, ainda que, anteriormente, desde o século XVI tivesse vindo a causar preocupações. Entretanto, ultimamente, tornou-se um dos problemas mais importantes para a preservação do ambiente e passou a constituir, pode-se dizer, uma preocupação geral do grande público (PEIXOTO, 1987:33), isto porque (...), “dados científicos mostram que a 2ª metade do sec. XX foi um período particularmente quente. As consequências do aquecimento da terra traduzir-se-ão em mudanças na vida na terra, que é necessário antever e mitigar” (Anuário de Sustentabilidade 2010:22). É evidente que estas alterações climáticas têm como principal causa a interferência da acção humana, com a desflorestação, crescimento das Cidades, emissão de gases na atmosfera entre outras, através do uso por vezes inadequado das tecnologias. A tecnologia moderna “gerou uma crise do ambiente porque se tem ignorado que este deve ser tomado no sentido global, holístico, e não como um conjunto de subsistemas disjuntos e isolados. A partir dos fins da década de 60 reconheceu-se que era indispensável debelar a crise do ambiente evitar que ela alastrasse, através de uma gestão adequada, quer a nível nacional quer a nível internacional” (PEIXOTO, 1987:23). O homem ao fazer o uso de tecnologias para fins específicos, concentrado apenas nos efeitos da primeira ordem que se resumiam á produção de bens, fê-lo de forma desatenta, ignorando durante muito tempo os seus efeitos colaterais, como as implicações sobre o ambiente, foi necessária algumas alertas que começaram a chegar nos anos sessenta.

A década de sessenta foi ideal para o início da batalha contra a degradação ambiental, “contribuindo para isso alguns trabalhos que hoje são um marco de alerta para a situação em que o Homem estava intervindo e destruindo o meio natural. São dois os livros que se assumem como o despertar das consciências dos cidadãos e dos políticos para esta cruzada. Em 1962 Rachel Garson publica “Silent Spring”, considerado o verdadeiro alerta para os efeitos de “DDT” Sobre a natureza e ficou como o grito de alerta às autoridades e motivos de reflexão dos jovens e académicos desta geração. Seis anos depois juntou-se o texto de Paul Ehrlich: The Population Bomb” (Arthur, Ekirch, 1963). Trata-se de uma batalha que ultrapassa o âmbito individual das nações, como se pensou durante algum tempo que a poluição e a deterioração do meio ambiente eram problemas locais e tomadas como o preço inevitável do progresso. É uma questão global, cuja solução terá que ser global e com base na

cooperação para o desenvolvimento. Não pode haver “melhor ilustração da necessidade de uma acção global por parte dos seres humanos do que as questões colocadas pelo impacto da actividade humana sobre a nossa atmosfera” (*SINGER, 2004:41*).

As preocupações ambientais, no contexto das cooperações para o desenvolvimento, surgiram nos anos 70, inicialmente tendo como pano de fundo as teorias malthusianas do crescimento da população mundial (*Gomes 2010:31*). Esta preocupação tardia deve-se ao facto de na época da Revolução Industrial, período crítico em termos de poluição ambiental, não existir conhecimento exacto sobre a relação entre tecnologia e degradação ambiental e acabou-se por adiar a resolução dos problemas para depois das consequências, como empobrecimento do solo, degradação da água, poluição do ar arrastando consigo o empobrecimento e degradação das condições de vida das pessoas. Segundo a publicação *signal (2010)* da Agencia Europeia de Ambiente (cit. A.S. 2010) “as mudanças climáticas ameaçam abalar os serviços dos ecossistemas vitais, tais como a existência de água potável e de solos férteis, tão importante como base da economia mundial”³.

Perante as alterações verificadas no clima da terra nos últimos anos, urge não só reduzir as emissões de gases para a atmosfera mas também adoptar medidas práticas de combate aos seus efeitos. “No entanto em muitos países em desenvolvimento torna-se necessário actuar por antecipação” (Tarp, 2006, cit.GOMES, 2010:31). De um modo geral é no século xx que se tomou consciência dos problemas ambientais e tornaram-se evidentes os sinais de esgotamento dos recursos naturais e suas limitações, o que ficou claro no famoso discurso proferido em 1965 nas Nações Unidas, pelo Embaixador Adlai Stevenson durante o qual declarou: “We travel together, passengers in a little spaceship dependent upon its vulnerable reserves of air and soil; all committed for our safety to its security and peace; preserved from annihilation only by care, the work and, I will say, the love we give our fragile craft,”⁴ desta forma deu um sério aviso ao mundo sobre as limitações dos recursos da terra. É nesta lógica que os líderes mundiais, conscientes do perigo que corre a humanidade, começaram a promover encontros de debates através de grandes Conferências Internacionais,

⁴ -“Nós viajamos todos juntos, passageiros num pequeno navio espacial, dependentes das suas reservas vulneráveis em solo e ar. Todos cometidos para a nossa salvaguarda à sua segurança e à paz; que só pode ser preservado do seu aniquilamento pelo cuidado, pelo trabalho, eu direi mesmo, pelo amor que dedicamos à frágil embarcação.”

elaborando e assinando acordos, convenções e Protocolos, sobre o mesmo, alertando a comunidade Internacional, os Governos e à sociedade em geral a promoverem actividades protectoras do ambiente, isto é, o reforço dos sectores dos bens e serviços ambientais, promover um crescimento sustentável acompanhado da melhoria qualitativa e quantitativa das condições de vida da pessoa humana.

A Primeira acção colectiva visível em prol do Ambiente foi a Conferência das Nações Unidas Sobre o Ambiente Humano, realizada em *1972 em Estocolmo (Suécia)*, sendo apontada como um dos mais importantes marcos históricos propulsores da consciencialização global para os problemas ambientais. Nesta conferência representantes de mais de 100 países e de diversas organizações governamentais e não-governamentais, participaram e elaboraram uma declaração com 26 princípios e um plano de acção com 109 recomendações visando a preservação e melhoria do ambiente humano (*UNEP, 2002*); Conhecida como a primeira atitude mundial em tentar organizar as Relações entre o Homem e Meio Ambiente porque a ciência começara a detectar graves problemas futuros por razões da poluição e tem se chegado á conclusão de que o meio ambiente não era uma fonte inesgotável como se pensara. É tida também, como o maior evento de dimensão Internacional dedicado exclusivamente à avaliação das relações entre a sociedade e a Natureza tanto mais que o dia 5 de Junho que marca o início dos trabalhos da Conferência, foi oficializado pela ONU como “Dia Mundial do Meio Ambiente”. No mesmo ano da realização desta conferência tinha sido divulgado o relatório Meadows (Limites do Crescimento), elaborado a pedido do Clube de Roma, que alertava para o descontrolo na gestão dos fluxos e resíduos do Planeta (*GRUN&MAURO, 1996*), este relatório terá sido a primeira tentativa de uma análise conciliadora das relações entre economia, sociedade e ambiente pondo em causa os fundamentos da economia Ocidental, no que respeita os padrões de consumo de energia e os processos de desenvolvimento económico com base na produção industrial, com forte reacção dos Países Menos Avançado (*PMA*) que acusam o capitalismo de responsáveis pela poluição atmosférica. Os debates na Conferência de Estocolmo giraram em torno da questão do controlo populacional e da necessidade de redução do crescimento económico que também foram objectos de contestação dos países em desenvolvimento (...). “A ênfase da Conferência estabelecida pelos países desenvolvidos, era decorrente do desenvolvimento económico, industrialização, urbanização acelerada e esgotamento dos recursos naturais, mas os países em desenvolvimento, defendiam o direito de crescer e, a exemplo do que ocorreu

com os desenvolvidos, também não queriam se preocupar com as questões ambientais” (CARVALHO, 1987). Em concreto discutiu-se pela primeira vez o “Futuro do Mundo” trazendo para o grande público muitas questões relacionadas com a degradação dos recursos naturais e os problemas ambientais que caso não houver reacção este futuro fica comprometido. De facto a “gravidade da situação culminou com a declaração do Estado do Ambiente que era muito preocupante para o futuro do planeta” (MANCEBO; 2003).

Sem a presença dos países Socialista, em Estocolmo, o principal embate ocorre entre os países desenvolvidos do Norte⁵ que defendiam a necessidade de adoptar políticas ambientais rigorosas e os países do Sul⁶ liderados pelo Brasil, que discordavam da ideia defendida considerando-a de um bloqueio às suas metas de Crescimento, “o governo brasileiro, na Conferencia de 1972, liderou o bloco de países em desenvolvimento que tinham posição de resistência ao reconhecimento da problemática ambiental (...) a posição do Brasil na época era a de “*Desenvolver primeiro e pagar os custos da poluição mais tarde*” (VIOLA e REIS, 1992:83); o Primeiro-ministro Indiano, Indira Ghandi afirmou que a pobreza é a grande poluidora ao se referir ao facto de que os pobres precisam de sobreexplorar seu meio ambiente para suprir as necessidades básicas; na mesma linha ideológica, WALTER, Director do Departamento de Ciências Naturais da UNESCO, faz a seguinte análise: “Para muchos países en vias de desarrollo el dejar de usar el DDT significaría una catastrophe, si no se logran emplear otros recursos equivalentes” mais tarde o Relatório Brundtland, também conhecido pelo “Nosso Futuro Comum” publicado em 1987, veio dar razão a este grupo ao afirmar que “os problemas ambientais globais mais críticos resultaram principalmente da enorme pobreza do Sul e os padrões não sustentáveis de consumo e produção na região Norte⁷ E apelou para uma estratégia que une o desenvolvimento e o ambiente. Este Relatório apresentou várias recomendações para a orientação da Política de ambiente de todos os países e apresentou pela primeira vez uma definição de desenvolvimento sustentável, que deve ser entendido como (...)“*o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades*”(WCED, 1987).

⁵ -Países Ricos ou Industrializados

⁶ -Países Pobres ou Menos Avançados

⁷ - Em 1983 a ONU criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela Primeira-ministra norueguesa, **Gro Harlem Brundtland**. Essa Comissão realizou uma ampla avaliação dos problemas ambientais relacionados ao desenvolvimento Económico. Seu trabalho resultou num extenso Relatório intitulado “**O Nosso Futuro**”, publicado em 1987(**Relatório Brundtland**).

Em 1989, o referido Relatório foi debatido na Assembleia Geral da ONU, e os participantes não chegaram a um entendimento do como ajudar a Natureza⁸, logo no ano seguinte (1990), o Painel Intergovernamental para as alterações climáticas (IPCC) lançou um relatório, com contributos de mais de quatro centenas de cientistas de todo o Mundo, em que concluía que não só o aquecimento global era uma realidade como tinham de ser tomadas medidas urgentes em relação ao fenómeno (*Gomes, 2010:35*), por estas e outras razões decidiu-se organizar a *Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento “(CNUMAD) a ter lugar de 3 a 14 de Junho de 1992, Conferência de Rio de Janeiro”*, do qual o principal documento produzido e aprovado foi a Agenda 21, que marcou uma nova visão e padrão de desenvolvimento ambientalmente racional, cada país comprometeu-se a estudar a forma como os governos, as empresas e os vários sectores da sociedade podem cooperar nas soluções para os problemas sócio-ambientais (.....) com a presença das delegações de mais de 175 países, o seu principal objectivo foi a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, com a procura de meios para conciliar o desenvolvimento económico/social com a conservação e protecção dos ecossistemas(*ROCHA e Cunha 2010:12 e 74*), esta diferenciou-se da anterior pela presença maciça dos chefes de Estados, mostrando a importância atribuída aos factores ambientais no início da década de 1990, momento em que estavam analisados os quatro relatórios de balanço encomendado pela ONU - tem vindo a aumentar o grau de certeza desta relação causa efeito, investigando cada vez mais a fundo as suas consequências, nomeadamente a expectável submersão de vastas áreas terrestres, o aumento das frequências e intensidades de fenómenos climáticos extremos, como furacões e tempestades, das secas e da desertificação(*Gomes 2010:36*). Os referidos relatórios puseram a nu as ligações existentes entre as actividades humanas e as alterações climáticas e que o aumento da temperatura média global deve-se á maior concentração dos GEE na atmosfera. Com estes elementos relativos às alterações climáticas e seus efeitos, o objectivo da Conferencia de Rio, seria decidir sobre medidas a serem tomadas que possam diminuir a degradação ambiental e garantir a existência de outras gerações, isto é, introduzir a ideia de

⁸ -A decisão era acabar de vez com todas as actividades mundiais de indústria por um tempo, visto que esta actividade é a mais poluidora. Decisão imediatamente contestada pelos países Subdesenvolvidos cuja única base económica estava assente na indústria.

desenvolvimento sustentável, um modelo de crescimento económico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico⁹.

Apesar de nessa conferência continuarem as dificuldades em negociar acordos relacionados com o meio ambiente entre países com interesses e prioridades estratégicos diferentes, mesmo assim foram assinados cinco documentos considerados um marco histórico, embora, sem nenhum compromisso vinculativo. A conhecida declaração do Rio, no seu primeiro princípio dizia “*Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Tem direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza*” mostrando a grande preocupação com o homem e o seu bem-estar.

A partir de 1995, depois de várias reuniões de partes ficou finalmente reconhecida a necessidade de um novo protocolo sobre as alterações climáticas com novos compromissos e novas metas - O Protocolo de Quioto.

O Protocolo de Quioto (1997), foi discutido em 1997 na Cidade de Kyoto (*Japão*) e aberto para assinatura a 16 de Fevereiro de 1998, é visto como um tratado Internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão de gases com efeito de estufa (*GEE*)¹⁰. Ali estabeleceu-se um calendário pelo qual, os países desenvolvidos têm a obrigação de reduzir a quantidade de gases poluentes em, pelo menos 5,2% até 2012, tendo por base o de 1990, sendo esta percentagem variável entre os países signatários, de acordo com o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada.

A União Europeia por sua vez acordou numa redução global de 8%, ambicionando abater as emissões de GEE, em mais de 1% ao ano, desde 2012 a 2020. No Sexto Programa de Acção Comunitária do Ambiente (2001-2010:5), afirma “*La première priorité du sixième programme d’action consistera à faire appliquer le protocole de Kyoto, afin de réduire de 8% les émissions de gaz à effet de serre par rapport aux chiffres de 1990, d’ici à 2008 ou 2012*”. Incentivou os países ainda a reformar os sectores de energia e transportes; o uso de fontes de energias renováveis, protecção das florestas etc.

⁹ -JPN: Protocolo de Quioto: www.portal-energia.com, acesso: 21.10.010.

¹⁰ -GEE (este tipo de gases são considerados pelo menos parcialmente responsáveis pelo aquecimento global, ou seja, pelo aumento global da temperatura que poderá ter consequências catastróficas para a vida na Terra).

Em 1997 O jornal japonês "The Japan Times" publicou um artigo com a seguinte consideração "O Protocolo de Kyoto é geralmente visto como um primeiro passo importante rumo a um regime global de redução das emissões que possa estabilizar verdadeiramente as emissões de GEE e fornece a arquitectura essencial para qualquer futuro acordo internacional sobre alterações climáticas". A Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas adoptada em 1992, na chamada "Cimeira da Terra" (...)(...) na sua primeira reunião de partes da Convenção (COP1) foi reconhecido que as metas voluntárias previstas até então para mitigação das alterações Climáticas seriam insuficientes, sendo necessário estabelecer um protocolo que vinculasse os países a um compromisso global, aquele que viria a ser o protocolo de Quioto (Gomes, 2010:44). Foram necessários mais dois anos de trabalho intenso para se chegar ao Protocolo de Quioto, contudo "as regras que vinculam os países signatários à sua implementação só foram adoptadas na COP7 em Marraquexe em 2001,num documento que ficou designado de "Acordo de Marraquexe" (IDEM:44-45). As negociações não foram pacíficas entre as partes, países desenvolvidos e em desenvolvimento, cujas preocupações centrais era a transferência de tecnologias, capacitação institucional e financiamento (Dessai et al., 2003).

Pelo clima reinante conclui-se que o Protocolo de Quioto esteve em risco de não entrar em vigor, dado á complexidade das condições exigidas para sua ratificação,¹¹ acabando os EUA em Março de 2001, por não ratificá-lo considerando-o de "prejudicial á economia americana" (palavras do então Presidente George W. Bush). Várias outras conferências realizadas entre 2008-2012 (período fundamental no cumprimento das metas de redução de emissões acordados em Quioto) porque há que negociar novas metas Internacionais para o pós-Quioto; a *Conferência de Nairobi (2006)* cuja discussão foi fundamental para um maior envolvimento dos países africanos na mitigação e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente por uma maior dinamização de projectos de energias limpas em África; a Conferência de Bali (Indonésia) em 2007, cuja preocupação central era encontrar compromissos fixos para o pós-Quioto; a eleição do democrata "Barak Obama" que mudou a posição dos EUA que regressaram às negociações, esses e outros eventos, servem de marcos importantes na preparação do acordo Global do pós 2012, que culminaram na Cimeira de Copenhaga, mesmo com todas estas considerações não impede que o working paper 1/98,

¹¹ -Para entrar em vigor seria necessário a sua ratificação de pelo menos 55 países e juntos deveriam corresponder a pelo menos 55% das emissões Globais de GEEs.

considerá-lo a todos os títulos um acordo notável, provavelmente o mais ambicioso e abrangente acordo internacional em matéria ambiental alguma vez negociado. Embora contemple apenas obrigações para os países industrializados, o seu impacto far-se-á sentir nos quatro cantos do planeta, e nos mais diversos sectores económicos.

A questão que se coloca neste momento é se a Cimeira de Copenhaga terá ousadia no mínimo de materializar os compromissos assumidos no Protocolo de Quioto e traçar outras metas, que possa prosseguir os ritmos de combate às alterações climáticas.

Cimeira de Copenhaga (18/12/010), nesta Cimeira novos compromissos já contidos no protocolo de Kyoto foram discutidos, com o objectivo de combater as alterações climáticas, em conformidade com o princípio de responsabilidades comuns mas diferenciados e respectivas capacidades. Estabilizar a concentração de GEE na atmosfera e promover uma cooperação a longo prazo no combate às alterações climáticas. Tudo isso encontra-se patente no ponto dois do acordo de compromisso no qual lê-se “... *Nós devemos cooperar para alcançar o pico das emissões globais e nacionais, assim como possível, reconhecendo que o período de pico será maior nos países em desenvolvimento e tendo em conta que o desenvolvimento social e económico e a erradicação da pobreza são as prioridades primárias absolutas dos países em desenvolvimento e que um desenvolvimento com baixas emissões estratégica é indispensável para o seu desenvolvimento.*” Isto deve-se ao facto de todos estarem convicto de que “*a ameaça do aquecimento Global pesa sobre o mundo em geral e sobre os países em desenvolvimento em particular*”(CORREIA, 2010)

No ponto 6 e 7, reconhecem a necessidade de combater o desmatamento, degradação das florestas e incentivo positivo para tais acções, que permita a mobilização de recursos para ajudar os países com economia de baixa emissão para continuar a desenvolver-se num caminho de baixa emissão.

Estes pressupostos ficaram mais a nível das intenções, Porque esta Cimeira evidencia a resistência por parte de vários países face á assumpção de compromissos a nível mundial “È mais uma evidência das dificuldades encontradas em congregar os esforços de todos os países. Em todo este processo, destacam-se as constantes disputas entre os países desenvolvidos e aqueles que se encontram em desenvolvimento. Quaisquer propostas mais ousadas tiveram sempre uma posição irredutível ou uma objecção por parte dos países emergentes, desde logo a China e a Índia, as quais não admitem perder a sua competitividade

económica e industrial face a potenciais preocupações ambientais” (LOPES, 2010:10) este autor aponta ainda como prova de cepticismo o caso da China que enviou para Copenhaga um funcionário de segundo Plano do seu “bureau”, enquanto os EUA apostaram fortemente nesta cimeira, ao mais alto nível, com Barak Obama a estar presente pessoalmente á mesa das negociações.

Na opinião do Presidente da Quercus (Francisco Ferreira), única ONG portuguesa presente como observador, em entrevista à RTP¹², considera de frustrante o acordo assinado, segundo ele, muitos dos países, entre os quais os menos desenvolvidos, não concordaram com a forma como o texto de acordo tinha sido elaborado e negociado de forma pouco transparente e democrático, por apenas 25 ¹³países e com a exclusão total da sociedade civil incluindo as ONG’s do Ambiente, o que considera de frustrante e fragilizado. “Este acordo é uma falsa partida.... Apesar daquilo que os líderes políticos estão a dizer neste momento, o documento está longe de ser justo e vinculativo. O continuar do Protocolo de Quioto por além de 2012 está ameaçado”. Na verdade o documento podia ser mais ambicioso para o ambiente como forma de fortalecer o Protocolo de Quioto, reforçado com novas metas, medidas de controlo e fiscalização. Da opinião idêntica partilha o Secretário de Estado do Ambiente “É sabido que esta Cimeira ficou muito aquém das expectativas, desembocando num acordo tido como pouco ambicioso e não apadrinhado por todas as partes (A.S. 2010:25), contudo sublinha que esta Cimeira tornou-se num marco nas negociações Internacionais sobre o clima. “Sem atingir os níveis necessários porque batemos, a aprovação do acordo de Copenhaga é um facto positivo, um passo na direcção certa e que abre possibilidades de se conseguirem progressos efectivos na Cimeira do clima deste ano no México”. E a verdade é que o Mundo não passará sem um novo regime climático, mais ambicioso e mais abrangente, que afaste em definitivo a dependência dos combustíveis fósseis, e que permita retomar condições atmosféricas e climáticas mais adequadas ao bem-estar da humanidade. Na generalidade este acordo é considerado uma desilusão, é, “nas palavras de Yvo de Boer, “tão-somente uma carta de intenções (...) são os ingredientes de uma arquitectura que pode responder a longo prazo ao

¹² - Entrevista concedida aos 21.12.09

¹³ -De entre esses subscritores se incluíram parceiros importantes como, a China, os Estados Unidos, a Índia, o Brasil e a África do Sul. Foi também criado o Fundo Climático de Copenhaga, constituído por 21 mil milhões de Euros destinados aos Países em desenvolvimento nos próximos três anos. Com a promessa de mais 70 mil milhões de Euros anuais, a partir de 2020. Estabeleceu-se como limite máximo de aumento de Temperatura média da terra para o futuro de 2°C.

desafio das alterações climáticas mas não em termos legais precisos”A.S.(2010:26); “não foram definidos objectivos de redução de emissões nem qualquer compromisso específico no sentido da conclusão de um acordo vinculativo em 2010” (IDEM). O mesmo documento salienta ainda que, apesar de aceite pelos líderes das grandes potências como um dos maiores desafios a nível mundial, o aquecimento global continua em 2010 a dominar a agenda Internacional. Supõe-se que, o pós-Quioto será uma continuação de debates a volta de aquecimento Global como forma de encontrar Políticas justas de protecção do ambiente e outros fenómenos originários de aquecimento Global entram na agenda, é o caso da desertificação que grassa o mundo com particular destaque nas zonas tropicais como o continente africano, gestão pública de solos entre outros.

Nestas Cimeiras, estiveram sempre presente os problemas ambientais derivados das alterações climáticas e que ganharam relevância nos anos 80, é o caso da urbanização, poluição do ar e da água, a biodiversidade e mais tarde o caso da desertificação (que estava a devastar grandes áreas por todo o Globo e com destaque para o Continente africano), motivo que levou à elaboração pelas Nações Unidas de uma Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (UNCCD) que foi apresentada em Paris, no dia 17 de Junho de 1994 (é considerado como Dia Mundial de Luta contra a Desertificação), situando-se como medida primária de protecção do ambiente (a nível das florestas). Esta Convenção é um instrumento legal, que obriga os países signatários a traçar políticas claras através da elaboração de programas de protecção ambiental e a implementação de acções e medidas de sua mitigação.

Em suma, estamos perante preocupações que são globais, e que atingem em particular os países do continente africano que ricos em recursos naturais, vêem-se delapidados dos mesmos com graves consequências socioambientais, com destaque para a pobreza. Segundo GOMES, (2010:40) a pobreza generalizada, a dependência da agricultura em relação às chuvas e à fraca capacidade institucional fazem da África um território particularmente ameaçado pelas alterações climáticas. O continente está progressivamente a aquecer e os modelos climáticos prevêm que assim continue, além de ocorrerem alterações no regime de chuvas. De acordo com a mesma, adaptar às alterações exige enormes mudanças nas políticas económicas e sociais o que requer grandes investimentos na construção de infra-estruturas resistentes aos eventos climáticos, investimentos que os países em desenvolvimento tem dificuldades em suportar.

Esses factos constituem preocupações para os governos africanos, isto ficou claro nas palavras do Director Nacional do Ministério do Ambiente de Angola, quando afirma «a implementação das políticas ambientais globais a nível regional constitui questão consensual africana sobre mudanças climáticas». Neste quadro a transferência de tecnologias, financiamento de projectos de adaptação e mitigação de mudanças climáticas contínua a ser o ponto forte de Agenda dos países do continente. Faz saber ainda que este ponto de vista regional da agenda africana sobre mudanças climáticas é extensivo a todos os Países africanos. Contudo se a África é fustigada pelas consequências do aquecimento global, tem o mais baixo índice per capita da utilização de energias fósseis, mas pode ser o continente mais vulneráveis às alterações climáticas devido á pobreza extrema desses países e sem capacidade de se adaptarem às alterações climáticas.

No caso concreto de Cabo Verde, pequeno país Insular que defronta desde há longos anos com as dificuldades de um clima de tipo saheliano que tem vindo a se degradar sucessivamente, não podia deixar de estar em conexão com a evolução das Políticas globais como forma de não colocar em risco a sua estabilidade ecológica. Segundo *Rocha, Neves & Vieira, (2007:12)* “A ligação entre a gestão Global e o desenvolvimento durável é capital para um país como Cabo Verde”. Um país onde os “cenários” de desenvolvimento humano e económico deve ter sempre presente a sua vulnerabilidade ambiental e no contexto de um pequeno estado insular em desenvolvimento. Foi com este pensamento que, um conjunto de acções tem sido levado a cabo nos “domínios da reflorestação, conservação de Solos e água, da educação ambiental, da protecção da biodiversidade, da luta contra a desertificação e da busca de resolução de problemas que a urbanização e a industrialização colocam” (*G. O. P. 2009:20*). Cabo Verde ao ratificar a convenção sobre a Diversidade Biológica, em 1995, assumiu o compromisso de adoptar políticas que permitam a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios que “advém da utilização dos recursos genéticos, inclusivamente através do acesso adequado a esses recursos e da transferência apropriada de tecnologias relevantes, tendo em conta todos os direitos sobre esses recursos e tecnologias, bem como através de financiamento inclusivamente através de acesso adequado” (*4º Relatório da Biodiversidade, 2009*). O mesmo Relatório adianta que Cabo Verde, à semelhança de outros países mobilizou-se em direcção a uma dinâmica de inserção das preocupações ambientais nos seus planos de desenvolvimento, sendo já evidentes mudanças substanciais nas práticas, prioridades políticas e opções de

investimento. Foram esforços de governos sucessivos para uma gestão criteriosa dos recursos naturais e na implementação de programas adequados à realidade do país, visando uma política para o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza, procurando consciencializar a população pela causa ambiental.

A consciencialização para o problema da fragilidade ambiental tem aumentado, sendo particularmente exteriorizado através de reflexões, debates, elaboração de diagnósticos, alertas e ainda através da implementação de acções, enquadradas em programas de preservação do meio, protecção de espécies, educação ambiental junto das comunidades locais, bem como do exercício de pressão junto dos representantes do poder instituído para que se proceda à formalização da legislação e da fiscalização das áreas protegidas, sempre que não exista ou quando apresenta fragilidades *BRITO, (2003:1)*. A ideia Política é de envolver todos os sectores, públicos, privados, os Municípios e organizações não Governamentais da sociedade Civil, consumado na criação do Ministério do Ambiente, Zonas de Turismo Integrado, Parques Naturais, assinaturas e ratificações de Convenções internacionais e um conjunto de Legislação e Programas para o efeito.

Pode-se concluir que, os desafios ambientais acima expostos vêm mobilizando a comunidade internacional desde há algumas décadas. A iniciativa que conduziu a esta estratégia de luta da comunidade internacional apareceu sob forma de Desenvolvimento sustentável, lançada em Estocolmo em 1972 e tendo a sua confirmação na “*Conferência da Terra*” em 1992, por meio de consensos a volta dos princípios, recomendações e acções da Agenda21 e, sobretudo das Convenções internacionais e ficou acordado assegurar a sua implementação através de estratégias e planos de acção de que Cabo Verde se engajou sem hesitação.

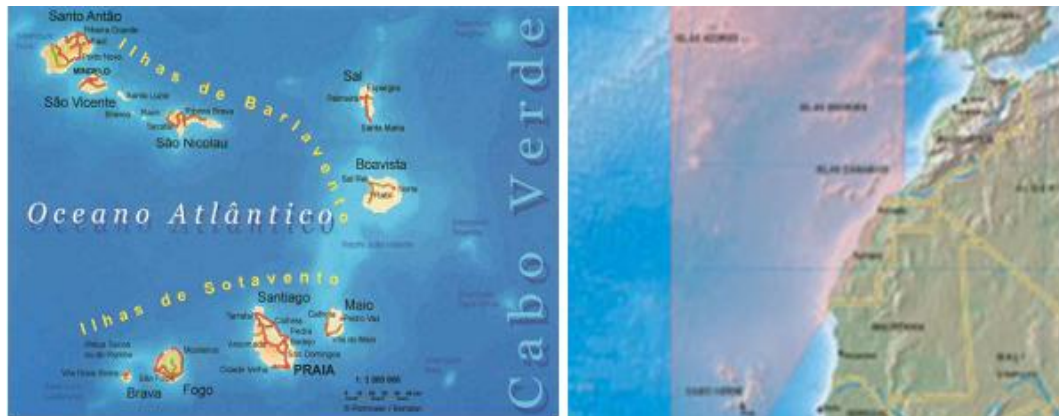
CAPITULO II: Análise da Situação Ambiental em Cabo Verde

Para melhor compreensão do tema, é de extrema importância proceder a um enquadramento global de Cabo Verde e analisar a qualidade, os riscos ambientais e a atitude dos seus governantes perante as políticas e medidas ambientais adoptadas a nível mundial.

2.1. Enquadramento geral

Cabo Verde é um pequeno estado insular constituído por dez ilhas de origem vulcânica, de relevo bastante acidentado, localizado no Oceano Atlântico, a 500 milhas do Senegal (Costa Ocidental Africano “*fig:1*”). Este arquipélago possui uma área emersa de 4.033 km², uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) estimada em cerca de 700.000Km² e alberga um total aproximado de 508 mil habitantes (dados do INE, 2008), concentrado sobretudo nas ilhas de Santiago e São Vicente coincidindo com os dois principais centros urbanos (Praia e Mindelo).

Figura 1- Ilhas de Cabo Verde e localização geográfica



Fonte: www.asemana.sapo.cv/ 12.12.010

O Arquipélago, dispõe de uma vasta ZEE, uma plataforma insular estreita, que conjugado com o seu isolamento, a sua pequena dimensão, a baixa percentagem do solo arável (apenas 10%) e as condições climáticas determinam a quantidade de recursos naturais, ambientais e marinhos existentes.

Em Cabo Verde, o ambiente tem sido, um dos temas mais importantes do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), e por essa razão, o Governo elaborou os Planos Ambientais Nacionais (PANA)¹⁴. Segundo este documento (*PANAI:18*), o avanço da desertificação na zona do *Sahell*,¹⁵ a escassez de recursos hídricos e a natureza insular oceânica são problemas ambientais muito próprios que predominam a natureza, cultura e economia da sociedade cabo-verdiana (...) assim como outros países insulares, Cabo Verde, não está isento da vulnerabilidade dos equilíbrios ambientais e pressão antrópicas sobre os fracos recursos naturais, esta prática está na base de definição de políticas ambientais necessárias para atingir o desenvolvimento económico sustentável.

Dadas as suas condições naturais, resultado da sua própria localização geográfica em pleno Atlântico, beneficiando de um clima predominantemente tropical semi-árido, marcado por chuvas irregulares no tempo e no espaço, com forte poder de erosão tornando-se cada vez mais escassas as porções de terras produtivas, solos na sua maioria provenientes de transformações de rochas vulcânicas, com grandes encostas inclinadas, convidativas ao arrastamento das partículas mais finas do solo em épocas de chuvas ou fortes ventos provenientes do deserto. Estas características “combinadas com as condições socioeconómicas (*pressão demográfica, sobre pastoreio, êxodo rural e a suburbanização desorganizada, desemprego, pobreza (...)*) tem contribuído, directa ou indirectamente para a degradação do meio ambiente neste país” *NEVES& MORAIS (2007:14)*.

Um estudo realizado em 2007, considera que, as condições sahelianas e montanhosas conjugadas criam problemas de forte erosão acompanhada de reduzida infiltração das águas das chuvas que se traduzem por uma percentagem muito fraca de terras cultiváveis (10% da superfície total) e uma fraca disponibilidade de recursos e de águas subterrâneas com tendência a diminuir com a persistência da seca que assola o país desde 1968, o que possibilita prever a necessidade de medidas e políticas acertadas de protecção do ambiente.

Na análise dos problemas ambientais, estão sempre presentes os fenómenos naturais tidos como fundamentais, é o caso do clima, solo, vegetação etc. Citando, *AMARAL (2007: 149)* “a nota dominante do clima é a aridez. Apenas nos anos de boas chuvas, e num

¹⁴-Um documento considerado estratégico para análise do fenómeno ambiental em Cabo Verde, são dois os Planos Nacionais de Desenvolvimento, mais conhecido por PANAI e PANAI.

¹⁵ -Região de África situada entre o Deserto do Sahara e as terras mais férteis do Sul, que formam um corredor ininterrupto do Atlântico ao mar Vermelho. Faz parte da Região 11 países (Senegal, Mauritânia, Burkina Faso, Níger, Nigéria, Tchad, Sudão, Etiópia, Eritreia, Djibuti e Somália).

pequeníssimo número de dias, nos leitos dos barrancos correm águas até ao mar; na maior parte do ano são vales secos” esta situação tem grande repercussão na produção agrícola, no abastecimento de água para a agricultura, para o uso doméstico e industrial, com incidência no saneamento básico das populações. Ainda segundo o mesmo autor “ *há grandes oscilações nos cursos de água entre as estações chuvosas, as precipitações determinam o pouco ou muita água nos leitos*”. Este pouco ou muita água nos leitos é determinante na vida dos caboverdianos que ainda continuam agarrados à terra e praticamente só existe água abundante nos meses a seguir aos de aságuas, isto é quando chover em abundância, o que justifica a grande carência deste líquido no País.

Em sete municípios, a disponibilidade de água para o consumo humano vem sofrendo uma degradação gradual. Nalguns é a própria qualidade que tem vindo a decair, sobretudo nas zonas litorais, face à salinização da água devido à intrusão de salina e com consequências na biodiversidade.

Outro fenómeno a ter em conta, são os factores de ordem social, económicos culturais e tecnológicos que também determinam os problemas ambientais, isto tendo em conta o processo desajustado do uso do solo da água e da vegetação. (...) constata-se que as principais ameaças sobre os recursos da biodiversidade de Cabo verde continuam sendo na sua grande parte de origem antrópica (...), não obstante algumas medidas de políticas no domínio da conservação dos recursos naturais, *Relatório da Biodiversidade, (2009)*. Estas preocupações concernentes à “problemática do ambiente são, em parte, apresentadas no programa do Governo, que (...) procura identificar os principais pontos fortes e fracos em relação ao estado do ambiente e dos recursos naturais em Cabo Verde. De entre os pontos fracos destacam-se a “fragilidade da agricultura e pecuária, a utilização depredatória da biomassa, a degradação dos ecossistemas marinhos e terrestre, insuficiência de legislação dissuasória das práticas agressivas ao ambiente e à excessiva dependência de combustíveis fósseis” (*IDEM:02*). Ficou explícito que, os problemas ambientais deste país estão intimamente relacionados com a forma como o homem relaciona com os sectores produtivos e os objectivos que pretende alcançar. Por exemplo, a agricultura, está assente numa base muito frágil, na qual se faz o uso de técnicas rudimentares, como enxadas, causadora da erosão do solo e com fraca produtividade, sendo baseada essencialmente na cultura do milho e feijão

que continuam sendo considerados por uma ampla franja de população como base da alimentação.

As Estatísticas nacionais revelam que, uma franja significativa da população de Cabo Verde, - cerca de 68%,-vive, em zonas rurais, dependendo essencialmente das actividades agrícolas e pesqueira para sua sobrevivência, não obstante o reconhecimento da disparidade enorme existente entre a densidade da população rural e a capacidade do solo para suportar esta população (SEPA, 2000). Esta população rural vive na dependência de uma agricultura muito condicionada por um clima que não lhes dá confiança, com chuvas irregulares que ditam um sistema de produção aleatório, dependendo de variação do regime pluviométrico.

Até aos nossos dias, o milho e feijão são tidos como culturas principais na agricultura sazonal e com fraco rendimento (a produção anual normalmente não cobre por além de 10% do consumo da população). Outras culturas como mandioca, batata-doce são normalmente cultivados em zonas altas de maior humidade, mas com pouca expressão, apesar de que, com as novas políticas de investimento na agricultura, tenta-se mudar a forma de ver e de pensar dos agricultores, com novas orientações, novas cimentos e tecnologias como a gota-a-gota, técnicas de enxertia e outros processos que permitem melhorar a produção e num período menos longo, com variação de culturas que tem maior facilidade de escoamento nos mercados e com técnicas ambientalmente melhoradas.

Agricultura irrigada é desenvolvida nalgumas ilhas como Santiago, Santo Antão, Fogo e São Nicolau, na qual a cana-de-açúcar continua sendo uma referência como principal cultura e destinada essencialmente para fabrico de mel e aguardente, cujas técnicas de cultura e de fabrico são danificadoras de ambiente. A pecuária é outra actividade conexas, que é praticada por quase todas as famílias rurais e com destaque para as ilhas agrícolas. É esta actividade responsável pelo fornecimento de carne, leite, queijo etc. Para o consumo das populações, só que a sua produção é sempre insuficiente porque sofre muito com o regime das chuvas que quando não forem suficientes provoca a morte dos gados ou são vendidos a baixos preços (*tabela1*).

A *tabela1*, é elucidativa, ao mostrar que apenas cerca de 10% das terras são cultiváveis e desta apenas cerca de 9% são irrigadas com repercussões em todas as outras actividades dependentes da gestão hídrica e da agricultura.

Conforme um estudo efectuado pelo *MDP*, em 1986, as terras de sequeiro são em geral exploradas a cerca de 90% do seu potencial, estando 57% dessas terras sem qualquer tipo de dispositivo de protecção de solos. Este facto explica o estado de erosão do solo e a existência de um número considerável de famílias pobres que persiste nas zonas rurais com todos os prejuízos ambientais advenientes.

Tabela 1- Potencialidades de ocupação do solo em Cabo Verde

POTENCIALIDADES	SUPERFICIE (ha)	% da superfície do país
Terras cultiváveis	38.969	9,7
Irrigáveis	3.350	
Pluviais	2.5827	
Agro-silvo-pastoris	9792	
Agro-silvo-pastoris	55.457	13,7
Floresta de produção	9.050	
Floresta de protecção	46.407	
Domínio pastoril extensivo	87.164	21,6
Terras incultas	217.110	53,8
TOTAL	398.700	98,8

Fonte: *CNUAD 92* – Relatório de Cabo Verde (adaptada do *SEPA*, 1998).

A prática de pastoreio é um outro problema, segundo dados do (*SEPA*; 2009), “o meio ambiente caboverdiano não dispõe de capacidade forrageira para responder a carga de gados existentes, aliado a uma cultura de pastoreio livre que por além de devastar as pastagens e empobrecer os solos agrícolas, é tido como um dos maiores agentes de erosão”.

A pesca é um outro sub-sector considerado prioritário para o desenvolvimento da economia cabo-verdiana (*SEPA*, 1998). Com todas as ilhas cercadas por mar, com uma plataforma continental considerável que favorece a formação de bancos de peixe, o problema continua a residir na qualidade de técnicas utilizadas na captura. Até este momento a pesca é fortemente dominada pela captura artesanal, apesar de um esforço enorme das autoridades, com a criação da Direcção Geral das pescas (*DGP*), construção e requalificação dos portos, no sentido de incentivar o investimento no sector, criando certas condições de acesso ao crédito, formação dos pescadores, criação de condições de congelamento do pescado e outras medidas que possam dar aos profissionais desta área melhores condições de captura, conserva, venda e distribuição do pescado no mercado nacional e internacional e com reflexos na melhoria das condições de vida destas pessoas, cumprindo assim, uma das premissas do programa do governo - a luta contra a pobreza como forma de atingir os ODM.

A liberdade do exercício destas actividades é um outro constrangimento, isto porque “o livre acesso à pesca é, de difícil acompanhamento e dificulta a aplicação dos princípios de

desenvolvimento sustentável” *Relatório da Biodiversidade (2002:63)*. O mesmo documento salienta ainda, que desta forma torna-se difícil o cumprimento das normas internacionais de que Cabo Verde é signatário, por exemplo, as tartarugas marinhas são espécies mundialmente protegidas, mas Cabo Verde beneficia de um período defeso de oito meses, deficientemente fiscalizado, seja por deficiência do sistema (meios humanos e materiais insuficientes), seja por uma fraca consciencialização dos pescadores, comerciantes, agentes de fiscalização e população em geral. Se por um lado se registam benefícios por parte daqueles que fazem a captura ilegal, por outro, registam-se prejuízos para o estado e operadores económicos ligados ao ecoturismo, devido á delapidação de um património biológico com potencialidade não apenas turística, mas também com valor científico e cultural.

A agricultura, aliada a uma prática de pastorícia e pesca, com técnicas e cultura pouco científicas, lançam um substrato importante da população rural na miséria, essa franja de população acaba por exercer uma grande pressão sobre os recursos naturais acelerando a desertificação que por sua vez num país onde chove pouco provoca novos problemas ambientais, sociais e económicos tanto nas zonas rurais como urbanos. A referida pressão é exercida não só sobre o solo e a água mas também sobre as florestas na procura de lenhas para combustível. Estas mesmas populações ao verem-se confrontados com a carência de recursos para sua sobrevivência, em especial nos maus anos agrícolas, isto é, anos de seca, abandonam os campos provocando um verdadeiro êxodo rural, na mira de encontrar um local onde poderão ter melhores condições de vida, assim vão fixar nos arredores dos grandes centros urbanos - Cidade da Praia e Mindelo, onde por vezes são utilizados como mão-de-obra barata e levando um estilo de vida que não tem nada a ver com os cidadãos, provocando o nascimento de novos bairros nos quais se verificam das piores condições sanitárias.

O país tem lançado nos últimos anos, um vasto programa de infra-estruturação (rodoviárias, portuárias, turísticas etc), como desafio de desenvolvimento, o que provocou uma grande procura de materiais para construção, como areia, brita cascalho e outros. Grande parte de famílias do litoral que, vivendo na situação de pobreza, desemprego e com baixo nível de escolaridade, vêm-se na extracção de inertes como uma solução para o ganha-pão e “tendo como consequências imediatas, a intrusão de salinas e a salinização dos poços, a perda do potencial agrícola dos solos, a destruição dos ecossistemas, dos estuários e reflectindo-se mesmo nos próprios recursos marinhos costeiros” (*NEVES&MORAIS, 1997:14*), com

consequências na qualidade de água, na desflorestação do país e no desenvolvimento do turismo, “uma área de aposta dos governos sucessivos, que pretende aproveitar das excelentes condições naturais do país para um desenvolvimento competitivo como destino turístico, “não obstante a sua fragilidade em termos de equilíbrio ambiental, que requer uma abordagem cuidadosa no quadro do desenvolvimento da actividade turística” *PEDT*,¹⁶ (2010-1013:27).

De acordo com o IºPND (1982/85), Cabo Verde, devido à sua situação geográfica, oferece á partida excelentes condições para o desenvolvimento da industria do turismo, mas a fragilidade do seu ecossistema e a fraqueza da sua economia, constituem limitações que justificam uma certa prudência quanto ao seu ritmo de desenvolvimento, deste modo, terá que encontrar um modelo apropriado de gestão que não ponha em causa a sua estabilidade ambiental, porque se por um lado traz benefícios económicos, por outro, pode ser uma ameaça ambiental e social “um turismo intensivo causa prejuízo no ecossistema costeiro”, *LBSEA* (2004), isto porque a grande concentração de turistas pode provocar a sobrecarga das praias, a poluição sonora, a propagação de certas doenças que provém do exterior, o aumento do tráfico entre outros problemas, por isso, há que regimentar as zonas destinadas ao turismo, como *ZDTI*, que foram criadas em várias Ilhas, parques Naturais e determinar os procedimentos de entrada e controlo de actividades a serem realizadas neste espaço entre outras actividades que possam ser realizadas pela própria comunidade.

O saneamento e distribuição de água determinam a qualidade de turismo que se quer, Segundo o mesmo documento o serviço de saneamento não tem correspondido às expectativas das populações, embora haja avanços a registar no abastecimento de água e na ligação de redes de esgotos. Isto é visível porque uma boa quantidade das águas residuais das zonas litorais do país, domésticas e industriais, são lançadas directamente no mar sem nenhum tratamento, constituindo assim um risco para a saúde pública e para a preservação do ambiente.

O país começa a conhecer alguns efeitos do turismo sobre o ambiente, o exemplo é a especulação imobiliária que levou ao desaparecimento de algumas praias ricas em espécies

¹⁶ - PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISTICO EM CABO VERDE (*PEDT*)
- Um documento de análise do sector turístico que sintetiza e define a visão do Governo quanto ao turismo que se pretende para Cabo Verde, norteadores do seu desenvolvimento futuro, que permitam maximizar os benefícios daí advenientes para toda a população, de forma sustentável e sem pôr em causa a gestão eficiente dos recursos escassos do país.

endémicas, outras muito frequentadas pelos turistas são alvos de lixos produzidos pelos próprios turistas que põe em causa a saúde pública, a imagem do país e a própria segurança dos banhistas, sabendo que para o desenvolvimento de actividades como o turismo a salubridade é fundamental.

O esquema a seguir (**Fig:2**), resume a conexão entre o Ambiente e outras actividades que ao fazerem o uso dos recursos naturais podem contribuir para a conservação do ambiente ou para a sua degradação. Por outras palavras, o ambiente em si, funciona como um sistema, que se encontra inter-relacionado com quase todos os outros sectores de desenvolvimento.¹⁷ Todos estes sectores presentes tem uma função importante na preservação do Ambiente, aliás são determinantes na qualidade de ambiente ecológico que queremos.

Figura:2 - As interligações entre o sector do ambiente e outros conexos



Fontes: Livro branco Sobre o Estado de Ambiente em Cabo Verde(2004) (adaptado)

¹⁷ -Insuficiência de *infra-estruturas e de transportes* fazem com que os fluxos turísticos se concentram em apenas quatro Ilhas. Tal insuficiência resulta sobretudo, das dificuldades nas ligações aéreas e marítimas entre as ilhas de Cabo Verde (*insuficiência de ligações, preços elevados, desarticulação entre horários dos turistas e o tempo gastos nas viagens*)

Em termos gerais, as actividades antes descritas “constituem fontes de poluição ambiental o que também é uma grande preocupação nacional. Afectam negativamente a saúde publica , provocam a diminuição dos valores estéticos das paisagens e conseqüentemente o desenvolvimento turístico” *PANAII, (2004)*. Acrescenta ainda, que os principais indicadores da poluição ambiental em Cabo Verde são: a existência de óleos usados no solo, dispersão e acumulação de resíduos sólidos não biodegradáveis nas lixeiras, acumulação de gases de escape de veículos automóveis(sobretudo nos centros urbanos) e de aerossóis no ar(p. ex. a bruma seca).

Em conclusão, pode-se afirmar que os problemas ambientais do país são praticamente comuns a todas as ilhas. Na maioria das vezes resultam de uma deficiente gestão dos recursos naturais. Como solo, água, vegetação e outros e também das mudanças climáticas e deficit de capacitação e apropriação dos processos de IEC(Informação, Educação e Comunicação). A degradação desses recursos se constata normalmente e com maior destaque para as zonas costeiras e bacias hidrográficas.

2.2. Os Recursos Ambientais, Caracterização e Classificação

Uma das principais questões debatidas actualmente quando se trata das relações entre os sistemas económicos e os sistemas ecológicos ou ambientais refere-se ao processo de se associar valores económicos aos bens e serviços ambientais.(*NETO, 2007*), os dois sistemas associados mostram as dificuldades existentes quando se quer distinguir recursos ambientais de recursos naturais, segundo *MAILARÉ(2001)*, a categoria de recursos naturais está envolvida na categoria dos recursos ambientais. «Em rigor, poderíamos dizer que a categoria dos recursos naturais(.....)é parte de um conjunto mais amplo, dos recursos ambientais. Em outros termos, todo o recurso natural é ambiental, mas nem todo o recurso ambiental é natural». São sistemas extremamente complexos, rigidizados por acumulação de um conjunto de elementos fisico/químicos, existentes na atmosfera, nos Oceanos, na hidrosfera, na criosfera e na biosfera e com intervenções á escala local, regional e global.

Em certos Ordenamentos jurídicos, Recursos ambientais são constituídos por “*Atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas e os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera*” (República Federal do Brasil), outros, consideram-no constituído pelos *elementos naturais bióticos e abióticos de que dispõe o homem para satisfazer as suas necessidades económicas, sociais e culturais* (Republica de

Cuba). O ordenamento jurídico português fala da integração nas suas dimensões ecológicas, social, económica e tecnológica, com vista a promover o desenvolvimento sustentável.

No caso de Cabo Verde, onde, a biodiversidade é a base das principais actividades agrícolas, como a agricultura, a exploração florestal e a pesca, e mais recentemente, a oferta turística foi também estruturada com base nos recursos naturais do país (*UNDP.ORG.ODM7*). Esses recursos que se classificam em recursos *naturais não renováveis* "Aqueles sobre os quais toda exploração traz consigo, inevitavelmente, sua irreversível diminuição" (*Diccionario de la Naturaleza, 1987*). Recursos naturais *renováveis* "Um recurso natural é renovável quando, uma vez aproveitado num determinado lugar e num dado tempo, é suscetível de ser aproveitado neste mesmo lugar, ao cabo de um período de tempo relativamente curto" (*Diccionario de la Naturaleza, 1987*). No primeiro caso, isto é, recursos obtidos directamente da natureza, a sua existência em Cabo Verde é insignificante, na medida em que o solo é pobre e em termos de matérias primas não dispõe de recursos naturais aproveitáveis em larga escala, apenas de *pequena quantidade de jazidas de calcário, gesso e argilas utilizados na construção civil; águas minerais e enxofres* que muitas vezes são mal conhecidos. Dos recursos marinhos existem muitas praias que constituem importantes recursos turísticos porque ainda não estão degradadas, por outro lado, suas areias e sol característicos, apresentam muito interesse.

De acordo com o (*SEPA,1998*), o sal marinho teve uma grande importância até ao século XIX. Porém as salinas perderam importância no século XX, mas ainda existem grandes potencialidades em certas ilhas como a ilha do Maio cujas perspectivas de exportação ultrapassa os 300.000 toneladas por ano.

No *segundo* caso existe em Cabo Verde, uma potencialidade enorme, que se bem aproveitada poderá contribuir para o reforço da economia do país, é o caso dos ventos, sol e água do mar, que poderão ser aproveitados como fontes de energia, diminuindo assim o peso de importação de energias fósseis. Se tomarmos em consideração a definição do *RELATÓRIO DO PLANETA VIVO (2010)* "Os recursos renováveis(...) são as « áreas de solo agrícola, de pastagem, e de floresta e a área de pesca» necessária para produzir alimentos, a fibra e a madeira consumidas pela população humana", nesta perspectiva, as áreas de solo agrícola para pastagem, para pesca e floresta no país são efectivamente, cada vez mais escassas devido à diminuição das precipitações, que arrasta consigo a diminuição da água tanto

em quantidade como em qualidade; da biodiversidade; das florestas e do solo, tornando o país cada vez mais pobres em recursos naturais/ambientais.

Apesar da diminuição dos recursos naturais com valores ambientais, existem ainda alguns recursos em diversas zonas agro-ecológica, que, de acordo com vários estudos de diversos autores, sobretudo nos últimos anos, demonstraram que, se valorizados, ou seja, utilizados de forma racional e sustentável, darão um valioso contributo à geração de rendimentos para as comunidades locais e conseqüentemente ao desenvolvimento auto-sustentado do país. No entanto, a valorização de qualquer recurso natural pressupõe a existência de um plano adequado, que previna acção antrópica nociva á continuidade desses recursos, esse plano deve estar adaptado às estratégias e programas de gestão e utilização sustentável desses recursos. *Por exemplo*, vários estudos consideram o turismo como um dos principais recursos do país e o bom aproveitamento dos recursos biológicos pode ser uma excelente oportunidade para o desenvolvimento do turismo rural que poderá ser decisivo no desenvolvimento do país.

Em conclusão, pode-se considerar que, apesar da pobreza do solo, Cabo Verde, dispõe de excelentes condições de desenvolvimento que se forem bem aproveitados *os recursos renováveis e biológicos* para obtenção de energias eléctrica a partir de fontes renováveis e da grande diversidade paisagística das suas ilhas, ilhéus e mar territorial no desenvolvimento do turismo.

2.3. Evolução da Política Ambiental em Cabo Verde

Cabo Verde, pelas suas características geográficas e climáticas tem estado continuamente sujeito ao flagelo de secas cíclicas tornando ainda mais débil o seu ambiente ecológico. Esta situação, obrigou os cabo-verdianos a inventar e colocar em prática medidas “imaginativas” que debelassem a situação reinante constatada um pouco por todo o mundo nos anos setenta (...), *BORGES (2007)*. O alastramento destes fenómenos é duramente sentido em Cabo Verde, dado que se trata de um povo que na ausência de outros recursos naturais sempre viu na agricultura, na criação de gado e na pesca significativas fontes de

rendimento, de alimento e de emprego, 2º RNEB, (2002:70).¹⁸ Esta década ficou marcada, por uma procura incansável de soluções que possam contrariar as fatalidades climáticas impostas pela natureza e combater os seus efeitos económicos, sociais e políticos, tentando encontrar soluções com base na cooperação internacional que possa colmatar os efeitos da seca e da desertificação.

Desde a independência, os sucessivos Governos Cabo-verdianos têm-se mostrado preocupados com a questão da preservação dos ecossistemas e com o enquadramento dos organismos vocacionados para a gestão ambiental. Na estratégia expressa nas *Grandes Opções* de Plano para do Desenvolvimento (2002), o ambiente é tido como um dos temas mais importantes.

Criou-se medidas e Políticas que pudessem dar combate ao flagelo da seca. Nesta sequência Cabo Verde aderira ao CILSS (Comité inter-estados para a Luta Contra a Seca no Sahel)¹⁹, logo após a sua independência em 1975. A partir desta data muitas medidas foram tomadas e postas em prática, tendo sempre presente uma gestão racional dos recursos existentes, e de acordo com as suas características climáticas.

Dados disponíveis, relativamente á preservação do meio ambiente, dividem as políticas governamentais em duas etapas:

1ª República (pós independência, até 1990), cujas políticas estiveram sobretudo viradas para o mundo rural tendo por objectivo atacar o desemprego num segmento da população fortemente atingido pela pobreza.

2ª República (Pós 1990), com a mudança para um regime pluralista, o novo governo iniciou com um programa muito rico e promissor no que concerne aos problemas ambientais, na tentativa de contornar as políticas já estabelecidas, introduziu muitas inovações e modernização nos sectores afectados. Estas políticas e medidas encontram-se detalhadas nos diversos programas dos Governos e nos PND (*Plano Nacional de Desenvolvimento*) iniciados a partir da independência aos nossos dias.

¹⁸ -RNEB (Segundo Relatório Nacional Sobre o Estado da Biodiversidade em Cabo Verde, 2002

¹⁹ - O CILSS, foi criado em 1974, constituído por 9 países do Oeste africano (Burkina Faso, Cabo Verde, Gâmbia, Guiné Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Tchad), todas vítimas dos efeitos da seca e do deserto de Sahra.

A Primeira etapa das medidas tomadas pela Administração após a independência consistiu na definição de programas com objectivo de resolver a grave situação de emergência à qual o país estava confrontado. Esses programas foram o Programa de Acção de luta contra as consequências da seca (1976-1977), seguido do segundo Programa de Emergência (1977-1978), SEPA (1998:17).

Documentos consultados como os quatro *Relatórios sobre o Estado da Biodiversidade* em Cabo Verde e outros documentos, deixam entender que, as políticas governamentais, após a independência, até 1990, relativamente à preservação do ambiente, estiveram sobretudo viradas para o mundo rural sofrendo mudanças substanciais na década de 90 (*tabela:2*).

Tabela:2 - Programas do governo e Prioridades

LEGISLATURAS	PROGRAMAS	PRIORIDADES
1975-1980	1º Programa-7/7/1975	Criação de Postos de trabalho
1981-1985	2º Programa- B.O. nº 7 de 14/2/81	Gestão de água e utilização dos solos.
1986-1990	3º Programa- B.O. nº 7 de 18/02/86	Mobilização e valorização dos recursos hídricos
1992-1995	4º Programa - 30/05/1991	Luta contra a degradação do meio ambiente e da qualidade de vida.
1995-2000	5º Programa	Preservação do ecossistema costeiro
2001-2006	6º Programa-19/03/01,B.nº6,I Série.	Segurança alimentar
2006-2011	7º Programa - Março/2006	Desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaborada pelo autor, Abril de 2011

No Primeiro Programa do Governo (1975-1980), apresentado a 7 de Julho de 1975, a prioridade era dada à “*criação de postos de trabalho produtivo*” e como principal medida com impacto ambiental. Atribuía-se à “*reconversão do trabalho de apoio através de projectos de desenvolvimento agrícola incluindo a retenção da água das chuvas, conservação de solos e florestação*” uma das chaves da preservação do ambiente. Os objectivos dos sectores da Agricultura e das Águas centrava-se na elaboração de uma lei sobre a utilização das águas, na criação de um fundo para a reforma agrária, condição essencial para a melhoria das condições de vida das populações rurais, (*Cardoso, 2007*); na luta contra a erosão e a desertificação,²⁰ na criação de uma instituição para o estudo e a preparação da Reforma agrária.

²⁰ -É neste período que se regista em todas as ilhas do país, a aplicação dos primeiros Programas de reflorestação

No Programa da Segunda Legislatura (1981-1985), as políticas foram inscritas no Primeiro PND (1982-1985) e dava ênfase às políticas de gestão de água e de utilização dos solos (SEPA, 1999)²¹; fazia-se referência, ao início de execução de um vasto programa de combate sistemático á desertificação, preservação do património fundiário, mobilização de águas e extensão de regadio com vista à transformação, de forma radical, da estrutura de produção agrícola e pecuária, intensificação da execução de programas de defesa e restauração de solos, mobilização de águas, florestação e melhoramento das condições agrícolas em geral.

No quadro do desenvolvimento económico e social, o Governo considerava que o aumento do nível de vida das populações no domínio do ambiente fazia parte integrante do desenvolvimento económico, por isso, foi incluída esta proposta, no quadro de política de gestão da água e de utilização dos solos urbanos.

No Programa do 3º Governo Constitucional²² (1986-1990). Este Programa tinha como objectivo, a luta contra a desertificação e a erosão; a mobilização e valorização dos recursos hídricos; o reordenamento do território; o desenvolvimento da utilização de energias renováveis; a racionalização da utilização dos recursos naturais; e constituição de reservas naturais, (PANAI, 2004:8). Não se referia explicitamente ao meio ambiente mas comprometia-se a dar atenção especial aos objectivos traçados e para sua execução foram realizados investimentos importantes e estratégicos na luta contra a erosão e a desertificação; na recuperação da cobertura vegetal e na recarga de lençóis freáticos.

No Programa do 1º Governo Constitucional da II República (1992-1995). A partir de 1990, tem sido definidas estratégias mais amplas, valorizando a política ambiental, através de decisões importantes, por isso, este programa mantém as preocupações com o meio ambiente considerando que *“devem ser criadas as condições naturais para que todo o cidadão cabo-verdiano viva no seu país com dignidade, adoptando-se medidas de luta contra a degradação do meio ambiente e da qualidade de vida”* e declara-se *“que o Governo preconiza a protecção e a preservação do meio ambiente, que ao desenvolvimento é indispensável um ecossistema equilibrado”*. É considerado um programa melhor elaborado e tecnicamente mais ajustado.

²¹ - Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade

²² - A primeira Constituição foi aprovado em 1980, antes funcionou a Lei de Organização Política do Estado(LOPE) , aprovado em 1975 para um período de 90 dias mas que vigorou até 1980.

No programa do IIº Governo Constitucional da IIª Republica (1995-2000). Neste Programa, o Governo refere-se ao ambiente marinho nos seguintes termos: *“o meio marinho e as costas do nosso país serão tratados como um ecossistema costeiro. Será definida uma estratégia coordenada tendo como principais tarefas a preservação dos recursos naturais e o equilíbrio do meio ambiente, com a promoção do desenvolvimento sustentável e harmonioso da zona costeira”*(2º REBCV2002).

Propunha-se, entre outros, elaborar um plano de acções inter-sectoriais, nacional e local, com o propósito de assegurar a gestão integrada da zona costeira e seus recursos, prevenir a poluição marinha, através de medidas de regulamentação e de fiscalização, criar as zonas protegidas com o propósito de renovação do stocks, actualizar e divulgar a legislação sobre as espécies protegidas.

No Programa do Governo para a VIª Legislatura (2001-2006). Entre as linhas de força de políticas, deste programa, pode-se ler: *“A conservação e o desenvolvimento dos ecossistemas das ilhas constituirão uma preocupação central do Governo que deverá ser traduzida numa orientação política de carácter horizontal e tomada em devida conta em todas as outras políticas sectoriais”*. A preservação do ambiente aparece pois como um dos grandes temas a ser contemplados pelo actual governo que se compromete em equacionar o programa da segurança alimentar garantindo aos cidadãos uma alimentação sadia, e a oferta de bens alimentares, num conceito que inclui o acesso aos rendimentos, à educação e informação, à saúde e nutrição, à água potável, ao saneamento básico e à participação. No programa, figuram conjunto de planos e programas orientados para o ordenamento do Território, a lei dos solos, o ordenamento da orla costeira, a protecção da biodiversidade e do ambiente contra as mudanças climáticas, a luta contra a desertificação, a conservação dos solos e da água, o controlo da intrusão salina, o tratamento dos resíduos sólidos, urbanos, hospitalares, o tratamento de efluentes, o controlo da poluição marinha, a educação ambiental, a elaboração de um plano energético, o acompanhamento da aplicação de convenções e tratados internacionais e a criação de uma reserva da Biosfera de Cabo Verde.

No Programa do Governo Para a VII Legislatura (2006-2011). Neste Programa o Governo elegeu como prioridade, a linha de *“um desenvolvimento sustentável, a promoção da qualidade de vida, o ordenamento do território, a gestão equilibrada dos recursos naturais e*

a defesa do ambiente”. Pretende uma orientação política de carácter horizontal e concertada com as outras políticas sectoriais.

A reforma do sector energético “*criação de um mercado energético competitivo e mais eficiente*”²³; a electrificação do mundo rural como forma de diminuir a Pressão sobre o ambiente com as cortes de árvores que são utilizados como combustível e melhorar a qualidade de vida das pessoas; aposta no desenvolvimento integrado da comunidade rural através do ordenamento das bacias hidrográficas em paralelo com alargamento das redes de infra-estrutura, dessalinização da água do mar e regeneração de águas usadas, construção de barragens, bacias hidrográficas como forma de garantir água potável para o consumo doméstico, industrial e agrícola no quadro dos recursos do Millennium Challenge Account (MCA)²⁴ e do Programa de Luta Contra a Pobreza.

Retomou-se as políticas públicas da Legislatura anterior, como saneamento básico, a saúde, a habitação social e formação profissional em alternativa à extracção de inertes e outras actividades prejudiciais ao Ambiente. Aposta também na consolidação do processo de reforma de protecção social em curso, apoio às famílias carenciadas, “*põe ênfase num desenvolvimento económico com qualidade ambiental*”.

“*O Governo anterior criou condições essenciais para que Cabo Verde entre numa nova fase de implementação da Política ambiental*” este novo Programa do Governo traça os mecanismos de sua concretização.

Em suma, o Governo conta prosseguir a política de gestão integrada dos recursos hídricos e saneamento, tendo como objectivo a exploração durável da água e de todos os recursos a ela ligada; a melhoria das condições de vida das populações bem como a dinamização das actividades económicas, tendo por base um desenvolvimento com qualidade ambiental no estrito respeito dos princípios da Agenda21.

Em geral, o período da Iª República foi marcado pela implementação do I e II PND. As duas primeiras reformas visavam tal como foi transcrito no Iº PND, a qualificação do maior potencial de Cabo Verde: Os seus recursos humanos; a 3ª Reforma visava satisfazer as necessidades básicas da população nomeadamente a nível de subsistência alimentar,

²³ -Discurso do Primeiro-ministro na apresentação do Programa do Governo da VII Legislatura na Assembleia Nacional.

²⁴ - Programa Norte Americano, criado como prémio de boa Governação nos países em Desenvolvimento de que Cabo verde foi seleccionado em 2004.

CARDOSO, (2007:164). A grande preocupação dos Governos da Iª República consistia na garantia de um trabalho e um salário às pessoas com destaque para o mundo rural, *foram traçadas políticas para um ambiente excepcionalmente de natureza*, com base na aplicação do programa de reflorestação e estruturas de conservação de solos e de água. Numa primeira etapa esta visão política teve reflexos positivos com a mobilização dos apoios da Comunidade Internacional e com uma boa gestão dos mesmos. Nos finais dos anos oitenta, esta política começou a mostrar sinais de fraqueza, exigindo assim algumas reformas que as autoridades de então não compreenderam e começou um período de estagnação.

Regista-se que, nos primeiros anos que seguiram a independência, a preocupação com o ambiente relacionava-se principalmente, com a conservação do solo e da água, “não havia políticas muito claras, em relação à protecção e gestão dos ecossistemas, no seu conjunto” GOMINHO&VIEIRA, (2003). As grandes inovações surgiram nos anos noventa, principalmente, depois da Conferência do Rio, em que o novo Governo conhecedor das falhas dos seus antecessores, introduziu uma política de modernização da agricultura, *deu-se inicio a uma política ambiental ligada ao comportamento humano*, com aumento das produções hortícolas, frutícolas, de raízes, tubérculos, mas falharam ao tentar uma ruptura completa com as políticas ambientais do passado.

De acordo com o RNSEBCV (2002), “Esta não complementaridade política entre as orientações de desenvolvimento rural (pesca, agricultura, silvicultura, floresta e pecuária) da primeira e segunda República, fez com que as políticas ambientais, desde a independência, até hoje, fossem promotoras de uma cultura de sobrevivência, em vez de um desenvolvimento sustentado. Por isso nesta matéria, os avanços em termos de eficácia e de eficiência da gestão ambiental não foram os desejáveis.”

Entretanto, o panorama tem sofrido muitas alterações, isto pelo facto de Actualmente o ambiente está sendo encarado com muita seriedade pelas autoridades com tomadas de posições políticas e jurídicas importantes. É dedicado cada vez mais tempo para o debate concernente a este tema (tanto mais que os problemas ambientais chegaram ao parlamento, tendo sido criado uma rede parlamentar do ambiente), há mais investimento na mobilização de água, na obtenção de energia, no saneamento etc. Enquadrada na estratégia política de garantir a qualidade de vida das pessoas e o bem-estar da nova geração.

CAPÍTULO III: A Problemática Ambiental: Papéis e Instrumentos

A Constituição da República de Cabo Verde, consagra o “*direito do cidadão a um ambiente de vida sadio e ecológicamente equilibrado, conferindo-lhe o dever de o defender e de o conservar*”²⁵. É o dever de todos, conservar e proteger o ambiente e assegurar a não violação deste direito.

Assim, Cabo Verde tem uma participação efectiva no processo de luta contra os efeitos nefastos das alterações climáticas, a nível mundial, regional, nacional e local, o que implica um envolvimento de todos os cabo-verdianos no processo de desenvolvimento sustentável e na implementação de acções que possam vir a contribuir para a mitigação desses mesmos efeitos.

3.1. O Papel do Poder Central

Ao Governo compete, de acordo com a *Lei de Bases do Ambiente (LBA)*²⁶, E em conformidade com o Artigo 7º *al.k* da *CRCV*,²⁷ *que determina como tarefas fundamentais do Estado «Proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o património histórico-cultural e artístico»*. A condução da política global nos domínios do Ambiente, da qualidade de vida e do ordenamento do território (...) e a adopção das medidas adequadas à aplicação dos instrumentos criados pela *LBA*.

Além de mecanismos legislativos, compete ainda ao Governo, a criação de instituições, departamentos, mecanismos de políticas nacionais e locais que permitam a garantia de um ambiente sadio e que promova a qualidade de vida.

A prossecução desta acção legislativa, tanto para promoção da boa qualidade ambiental como para punir os prevaricadores, é feita, através da administração directa²⁸, ou da administração indirecta²⁹ do Estado, um e outro, em articulação com o Poder Local, tendo em

²⁵ -*V. Art. 73º CRCV* (Constituição da República de Cabo Verde)

²⁶ -Lei nº 86/IV/93, de 26 de Junho.

²⁷ -*CRCV*, foi revista em 1995, 1999 e 2010.

²⁸ -Integra todos os órgãos, agentes e serviços integrados na pessoa colectiva do Estado, de modo directo e imediato e sob dependência do Governo, desenvolvem uma actividade tendente à satisfação das necessidades colectivas.

²⁹ -Integra as entidades públicas, distintas da pessoa colectiva “Estado”, dotadas de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. Está sujeita à superintendência do Governo.

conta as importantes atribuições dos Municípios no domínio do ambiente, saneamento básico e salubridade do meio.

De notar que, na actual estrutura orgânica do Governo existe um Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos o qual abrange, entre outras, as matérias referentes ao ambiente e o ordenamento do território.³⁰

De acordo com *Ramos, 2003*³¹ o diploma orgânico do actual Governo,³² numa demonstração clara da importância atribuída ao ambiente, enfatiza precisamente este aspecto ao criar o Ministério do Ambiente Agricultura e Pesca (*MAAP*), “*como órgão nacional responsável pela política do Ambiente e do ordenamento do território*” *LBA (art. 3º.e)*). Segundo ele, foi atribuído a este sector governamental, no sector do ambiente e recursos naturais, um conjunto de incumbências enquanto entidade responsável para propor, coordenar e fiscalizar a execução da política de ambiente, um leque grande de competências que perpassam todos os componentes ambientais naturais e humanos. A sua criação vem dar sequência ao cumprimento do estabelecido na *LBA (Artigo 2º.2)*, segundo o qual a Política do Ambiente tem por fim otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressupostos básicos de um desenvolvimento auto – sustentado.

Além disso, como órgão nacional responsável pela Política do Ambiente e do Ordenamento do Território, quer a nível global ou sectorial, deve participar na prevenção dos riscos naturais e industriais; fomentar a participação dos cidadãos e das instituições na protecção do ambiente, incluindo estímulos à constituição de associações de defesa do ambiente; propor normas para a protecção e utilização de águas; apresentar soluções para os resíduos sólidos e efluentes líquidos; promover e coordenar a elaboração do Plano Nacional da Política de Ambiente e outros Planos Sectoriais.

O *MAAP* como órgão Nacional, dispõe de amplas atribuições, e em coordenação com as autarquias Locais, incentiva e apoia as Associações ou Organizações Não Governamentais do Ambiente.

³⁰ - V. Artigo 33º do decreto-lei n.º 30/2002, de 30 de Dezembro.

³¹ - Consultor jurídico, na elaboração do PANAI, 2003

³² -Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 30/2002, de 30 de Dezembro, correspondendo à última estrutura do Governo.

Na sua execução directa das Políticas definidas pelo Governo Central, conta com o apoio de outros órgãos criados para o efeito. É o caso da DGA e outros Ministério que por transversalidade tem também funções ambientais (os problemas ambientais constitui uma problemática que toca todos os sectores de actividades e áreas de governação). Por exemplo, o Ministério da Educação que de acordo com o *art. 4º.l)* da LBA, deve participar com «A inclusão da componente ambiental e dos valores herdados na educação básica e na formação profissional, bem como o incentiva à sua divulgação através dos meios de comunicação Social, devendo o Governo produzir meios didácticos de apoio aos docentes (*livros, brochuras, etc.*)». É nesta perspectiva que foi implementado o Programa de Formação e Informação para o Ambiente (PFIE), no ensino formal a partir de 1990, com o objectivo de sensibilizar e preparar os professores para o ensino de matérias ligadas ao ambiente “este programa desenvolveu, durante 10 anos, acções de sensibilização, comunicação, formação, animação nas escolas e elaboração de materiais didácticos, tendo escolhido como público alvo prioritário a comunidade educativa do ensino básico” ; o *Ministério da Defesa com o controlo nas alfândegas de produtos importados, aplicação de taxas ecológicas e até na realização de actividades práticas de saneamento, últimamente no quadro da luta contra o mosquito “Dengue” os militares deram grande contributo* na campanha de desinfecção das casas de pessoas; na limpeza das ruas, das ribeiras, das Praias etc. o *Ministério do mar* na sensibilização contra a captura de certas espécies em extinção, como tartaruga e na fiscalização das praias contra a apanha de inertes etc. *Ministério de saúde*, orienta e sensibiliza o saneamento do meio, com divulgação na comunicação social e com cartazes sobre a melhor forma e prática de higiene e combate a certas doenças. Convém, salientar que, “*as funções do ambiente são dispersos entre diversos sectores e instituições da administração pública*”, e em muitos serviços sectoriais que se relacionam com o ambiente, tem na sua orgânica de forma explícita ou implícita tarefas ambientais, pelo que, o Ministério responsável pela política deve colaborar com todos os sectores e actores envolvidos na questão ambiental. Cabe ainda, ao Poder Central, coordenar os serviços de ordenamento do território, das indústrias e do turismo³³, através da criação de normas de licenciamento e de certificação dos impactes ambientais.

³³ -“O Estado e os Municípios devem assegurar que a actividade turística se desenvolva com respeito pela exigência de protecção do meio ambiente, das reservas naturais, do equilíbrio ecológico e do património cultural” artº 23, da Lei nº 21/IV/91, de 30 de Dezembro.

Antes de 1994, “apesar de algumas acções desenvolvidas a nível da Secretaria de Estado da Agricultura, o ambiente não figurava como um dos componentes da estrutura governamental”, RAMOS, (2003). Não existia um órgão que coordenava os serviços de execução de políticas ambientais, apesar da aprovação da LBA³⁴ em 1993, cujo art. 39º apontava para a necessidade de criar um organismo destinado a promover a qualidade ambiental. Contudo, este artigo muito importante para resolver as fraquezas do Direito Ambiental em Cabo Verde, com destaque para a informação e fiscalização, não foi dado um tratamento que merece.

A Referida LBA (*artº 4º, al. a), b) e c); conjugado com o artº 4.2)* foi fundamental na definição do papel do poder Central, ao associar explicitamente o ambiente ao Ordenamento do Território e ao Planeamento económico e propõe a existência de um órgão nacional responsável pela política do ambiente e do território a fim de garantir a integração da problemática do ambiente, do ordenamento do Território e do Planeamento económico, quer a nível global quer sectorial.

Em conclusão, o Poder Central em representação do Estado, cria instrumentos de política que sirva como guia para execução de suas actividades na tomada de decisões, adoptando medidas de contenção e fiscalização que possam contribuir para a danificação do ambiente. Estas políticas e medidas além de estarem adequadas aos problemas actuais devem também ser tomadas em sintonia com outros actores, também, com responsabilidades na área, é o caso dos Poderes locais e outros, como única forma de garantir a perenidade e sustentabilidade.

Sintetizando o artº3º da LBA “*O papel do Poder Central nesta área não é de execução, mas de dinamização, de coordenação e de supervisão*”. Desenvolver políticas públicas em articulação com as dinâmicas sectoriais do ambiente, dinâmicas do sector privado, das autarquias locais, das ONGAs e da sociedade civil em geral, o que implica existência de critérios rigorosos na selecção de capacidades humanas tanto em quantidade como em qualidade.

³⁴ - Lei nº 86/VI/93 de 26 Julho define as bases da Política do ambiente e o Decreto legislativo nº 14/97 de 10 de Julho desenvolve as bases da Política do ambiente.

3.2. O Papel do Poder Local

As atribuições, em matéria de ambiente, das Autarquias Locais, sempre teriam que incidir, pela aplicação da cláusula residual de atribuições, em todas aquelas áreas que estão intimamente ligadas aos “*interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas*”, Ramos, (2003). É essencialmente a nível dos municípios que a política ambiental pode se realizar. São os municípios o poder com ligação mais estreita com as populações e com possibilidades de actuação, em concertação com as entidades desconcentradas, através de actividades concretas com um impacto visível e notável (ADSACV, 2003). Os municípios em combinação com os poderes desconcentrados têm um papel importante na implementação das políticas ambientais, isto explica-se pelo factor, proximidade, que fazem deles os melhores conhecedores da realidade local, o que poderá facilitar a integração ao nível do planeamento e gestão municipal, podem acordar e implementar a sua própria iniciativa sobre a Agenda 21 local (A21L),³⁵ que segundo RODRIGUES (2010:231), é por definição um processo participativo, de âmbito geralmente municipal mas por vezes regional ou intermunicipal, conduzido pelos governos locais (...) isoladamente ou através de parcerias locais para o desenvolvimento sustentável.³⁶ Segundo o mesmo autor, o processo deverá envolver toda a comunidade local na definição de uma estratégia comum de acção de longo prazo com a protecção do ambiente, a prosperidade económica e o bem-estar social dessa mesma comunidade³⁷.

Por conseguinte, os munícipes têm a prerrogativa legal de constituir equipas de trabalho com objectivos³⁸ e metas bem definidos e conduzidos sectorialmente por

³⁵ -Em Cabo Verde, não há indícios de nenhuma autarquia com programa de implementação de Agenda21 Local.

³⁶ -O Internacional Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI) define Agenda 21 Local como «(.....) um processo participativo, multi-sectorial, que visa atingir os Objectivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um plano de acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável». Veja-se [http://www.iclei.org/\(cons. Maio 2008\)](http://www.iclei.org/(cons. Maio 2008)).

³⁷ -Esta estratégia é também designada por Plano de Acção da A21L.

³⁸ -É necessário clarificar os objectivos e metas sectoriais. Como por exemplo o objectivo da eliminação dos locais de deposição incontrolada de resíduos. Trata-se de um objectivo que pode ser promovido sectorialmente, através por exemplo da construção de infra-estrutura para de posição controlada de resíduos, ou de uma forma integrada, através por exemplo da articulação das políticas de desenvolvimento industrial, do ordenamento do território, de educação para a cidadania e de ambiente. Os objectivos sectoriais não significam necessariamente a integração de políticas, nem implicam que haja por parte da(s) política(s) sectoriais uma consideração de aspectos fundamentais do ponto de vista da função social dos serviços prestados à sociedade pelos sectores responsáveis. Questões como a equidade na distribuição dos bens relacionados com esses sectores (e.g. acesso às infra-estruturas) ou a qualidade dos serviços prestados podem também ficar oclusos numa abordagem reducionista, no sentido por exemplo da “sustentabilidade ambiental” (RODRIGUES.2010,p:232)

determinados departamentos ou sectores técnicos das autarquias que as orientam para obtenção de resultados prosseguindo os princípios da sustentabilidade.

Esta nova forma de actuar a nível local, começa a pôr em causa, a frase standarte da A21L “*Pensar Globalmente actuando localmente*”. Surgindo assim algumas questões: Porque não o contrário? Como propõe RODRIGUES, (2010:233) “*Pensar localmente e agir globalmente,*” ou senão “*pensar localmente, agir localmente*”? Seria uma forma de questionar a interligação entre o global e o local, por outro lado seria um estímulo ao aparecimento de uma nova forma de “*pensar e agir*” tendo apenas o local como horizonte.

O Estatuto dos Municípios de Cabo Verde, aponta ainda um conjunto de atribuições³⁹ que são específicos do poder Local, que se relacionam com a promoção de medidas, acções e programas de protecção e conservação da natureza, florestação, arborização (**ANEXOIII**).

O cumprimento destas atribuições é decisivo na definição do vínculo entre a autarquia e a população, porque requer um trabalho de parceria com outros órgãos locais como é o caso das ONG’s e as Associações, importantes como intermediários para a sensibilização como para execução de obras ligadas ao meio ambiente, e *Assembleia Municipal*, na medida em que muitas delas se encontram inseridas nos Códigos de Postura Municipal, instrumentos que também são fundamentais na defesa e preservação do ambiente, apesar das dificuldades sentidas na sua aplicação devido essencialmente a carências de meios humanos e financeiros.

O estatuto dos Municípios impõe ainda ao Poder Local a criação de um pelouro responsável pelo meio ambiente e saneamento básico e uma Comissão Especializada na área do Ambiente com a função de coadjuvar os órgãos municipais na aplicação das leis, o que torna acrescida a importância do ambiente a nível político para as Autarquias Locais.

Em todo caso fica claro que, os municípios são as autoridades que têm maior capacidade de mobilização do público para o processo de transição para a sustentabilidade, por ser o nível de governo mais próximo⁴⁰ da população, mas carece da capacidade técnica, material e financeira para localmente fazerem face aos problemas ambientais com destaque para as infra-estruturas de saneamento. Em partes, explica-se pela grande dependência

³⁹ -Artigos 39º (ambiente), 29º (saneamento, 28º (planeamento) todos da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, que aprova o Estatuto dos Municípios.

⁴⁰-A questão da proximidade parte de um dos princípios da sustentabilidade e transcrita no artº1º do Tratado da União Europeia: «O Presente tratado assinala uma nova etapa no processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões serão tomadas de uma forma tão aberta quanto possível e ao nível mais próximo dos cidadãos (...).»

financeira dos municípios em relação ao Estado, através do *FEF* (Fundo de Equilíbrio Financeiro)⁴¹ que não abona a favor da aplicação dos planos ambientais, e constitui por isso um ponto fraco potencialmente limitador da sua acção no terreno.

Atendendo aos problemas de carência de recursos que enfrenta os municípios, conclui-se que é fundamental a articulação entre a Administração Central e Local em matéria de ambiente e de investimentos a realizar nesta área. Se é certo que aos municípios reserva-se actualmente um vasto leque de competências em matéria sensíveis para a sustentabilidade, como execução de investimentos públicos em equipamentos e serviços urbanos e rurais, o ordenamento do território, o saneamento básico, os transportes e as comunicações, a energia, a educação pré-escolar, a cultura e os desportos, não é certo, sobre as fontes de recursos para a execução dessas tarefas porque não existe no Orçamento municipal uma rubrica sobre o ambiente, o que deixa entender que não assumem a área de ambiente (Informações colhidas na DGA, Fevereiro 2011).

Ainda se pode concluir que, os poderes em termos de políticas ambientais encontram-se diluídos a vários níveis e no seu carácter de integrador exige concertação de estratégias e objectivos muitas vezes antagónicas e incompatíveis. Por isso, muitas vezes propõe-se articulações a todos os níveis, a fim de evitar conflitos. Segundo, *PEREIRA, (1997)*, “A conflitualidade é inevitável devido a diferente peso político das entidades envolvidas”, contudo a problemática ambiental é sem dúvida um tema que exige articulação entre os diferentes níveis decisórios⁴². Pode-se sim, evitar o conflito, por meio de negociações abertas e descomplexadas.

Entre os vários níveis, constata-se uma clara interdependência, na vertical e de cima para baixo em que as directrizes são também descendentes, não há equilíbrio entre esses poderes. Por isso considera-se normal, haver poucas propostas dos níveis inferiores às directrizes do nível superior. Não havendo muita iniciativa nem do poder local, nem da sociedade civil, fica legitimada as medidas cozinhadas nos gabinetes centrais e impostas sobre todo o território nacional.

⁴¹ -V. Decreto-lei nº 79/VI/2005, de 05 de Outubro.

⁴² -Existe em Cabo Verde três níveis decisórios: O nível Central com (Governos e administrações desconcentrados) e o nível local com os municípios. O nível regional não tem existência legitimada e não existe uma configuração de freguesias como autarquias intermunicipais.

3.3. O Papel das Instituições Públicas e Privadas

Neste Subcapítulo vamos debruçar-nos sobre o papel das instituições na investigação no domínio do ambiente e na fiscalização (*Tabela:3*).

Tabela:3 - Instituições de investigação científica e suas actividades

INSTITUIÇÕES	ACTIVIDADES	DIFICULDADES
INIDA	-Desenvolve a investigação, difunde conhecimentos; promove a formação profissional agrícola, silvícola e pecuária. -Realiza estudos sobre recursos naturais (agua, solos, pesquisa e desenvolvimento de selecção varietal, plantas, fauna, espécies endémicas etc.). -Faz estudos sobre as espécies ameaçadas e endémicas e propõe medidas de protecção e conservação.	-Não consegue desenvolver as actividades de forma contínua por falta de recursos e por défice de pessoal em áreas importantes.
INDP	-O seu papel na área do ambiente é a produção de instrumentos para implementar a politica das pescas, fazendo a análise da situação e acompanhamento da dinâmica do sector.	-Enfrenta dificuldades jurídicas na gestão dos recursos humanos.
INMG	-Faz a recolha, tratamento, análise e fornecimento de dados nos domínios da meteorologia, da qualidade do ar e da geofísica aos diferentes agentes económicos nacionais, estrangeiros e internacionais; -Promove estudos e formação nos domínios da meteorologia, da geofísica e da qualidade do ar. - Presta apoio á aviação;	-falta de meios de deslocação; -reduzida capacidade de medição do ar; -Deficiência de comunicação com outros sectores
LEC	-Promove estudos científicos e técnicos de base necessários à resolução de problemas ligados a industria, construções, águas e outras actividades essenciais; -Procura estudar e adaptar as novas tecnologias à realidade de Cabo Verde.	-Meios técnicos e financeiros
IES/UNIVERSIDADES	-De um modo geral, no ensino Superior regista-se uma certa sensibilidade por questões ambientais (escolha dos temas de trabalho do fim de cursos, palestras, visitas de estudos etc.) -Existem já alguns cursos como a biologia, geografia, ecologia de desenvolvimento cujos curriculum contém disciplinas ligadas a protecção do meio, o que mostra uma certa dinâmica no domínio das ciências do ambiente e da educação ambiental.	-Intervenção integrada -Real capacidade de investigação

Fonte: Autor, Março 2011

Essas Instituições de investigação funcionam como conselheiras do Governo em questões científicas, económicas, sociais e ambientais e de fiscalização, contudo, de acordo com o quadro acima, todas funcionam com dificuldades idênticas (financeira, recursos humanos e de comunicação).

De um modo geral, na execução de suas tarefas nota-se muita sensibilidade ambiental, com destaque para o ensino Superior onde o ambiente sobressai na escolha dos temas de trabalho do fim de cursos, realização de palestras, visitas de estudos etc.

Quanto à fiscalidade, o Decreto-Legislativo nº 14/97, no seu artigo 59º diz que, *a fiscalização das infracções contra o ambiente, compete às autoridades policiais, aos agentes de fiscalização das florestas, agricultura, pecuária, pesca e saúde pública, aos inspectores do trabalho, aos membros do Governo responsável pelo sector do ambiente e aos agentes indicados pelas Câmaras Municipais*. Esses agentes que actuam na inspecção de instalações, obras, máquinas, veículos, aparelhos e produtos, por meio de visitas a locais, exame de livro de registo comercial e de outros documentos de empresa, fazem análise de produtos confeccionados verificando o prazo de validade, higiene e outros. Também passam por dificuldades no cumprimento cabal na fiscalização do funcionamento dos restaurantes, centros comerciais, cantinas e outros por falta de meios, de uma estrutura e mecanismos de coordenação entre os diversos sectores interventivos na área, mas também por falta de aceitação por parte dos proprietários e da própria população.

De acordo com RAMOS (2003), a verdade é que atendendo á particularidade dos danos ambientais, na maioria das vezes irreversíveis, a forma como se processam, e respondendo ao princípio supremo da prevenção, como ideia força da defesa e preservação do meio ambiente, parece-nos essencial que se crie e se faça funcionar efectivamente um serviço de fiscalização.

Deixa-se entender, a necessidade de medidas preventivas mas também persuasivas e repressivas, isto é, a necessidade de agir em campo repressivo e persuasivo como forma de fazer cumprir a lei, de criar um sentimento ambientalista e de responsabilidade entre os agentes económicos, industriais e do cidadão em geral.

Constata-se que na área de fiscalização, há uma complacência que funciona como pior inimiga do ambiente, raras vezes ou nunca se verifica a tomada de medidas, com coimas por exemplo a um infractor de normas ambientais, já que a fiscalização funciona de forma muito deficiente. Por outro lado não há todo um trabalho preventivo de esclarecimento das normas ambientais numa sociedade pouco sensível aos problemas ambientais, achamos que é também papel desses agentes actuar no desenvolvimento de *“acções que conduzam a um maior esclarecimento da opinião pública sobre os seus deveres para com a natureza e o meio ambiente”*. Esta constatação não coincide com a opinião da DGA, onde se entende terem feito

muito a nível de publicidade, de esclarecimento e até de formação de agentes que actuam no terreno “*a nossa grande preocupação é fazer passar a nossa mensagem junto da população*” afirmação de uma das técnicas da DGA.

A nível das empresas não existe capacidade ambiental visível, se considerarmos que elas não conseguem juntar-se para criar uma capacidade conjunta, por exemplo, na luta contra incêndio, na comparticipação para um melhor saneamento básico e para obtenção de energia/água de melhor qualidade. Funcionam alguns lobbies⁴³ que derivam de contactos directos e individuais junto das instituições fornecedores ou de prestação de serviço deixando em aberto a possibilidade de corrupção na aquisição desses bens.

Documentos oficiais,⁴⁴ confirmam que o ambiente não tem sido uma prioridade nas preocupações actuais dos operadores económicos. A nível desta classe não há uma visão elaborada sobre o ambiente e pode-se afirmar que o sector privado e empresarial ainda está alheio á problemática ambiental que é visto mais como uma restrição e menos como uma oportunidade.

Portanto, analisando os gastos feitos com as investigações deste problema, o empenho manifestado com a divulgação pública dos resultados obtidos, pode-se concluir qual a importância que os sectores públicos e privados concedem aos problemas ambientais.

3.4. O Papel da Sociedade Civil

O contexto no qual a política se realiza caracteriza-se por uma consciência ainda fraca sobre sustentabilidade/ambiente e a falta de uma visão global e um comprometimento público dos diferentes actores. “Isto leva a decisões onde o imediatismo e as vantagens económicas/financeiras a curto prazo dominam e a um comportamento das populações que resulta numa proliferação de actividades contra o ambiente. Ainda está por se afirmar a existência de um contrapoder na área do ambiente” (*ADISACV, 2003:5*).

Por razões históricas e culturais, a comunidade cabo-verdiana na sua maioria tem ainda uma fraca consciência ambiental, pelo que encaram a questão de ambiente, isto é,

⁴³ - Os lobbies aparecem como resultados de contactos directos e individuais em função das afinidades pessoais.

⁴⁴ - Documentos sectoriais do PANAI, como “*ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DE AMBIENTE EM CABO VERDE*” (Setembro 2003), são um dos exemplos.

florestas, ar, água, solo como simples meio de aproveitamento económico sem pensar no problema de sustentabilidade de longa duração, parafraseando «*Karl Marx*» as pessoas estão ainda preocupadas com o “*encher a barriga*”, aproveita dos recursos naturais/ambientais com base na resolução dos problemas imediatos. Por outro lado, nota-se um substancial desconhecimento por parte da sociedade civil das normas protectoras do ambiente (havendo um longo percurso ainda por fazer, de forma a reverter esta situação).

Estes factores, conjugados com a elevada pobreza, mais o individualismo, dificultam ainda mais o combate às práticas que ameaçam o ambiente. As deficientes infra-estruturas sanitárias, os despejos dos lixos ao ar livre, a má utilização dos contentores ou não utilização quando existem, são exemplos que explicam certos comportamentos negativos que se registam tanto nos centros urbanos como nas zonas rurais.

Nos últimos anos, as campanhas de sensibilização levaram a que muitas pessoas compreendessem os prejuízos ambientais, mas por falta de alternativas económicas e tecnológicas, continuam procurando soluções imediatas para resolver os seus problemas prementes de sobrevivência e outros de rendimento. Nesta campanha em prol de ambiente, as ONG's como CITI-Habitat, Morabi, OMC, ADAD, Amigos da Natureza e outros, estão tendo papel importante através da sua participação no programa de luta contra a pobreza e nos programas de desenvolvimento Local.

Por outro lado, existem normas que protegem qualquer cidadão ameaçado ou lesados no seu direito ambiental ou ecológico (*artº 73ºCRCV*); mas pergunta-se como é que um cidadão pode conhecer os mecanismos de actuação quando se sentir violado o seu direito “*a um ambiente de vida humana sadio e ecológicamente equilibrado*” se as leis não são muito bem divulgadas ou democratizadas? Muitas vezes desconhece-as! Há necessidade de uma verdadeira articulação entre os poderes públicos, privados e *ONGAs*, enquanto parceiros na divulgação dos direitos e deveres junto das comunidades como forma de promover a cidadania ambiental.

Os destinatários das políticas são de facto as comunidades, as organizações/pessoas que têm que contribuir para a realização das políticas através de um comportamento em conformidade com as intenções que as políticas têm (*ADISACV, 2003:14*).

Regista-se uma falta de consciência afirmada/aguda das pessoas sobre o conceito e a importância do ambiente dentro das organizações dos sectores e uma falta de liderança no

sector de ambiente (*IDEM*,:21). «É preciso mudar radicalmente a problemática a partir do quotidiano... transformar a atitude do espírito perante as coisas», *Saraiva (1977)* Citado por Rodrigues, (2009:244). Aplicando esta ideia à realidade cabo-verdiana, fica evidenciada a necessidade de um trabalho rigoroso no seio da sociedade cabo-verdiana no sentido de passar a ver os recursos naturais, não somente como alvo de obtenção de meios de sobrevivência imediata, mas sim como garantia de sustentabilidade para o presente e outras gerações vindouras.

3.5. Instrumentos de Gestão do Ambiente

Em termos gerais, pode-se entender um instrumento de política de ambiente como o meio utilizado pelas autoridades ambientais⁴⁵ para promover a implementação de medidas por parte dos diferentes agentes da sociedade, ou para alterar os seus comportamentos, com vista a redução e controlo das pressões e dos impactes ambientais «*Santos&Antunes (1999), cit. SUBTIL, ALVES&VIDEIRA(2005:135)*». Estes, apresentam como exemplo de instrumentos de política de ambiente a definição de uma norma de qualidade ambiental, o estabelecimento de uma taxa de emissão ou a celebração de um acordo voluntário.

Nesta perspectiva os instrumentos devem enquadrar a “*adopção de medidas de gestão e política de ambiente, que correspondem á realização de acções concretas de protecção/recuperação/controlo ambiental, implementadas para fazer face aos problemas identificados*” (*IDEM*). Essas medidas são determinadas e orientadas por legislações que permitem a criação de Instituições e capacidades de protecção do ambiente que serão especificadas a seguir.

3.5.1. Instrumentos jurídicos

Em termos legislativos, “as publicações antes de 1975 deixam transparecer uma certa vocação para a agricultura” (*ANEXOII*) demonstrando a importância que a agricultura sempre teve na vida do povo cabo-verdiano. Aborda também “*dificuldades em desenvolver a*

⁴⁵ - Em Cabo Verde, corresponde ao MAAP, DGA, Câmaras Municipais.

pesca, e uma certa preocupação no que concerne à conservação ambiental, incluindo a preservação de espécies haliêuticas de valor comercial”. Alguns documentos do século XIX, ao fazerem alusão à pesca de coral abordam com certa clareza a problemática da preservação do meio ambiente.

A independência em 1975, trouxe um novo dinamismo a este sector com várias iniciativas legislativas em favor do ambiente “demonstrando que os sucessivos governos têm se mostrado preocupados com a questão da preservação dos ecossistemas e com o enquadramento dos organismos vocacionados para a gestão ambiental” *ADISACV (2003)*. Este facto justifica que, hoje a legislação cabo-verdiana sobre o ambiente seja constituída por um corpo de leis, decreto-lei, portarias e textos que permitiram normalizar os princípios gerais da política de exploração dos recursos naturais (**Tabela:4**).

Tabela:4 - Principais Instrumentos jurídicos

Instrumento Jurídico	Objecto	Matéria regulamentada
CRCV, Revista 1999/2010 Artº 7º,73º e 91º	Direito de Ambiente	Define o Direito do Cidadão a um ambiente sadio.
Lei nº 85/IV/93, de 16 de Julho	Bases do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico,	Atribui à CM a responsabilidade de fiscalização das disposições urbanísticas em colaboração com as autoridades policiais.
Lei nº 86/IV/93, de 26 de Julho	Define as bases da Política do Ambiente	Criação de um organismo de promoção da qualidade de ambiente (artº39º); Estatuto das ONGA (artº40º); fixação da indemnização especial por danos causados ao ambiente (artº42º); Combate à poluição hídrica (artº10) etc.
Decreto-Lei nº 14/97, de 1 de Junho	Desenvolve as Bases da Política do Ambiente	Regula as normas de salvaguarda da saúde, higiene e segurança dos trabalhadores; Normas que regulam a construção, instalação e funcionamento das infra-estruturas destinadas à remoção e tratamento dos RSU.
Decreto-Lei nº 48/IV/98, de 6 de Abril	Regula a actividade Florestal	Cria o Plano Florestal Nacional e; ⁴⁶ Regula os cortes de árvores e suas taxas e delimita áreas de caça.

Fonte: PANAI (adaptada), Junho 2011⁴⁷.

Toda a análise contida neste subcapítulo centra-se na (**Tabela:4**), a começar pela Constituição da Republica que consagra o “direito do cidadão a um ambiente de vida sadio e ecológicamente equilibrado, conferindo-lhe o dever de o defender e de o conservar” (*artº*

⁴⁶ -Juntamente com o Plano de Gestão constituem os chamados Instrumentos de Intervenção - artº 8º.

⁴⁷ -Elaborada a partir do PAIS, “Legislação, regulamentação e instrumentos de fiscalização no Sector ambiental”(2003)

73º). Estado e os municípios ficaram com a incumbência de assegurar o cumprimento dessas normas protectoras do ambiente.

Segundo RAMOS (2003), “Cabo verde dispõe neste momento de um quadro legislativo de muita qualidade, absorvendo os principais institutos e os princípios mais modernos em termos de direito ambiental, abrangente na sua extensão, tocando as principais matérias concernentes à defesa e preservação do meio ambiente, com uma preocupação permanente em definir os mecanismos e formas de fiscalização”. De entre os mananciais das normas ambientais destaca-se a própria constituição da República que em vários momentos se faz alusão ao ambiente com destaque para a Constituição de 1992, no seu artigo 7ºk) que estabelece como uma tarefa do Estado “*proteger a paisagem, a natureza, os Recursos naturais e o meio ambiente...*” e no seu artº 73º Reconhece ainda que todos tem o direito a um ambiente sadio e ecológicamente equilibrado assente em políticas correctas de ordenamento do território e do planeamento e promoção, do aproveitamento racional de todos os recursos naturais, com vista à salvaguarda da sua capacidade de renovação e estabilidade ecológica (...) propõe ainda promover a educação ambiental com respeito pelos valores do ambiente, na luta contra a desertificação (...). Por outro lado, no seu art.º 91º, ao reflectir sobre a importância da defesa e preservação do meio ambiente, referente aos princípios gerais da organização económica, dispõe que “a exploração das riquezas e recursos económicos do país, qualquer que seja a sua titularidade e as formas de que se revista, está subordinada ao interesse geral”(Artº.91.1), acrescentando que “*as actividades económicas devem ser realizadas tendo em vista a preservação do ecossistema, a durabilidade do desenvolvimento e o equilíbrio das relações entre o homem e o meio envolvente*”(Artº.91.3). Além de medidas legislativas, conhecidas como constitucionais, outras normas foram publicadas, durante os anos 80, que também foram benéficas para a consolidação das políticas ambientais. Com destaque para o Decreto-Lei, nº104/80 de 20 de Dezembro, que regula a extracção de areias nas Praias como forma de salvaguardar o necessário equilíbrio na exploração deste recurso natural; Decreto-Lei nº 114/80; Portaria nº 106/83, destinadas à protecção dos vegetais ou como medidas de urgência para a protecção dos solos e da água em locais onde os terrenos ficaram na condição de uma rápida erosão, devido ao seu uso inadequado.

A partir de 1990, com a mudança de Regime Político⁴⁸ e com a realização da Cimeira da Terra em 1992, “O ambiente vem ganhando um novo impulso e um cunho institucional em Cabo Verde”, *ADISACV (2003:11)*. E na ideia de dar um novo impulso á protecção ambiental, foram tomadas medidas legislativas importantes como forma de materializar os preceitos constitucionais e o acordado na Cimeira da Terra.

Citando, *SEPA (1998:22) (ANEXOII)*, o quadro Legislativo actual, relacionado com as questões ambientais, baseia-se sobre quatro textos fundamentais:

A *lei n.º 85/IV/93* define as bases do ordenamento do território nacional e o planeamento urbanístico. Incumbe ao estado e os municípios a promoção do ordenamento territorial e urbano, sem contudo pôr em causa os direitos liberdades e garantias dos cidadãos (**art.º 2º**). Cria os planos de ordenamento (esquema nacional, esquemas regionais e planos especiais de ordenamento); esta lei comporta essencialmente a regulamentação das construções urbanas e peri-urbanas mas com poucas referências à situação fundiária no meio rural.

A *lei n.º 86/IV/93*, conhecida por Lei de Bases da Política do Ambiente, fixa as grandes orientações e define o quadro legal que deve reger as relações entre o homem e o meio natural. Esta lei Estabelece no seu **artigo 2º** os princípios específicos de forma a atingir a optimização e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico do desenvolvimento sustentável; no seu **artigo 4º**, definiu um conjunto de objectivos e medidas tais como, o desenvolvimento económico e social auto-sustentado; o equilíbrio ecológico e a estabilidade geológica e física do meio; a manutenção do ecossistema entre outras.

Dedica o seu **art.º 5º** aos “**Conceitos e definições**” no qual reconhece a capacidade de carga do território e dos recursos naturais, bem como a necessidade de integrar a expansão urbano-industrial na paisagem de modo a funcionar como factores que se inter-relacionam e não como agente de degradação ambiental. Na alínea **b)** faz referência á situação alimentar, habitação, a saúde, educação, transportes e a ocupação dos tempos livres como forma de garantir o bem-estar físico, mental e social. Na alínea **a) do art.º 5º.2)** define o ambiente como “conjunto de sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos factores

⁴⁸ -Cabo Verde esteve sob regime de Partido único de 1975-1990. Foi a partir de 1990 com a realização das primeiras eleições livres que passou de um regime monopartidário a pluripartidário.

económicos, sociais e culturais, com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem”.

Os restantes artigos ficaram dedicados à “defesa da qualidade dos componentes ambientais naturais”, deixando à Tutela a missão de desenvolver acções de contenção e fiscalização de todas as actividades susceptíveis de afectarem de forma negativa a qualidade do ar o equilíbrio ecológico ou que provoquem incómodo grave para as pessoas, bens, flora, fauna etc.

O decreto legislativo nº 14/97 sobre a protecção do Ambiente regulamenta algumas das situações previstas na LBA, estabelecendo os princípios fundamentais destinados a gerir e a proteger o ambiente. Assim foram regulamentados, entre outros os seguintes aspectos:

Estudo e avaliação do impacto ambiental dos planos, projectos e acções susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente; disposições sobre os estabelecimentos perigosos, insalubres e incómodos; disposições sobre os resíduos urbanos e industriais; estabelecimento e exploração de pedreiras e outros inertes incluindo a apanha de areia; Os deveres dos cidadãos, critérios de protecção dos espaços naturais, paisagens, espécies protegidas; a definição das instituições de gestão e protecção do ambiente, nomeadamente o conselho de ministros para o ambiente, o departamento Governamental responsável pela área de ambiente e as comissões municipais para o ambiente;

Lei nº48/V/98 que regulamenta a actividade florestal. Esta lei visa a protecção das florestas e a regulamentação do espaço submetido ao regime florestal excluindo as áreas com vocação agrícola. A lei define entre outras:

As atribuições do Estado e dos outros actores, nomeadamente da participação das comunidades na elaboração dos programas e na gestão do espaço florestal; instrumentos de intervenção, isto é, os Planos de Acção florestais que definem as política e estratégias de intervenção, o Programa florestal que define as actividades a serem executadas, o Plano e as unidades de gestão florestal; as modalidades do regime florestal que pode ser de protecção ou de execução.

Os elementos importantes a salientar nesta nova lei florestal têm a ver com a participação das comunidades que poderão passar a beneficiar dos produtos florestais (noção

de concessão comunitária) e a tomada em conta dos aspectos fundiários como os direitos dos proprietários dos terrenos submetidos ao regime florestal.

Para dar segmento aos decretos-lei e Leis anteriormente referidos, actualizá-los, e colmatar algumas lacunas, foram publicados mais outras tantas leis e decretos, consagrando novos regimes de gestão e conservação do ambiente, de entre as quais se destacam três:

O Decreto-Lei nº 2/2002 de 26 de Maio, que visou disciplinar a extracção e exploração de areias nas Praias e nas dunas e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial.

O Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro cujo artigo 1º visa estabelecer o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens monumentos e lugares que pela sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesses socioeconómicos, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma protecção especial (...).

O Decreto-lei nº 6/2003, de 31 de Março, que estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras, por exemplo “a exploração de pedreiras deve ser feita de forma controlada afim de não causar danos ao ambiente (...) e não constituir perigo para a segurança da vida humana e bens” como forma de valorizar os recursos naturais e garantir a segurança dos bens e das pessoas.

Em todos os diplomas aprovados, deve-se destacar o esforço em esclarecer os verdadeiros responsáveis pela fiscalização, mas isso continua sendo um ponto crítico no Direito ambiental em Cabo Verde, isto porque nem as autoridades, nem os gestores dispõem de incentivos que os permita efectuar de uma forma eficiente o controlo por exemplo da poluição, mas também não possuem informações nem meios suficientes para o fazer.

Em resumo, nota-se que, essas normas regulamentares trazem nos seus princípios fundamentais uma grande preocupação em definir as competências dos responsáveis pela fiscalização do seu cumprimento, relativamente, aos danos ambientais e dos recursos naturais. Contudo, verifica-se que na prática as intenções não são concretizadas, constituindo assim uma das fraquezas do Direito ambiental em Cabo Verde.

Nota-se ainda, que todos os Decretos e Leis acima citados foram publicados depois de 1990, confirmando a preocupação e a importância concedida ao ambiente neste período e com destaque para a publicação da LBA. Pode-se até compreender que não existiam normas

específicas que permitissem uma gestão criteriosa dos recursos ambientais ou naturais e imputar mesmo a esta ausência de normas a responsabilidade do estado actual do ambiente em Cabo Verde.

3.5.2. Instrumentos/Planos Institucionais

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (Cimeira da Terra), (.....) constitui uma referência histórica na área do ambiente, marcando assim, a mudança na abordagem da problemática ambiental a nível mundial. Como resultado deste processo, assiste-se à mobilização dos países em programas a nível nacional, regional e internacional, (*LBSEACV, 2004:12*).

A Cimeira da Terra trouxe um novo dinamismo á problemática ambiental, passando a ser integrada de forma explícita no processo de planeamento dos países.

Em Cabo Verde, os sucessivos Governos, empenharam-se na criação e enquadramento de organismos vocacionados para a gestão ambiental. Essas preocupações estão patentes nos vários instrumentos que servem de guia ao planeamento e execução da política cabo-verdiana de ambiente. Esses instrumentos, são: *A Constituição da República de Cabo Verde (CRCV); Os programas do Governo (PG); Programa de Emergência (PE); As Grandes Opções do Plano (GOP); Programa de Acção de Luta Contra a Seca (PAIS); Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) etc.*

Dos vários documentos consultados, caso do (SEPA, 1998), confirmam que esses Planos surgiram num primeiro momento, como instrumentos de resolução de situação de emergência à qual o país estava confrontado, e mais tarde como instrumento de base de planificação para o desenvolvimento. Assim foram planificados para o médio e longo prazo, periodizando a auto-suficiência alimentar, o sector da Educação, da Saúde, da valorização dos recursos naturais e a luta contra a desertificação. Essas políticas baseadas nos Planos referidos tiveram algum sucesso ao realizar um conjunto de obras que permitiram minimizar o problema da erosão do solo e da desertificação, sem contudo conseguir resolver o problema da pressão sobre os recursos naturais que resultava do aumento da população e da pobreza nas zonas rurais.

Contudo no aspecto Institucional, durante a Iª República nenhuma estrutura foi criada para elaborar as políticas relacionadas com a protecção ambiental e nem conseguiu envolver a população na gestão do espaço, estas foram utilizadas simplesmente como mão-de-obra nos trabalhos de CSA (conservação do Solo e da Água) e de reflorestação.

A partir de 1990 pode-se afirmar que houve uma verdadeira viragem no que toca ao tratamento das questões ambientais a nível nacional. Acções ligadas à protecção do ambiente foram desenvolvidas e a integração do ambiente nas políticas nacionais tornou-se realidade através de integração do princípio de desenvolvimento sustentável, tomando como prioridade a elevação do nível de protecção ambiental.

A problemática ambiental ganhou uma nova dimensão a partir de 1995, com a criação do Secretariado Executivo para o Ambiente (SEPA) que foi extinto em 2002, dando lugar á criação da actual Direcção Geral do Ambiente (**D.L. nº 8/2002 de 25 de Fevereiro**), que aprova a orgânica do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas e define as atribuições no domínio do ambiente e dos recursos naturais, serviço Central responsável pela coordenação da política ambiental. *A criação do “Secretariado Executivo para o Ambiente que posteriormente foi substituído pela DGA, marca o inicio de um processo irreversível de protecção ambiental em Cabo Verde” NEVS & ROCHA, (2007:16).*

Esta abordagem transversal da política ambiental foi confirmada com a elaboração dos seguintes documentos:

III PND (1991), elaborado sob os pilares do I e II PND, com objectivo do “aumento da produção e da produtividade e melhoria das condições de vida das populações”. Neste plano o papel do Estado resumiu-se em apoiar o desenvolvimento rural integrado, como forma de alcançar o bem-estar da população rural e promover a sua participação no processo de desenvolvimento nacional. Teve também em consideração as potencialidades das zonas rurais como forma de criar emprego nos sectores tradicionais como serviços, artesanato, turismo, comercio, agro-indústria etc;

Introdução da vertente ambiental no Programa do Governo a partir de 1993, bem como pela elaboração do PANA II em 2003, que estabeleceu objectivos de desenvolvimento sustentável num horizonte de 10 anos (2004-2014) fundamentalmente orientado para o desenvolvimento sustentável dos recursos ambientais. *“A integração da problemática ambiental nas restantes políticas passou a ser assumida pelas diferentes instituições*

nacionais. Desde então, essa integração tem sido objecto de diversos actos, nomeadamente nos sectores centralizados e descentralizados” NEVES & ROCHA, (2007:16).

IV PND (1997-2000), Teve como lema “a inserção dinâmica de Cabo Verde na economia mundial” no entendimento de que a única forma de atingir uma economia sustentável seria inserir na “economia mundial”. O domínio do ambiente aparece consagrado nalguns subprogramas como a LCD (Luta contra a Desertificação); PNLCP (Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza) e PANA (Plano de Acção Nacional Para o Ambiente).

Assentava-se também na estratégia de melhoria de gestão dos recursos naturais, realçando as bacias hidrográficas como unidade de gestão dos recursos hídricos e a reconversão de algumas formas tradicionais de utilização de solos, nomeadamente a substituição gradual do cultivo de milho por outras práticas como horticultura, fruticultura ou do silvo-pastorismo.

Outra medida, tem a ver com a elaboração de Planos de gestão dos Parques Naturais de Serra Malagueta, Monte Gordo e do Fogo, estando na fase final de elaboração os Planos de gestão das Áreas Marinhas Protegidas da Murdeira e de Santa Luzia e Ilhéus Branco e Raso (4º RSEB, 2009:2). Esses instrumentos surgiram na sequência de implementação dos acordos internacionais ratificados por Cabo Verde e com objectivos claros de em conjunto proporcionar a criação do SNP (Sistema Nacional de Planeamento).

Lembremos que “Cabo Verde aderiu aos princípios de desenvolvimento sustentável enunciados na Agenda21, que foram acordados na Conferencia das Nações Unidas Sobre o Ambiente e desenvolvimento em Junho de 1992”; Foi o primeiro país da região que aderiu á criação de áreas terrestres e marinhas protegidas; foi o primeiro país africano a ratificar o CCD em 1995, e na sequência foram ratificadas a CBD e a CCC. Neste âmbito foram elaboradas as estratégias e Planos de Acção para o ambiente e para as Convenções referidas (PANA Estratégico 1994-2004; PANAI 2004-2014; PAN/CCD; EPAN/CBD; EPAN/CCC” (NEVES & ROCHA, 2007:15).

Cabo Verde ratificou ou assinou numerosos outros acordos ambientais multilaterais, nomeadamente: CITES, MARPOL, Ramsar, Kioto, Cartagena, Montreal etc.

A nível local, a política de descentralização, que vem sendo implementado desde 1981⁴⁹ (*CRCV; 1980*), concretizadas nos anos Noventa com a publicação de um conjunto de Diplomas, tais como: lei de bases das autarquias locais (*Lei 47/III/89*), lei eleitoral municipal (*Lei 48/III/89*), Lei da organização e funcionamento municipal (*D.L. n.º 52/A/90*). Essas leis aumentaram as responsabilidades das autarquias locais no planeamento, gestão do território e conservação ambiental. Uma das responsabilidades é de elaboração de Planos ligados à protecção de recursos naturais e à defesa da paisagem urbana, contudo essas medidas não foram acompanhadas por meios necessários á sua execução. Assim, as autarquias ficaram com dificuldade em poder elaborar os planos urbanísticos indispensáveis ao seu desenvolvimento económico-social (*é o caso do PDM, PDU e PD*) em que muitos municípios até esta não puderam aprová-los. Alguns conseguiram aprová-los apesar de esses planos serem alvo de críticas de vários técnicos nacionais por serem assessorados por técnicos estrangeiros que desconhecem a realidade do país.

Para o futuro, é indispensável a adequação da actual estrutura orgânica de forma a responder com eficácia aos problemas das autarquias, das populações e sobretudo assegurar efectivamente, a execução das políticas e dos programas ambientais nacionais; Criação de uma estrutura que sirva como mediador, para clarificar o conceito de ambiente e articular com outras instituições de forma a garantir a existência de uma capacidade ambiental estável e sustentável.

3.5.3. Caracterização dos Instrumentos de Política

Em Cabo Verde, a protecção ambiental, constitui uma das prioridades nacionais, patentes nos vários instrumentos de política, como PND, e consagrados na **LBA** (*D.L. n.º86/IV/93*).

De acordo com o (*SEPA, 1998:24*) É “no quadro de implementação de medidas e políticas ambientais e orientado pelo PAN, que o Governo de Cabo Verde criou diversas estruturas a nível nacional e local que permitisse actuar no domínio do ambiente”. Essas estruturas são recentes, pode entender que a problemática ambiental é relativamente nova em

⁴⁹ -A consagração jurídica do poder local em Cabo Verde, data de 1933, perturbada pela reforma Administrativa do ultramar em que o Presidente da Câmara tinha funções cumulativas de Administração de Conselho e com poderes de juízes e de policia.

Cabo verde. Praticamente só entrou na agenda de debate público e no domínio de socialização a partir da independência, principalmente, nos anos 90, períodos em que os Governos reconheceram um conjunto de situações (*conforme já foram analisadas no cap:II*), que poderiam pôr em causa o futuro do país se não fossem tomadas medidas em tempo oportuno.

O carácter relativamente novo do sector do ambiente como um todo nas preocupações das políticas do Governo explica as lacunas e deficiências importantes na gestão do ambiente em Cabo Verde (*ADISACV, 2003:36*). A mesma preocupação é detectada no PANAI, (2003:10), quando se afirma, “A integração institucional das questões ambientais é relativamente nova, o que se traduz na necessidade de adopção de medidas específicas, visando o reforço e a consolidação do quadro institucional e de desenvolvimento de instrumentos para a gestão e monitorização da política ambiental”. ao analisar o sector ambiental nota-se uma certa deficiência de instrumentos consolidados por falta de tempo de aplicação, esta ideia é válida seja em termos de legislação, de regulamentação dos textos, de implementação dos documentos, de capacidade de informação,⁵⁰ seguimento e fiscalização.

“As lacunas existentes na legislação e a falta de capacidade qualificada a vários níveis não permitem a realização cabal do ciclo completo de uma política ambiental e dificultam a sua operacionalidade” (*ADISACV, 2003:33*). A própria **LBA**, considerada um dos documentos fundamentais do sector de ambiente, não deixa claro a divisão de competências entre os vários níveis e nem na questão de fiscalização, o que enfraquece uma planificação sistematizada e dificulta a sua implementação. Por outro lado, não prevê uma instância de articulação entre os vários sectores que lidam com o ambiente, tornando assim inoperante a circulação de informação.

A DGA (entidade chave),” não tem autonomia própria”, nem dispõe de um “sistema decisório claro para enfrentar os problemas ambientais”, mas também não há comunicação entre os vários níveis (Central, descentralizado, sectorial e interno), nesta circunstância a tendência é de fechar-se sobre si e ficando limitado a receber orientações na direcção descendente e tornando o sistema cada vez mais centralizado.

Foram implementados o conselho de Ministro para o Ambiente, conselho Nacional de ambiente, Comité Interministerial de ambiente que deviam funcionar como plataforma de

⁵⁰ -Ver o Decreto-Lei nº 81/2005 de 05 de Dezembro

articulação, coordenação e concertação em parceria com os municípios. No entanto o seu funcionamento depende da capacidade de comunicação com vários outros ministérios e não havendo cooperação estas instituições ficaram no mais no papel, porque segundo (ADISA 2003:38), devia ser montada em cada departamento do Governo capacidades com responsabilidades definidas para o tratamento de assuntos do ambiente, exigindo a integração do ambiente na planificação e implementação das suas actividades sectoriais.

Havendo falta de critérios de comunicação e de funcionamento esses instrumentos ficam esvaziados do seu espírito inicial e sem capacidade de aplicação, avaliação e adaptação.

Alguns analistas, consideram a legislação ambiental de “*uma legislação fraca e incompleta, muitas vezes sem regulamentação*” o que desmotiva as iniciativas dos agentes ligados ao sector e justifica o desempenho ineficaz destes e do próprio poder local.

Segundo RAMOS, (2003: 12), “A ausência, insuficiência ou dispersão das informações de base para o ambiente é uma lacuna expressiva actualmente”. Na verdade por além de haver uma insuficiência de dados sobre a situação da qualidade ambiental, os que existem encontram-se dispersos e não permitem constituir uma base de planificação nem de memória institucional.

Pode-se concluir, que não há uma visão compartilhada do ambiente que permite juntar as forças e planificar tarefas comuns que os leva a ganhar sua autonomia – tudo por falta de comunicação. Ainda essas dificuldades institucionais podem caminhar para o subaproveitamento das capacidades através da subvalorização e falta de estímulos com repercussão na produção, no profissionalismo e na capacidade de iniciativas.

3.5.4. Controlo Ambiental de Desenvolvimento

O desenvolvimento económico da 2ª metade do século passado, deu origem a uma pressão ambiental nunca conhecida, que se traduziu na incapacidade de recuperação (auto-generação) dos recursos naturais. Por exemplo a construção de grandes obras como infra-estruturas de produção e transformação de matérias-primas, infra-estruturas turísticas, barragens etc. Trouxeram a necessidade de uma análise exaustiva de avaliação das consequências ambientais, bem como dos efeitos negativos observados com o processo de desenvolvimento económico – **Estudo do Impacto Ambiental**.

Estudo do Impacto Ambiental, pressupõe o controlo antecipado dos danos ambientais, isto é, identificar, avaliar e sintetizar os impactos ambientais de um determinado projecto/programa de um empreendimento ou outras acções que possam afectar negativamente o ambiente, o território e a qualidade de vida dos cidadãos, sejam eles de iniciativa pública ou privada, condiciona a concepção de licença final de obras e trabalhos por parte das entidades competentes⁵¹. Trata-se de medida de precaução com objectivo de conhecer o estado ambiental do local antes de qualquer intervenção humana, as modificações que o projecto poderá provocar e sobretudo medidas de compensação previstas pelo investidor num eventual prejuízo ambiental.

A **LBA** (*Artigo, 30.1 & 31.1*), incumbe ao poder público “exigir, na forma de lei, para instalação de obra ou actividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” em conformidade com a **Resolução nº 1/1986 do CONAMA** que determinou a “fixação de critérios básicos e as directrizes gerais para estudos de impacto ambiental para fins de licenciamento de obras e actividades”.

Segundo, a (*ADISA, 2003:32*), “o regime de avaliação do impacto ambiental é um instrumento novo que precisa de ser implementado e afinado à luz da experiencia”. Fica justificada a existência de empreendimentos turísticos, infra-estruturas e obras de construção civil, implementados no passado sem nenhum estudo de impacto ambiental que hoje enfrentam dificuldades em se adaptar aos novos modelos de exigências enquadrados no processo de desenvolvimento sustentável.

Em Cabo Verde, existem dificuldades enormes de passar um certificado ambiental, dado que não existe uma Direcção de avaliação e certificação ambiental, nem uma Direcção de auditorias ambientais, tornando-se difícil obter elementos de controlo ambiental.

O processo de licenciamento não se encontra devidamente organizado e regulamentado, isto porque, as responsabilidades estão divididas de forma pouco praticável e com vários intervenientes (DGA, Câmaras Municipais, Serviços de fiscalização).

⁵¹ -Artigo 30º da LBA.

No entanto, se a **LBA** impõe o **EIA**, não vincula o licenciamento ao estudo realizado, isto é, o EIA, não é vinculativo às decisões a serem tomadas pela Administração pública no licenciamento ambiental, uma vez que o estudo pode ser questionado nas suas conclusões.

Desta forma, o deferimento de licença ambiental, acto final do licenciamento, será possível mesmo que o impacto do estudo ambiental seja desfavorável, *PACHECO (2005:82)*. Trata-se de uma decisão política, na qual se procura encontrar um equilíbrio entre um desenvolvimento económico sustentável e a protecção do meio ambiente. É o fundamento encontrado para justificar a concessão de licença a muitas obras mesmo contra as recomendações do estudo.

Se teoricamente, é de carácter obrigatório a inclusão do estudo do Impacto ambiental no orçamento de todas as grandes obras, na prática esse estudo ainda não faz escola na nossa sociedade, porque efectivamente os problemas ambientais não estão vincadas na nossa cultura, justamente porque não há um contrapoder para chamar atenção ao cumprimento destas normas, por outro lado, a fiscalização sob alçada dos poderes públicos não tem demonstrado muito interesse por este tipo de controlo. É por isso que alguns investimentos turísticos como a construção do Hotel Riu na Ilha de Boa Vista, são considerados desajustados com a Lei, porque foram construídos sobre uma Praia de maior habitat de Tartaruga, mesmo contrariando a Lei de protecção dos Habitats Natural aprovados no país.

3.5.5. Articulação entre a Política de Ambiente/ Desenvolvimento

O sistema ambiental é a base da vida de cada um de nós, ao fornecer o ar, a alimentação e a água (...) pressiona no sentido de nos organizarmos para viver em sociedade, com segurança, rendimentos, actividades e valores que permitam a utilização sustentada das matérias-primas (...)(*Lopes 2010:24*). É este conjunto sistémico, que garante o desenvolvimento económico e o bem-estar social, uma vez que as actividades económicas dependem da existência de matérias-primas em combinação com a qualidade energética, da água, do saneamento e outros, sem as quais o desenvolvimento está comprometido.

Só recentemente, depois do crescimento económico começar a provocar pressão sobre o ambiente, condicionando a própria sustentabilidade futura, que o homem compreendeu que todas as “actividades que giram em torno do ambiente são também giradoras de riqueza (...) e

que em todas as questões ambientais positivas ou negativas existe uma actividade económica (...) (LOPES 2010:25).

Na verdade não se vislumbra a possibilidade de um desenvolvimento sustentado, sem se fazer uma ligação estratégica entre os *três pilares de sustentabilidade (económica/ sociedade/ ambiente)* ”, como prova existem vários estudos a nível de **OCDE** e da Agência europeia do Ambiente confirmando que “*o desenvolvimento da economia depende de uma estratégia de valorização do ambiente (...) que o investimento na defesa do ambiente pressupõe um crescimento económico sustentado*”. Com a mesma perspectiva de que existe uma ligação estreita entre o Desenvolvimento e a política do ambiente. Segundo, (RODRIGUES, 2009:128), para “(...) alcançar o desenvolvimento sustentável, a protecção do ambiente deverá fazer parte integrante do processo de desenvolvimento, não se podendo (a protecção do ambiente) considerar isoladamente(.....)” A ideia é integrar as questões ambientais no processo de desenvolvimento. Trata-se de uma proposta integradora que não é muito bem explorada pelas políticas públicas nos países em desenvolvimento como Cabo verde. Nestes países a sociedade enfrenta ainda muitas dificuldades em encontrar uma delimitação clara entre os interesses de desenvolvimento económico e interesses da protecção ambiental, aquilo a que a declaração de Rio chama de “**uma dupla integração**”.

Não é por acaso que actualmente restam “nos países industrializados poucos grupos económicos que não tenham implementado no seio das suas organizações uma política de ambiente (...) ”, (RODRIGUES, 2009:129). É a prova da tomada de consciência da importância do ambiente no desenvolvimento, isto é, que o “*ambiente é uma fonte de bens e serviços cuja escassez pode provocar instabilidade económica, política e social*”.

“O ecossistema funciona como um todo, em que todas as partes constituintes assumem as mesmas importâncias”, ROCHA e NEVES, (2007:12), segundo os mesmos, qualquer anomalia numa das componentes poderá provocar grandes desequilíbrios ao sistema.

Segundo BARRETO (1987:9), uma crise ecológica ou do ambiente não é nunca “*alheia*” a uma crise económica, porque traz outras como crise da população, alimentar, da energia, da polarização das nações em ricas e pobres, da ordem internacional, entre outras.

Qualquer política que se pretende a um desenvolvimento sustentável terá que ter em consideração os aspectos ecológicos, como forma de tirar o máximo de proveito dos recursos

disponíveis. Hoje, qualquer planificação que se pretende ser segura deve ter em consideração os aspectos ecológicos em todas as etapas de desenvolvimento até sua concretização.

Em Cabo Verde, a necessidade de interligação entre os problemas ambientais e económicos é visível, o problema reside, na ausência de planos de desenvolvimento que são fundamentais para o aproveitamento racional dos recursos naturais existentes de forma sustentável e respeitadora do ambiente, segundo o PANAI, (2004:8), “*a inexistência de planos de ordenamento do território nacionais e municipais, é sem dúvida, a causa de raiz dos principais problemas ambientais*”, ligadas a esta causa, identificou ainda outras causas, como as práticas agrícolas inadequadas e o sobre pastoreio com efeito directo na degradação de ambiente, porque enfraquece o solo, fazendo-o perder a capacidade de retenção da água com efeito directo nos lençóis freáticos. Outro efeito é a redução da produção agrícola, porque estimula a exploração adicional dos recursos naturais e a extracção de materiais inertes dos quais as comunidades dependem para sua sobrevivência.

A consequência desta situação, será o êxodo rural para as cidades, em que os deslocados vão se instalando nas zonas periféricas, provocando construções clandestinas e descontrolo na gestão dos resíduos e no saneamento básico com impacto negativo na saúde pública.

A combinação de questões ambientais e económicas, quando analisadas numa perspectiva de rendimento económico, constituem normas que condicionam a utilização de recursos naturais e orienta para as oportunidades de obtenção de novas actividades económicas de reposição e valorização do capital ambiental. Neste sentido o “*ambiente e desenvolvimento relacionam-se numa articulação simbiótica, de que a noção de desenvolvimento sustentável é a tradução no plano analítico*”, LOPES, (2010:23).

Se no passado o ambiente foi sempre visto como “*inimigo do progresso, actualmente, os programas e projectos de desenvolvimento são elaborados em articulação com as medidas de protecção ambiental, a fim de evitar que o futuro seja uma projecção do passado*” LOPES, (2010:24). Assim o desenvolvimento económico será concebido no quadro da globalização competitiva. Com esta concepção, pode-se entender que o desenvolvimento sustentável não é apenas um valor de protecção ambiental, mas é a condição necessária para garantir o desenvolvimento económico de forma global e estável.

CAPITULO IV: Problemas e Desafios Ambientais em Cabo Verde

São muitíssimos os problemas que concorrem à degradação ambiental em Cabo Verde (*vide cap. II*), mas também existem potenciais que constituem desafios importantes na luta contra esse fenómeno.

As Actividades Económicas

“Os principais problemas ambientais, comuns a todas as ilhas, são resultantes de uma gestão inadequada de recursos naturais nos meios rural, urbano e peri-urbano, causadas pela economia de consumo, liberalizada sem as adequadas mudanças sociais e económicas e pela pobreza, que afecta, sobretudo, a população das zonas rurais, funcionando esta última como causa e efeito da degradação ambiental” (*PANAI:06*). Como já foi dito em capítulos anteriores a agricultura é tida como principal actividade económica do país ao lado da pesca e da pastorícia. Essas actividades foram liberalizadas nos anos 90, mas, a mentalidade das pessoas ligadas a estas actividades não mudaram e nem tão pouco a sua prática, pelo que, mesmo em novos contextos continuam sendo meios de sobrevivência e não de sustentabilidade ou melhoria da qualidade de vida. Apesar de algum investimento no sector a mentalidade rural continua de sobrevivência e sem respeito pelo ambiente.

Outra actividade com algum peso na degradação ambiental é o comércio ambulante, praticado nas principais ruas das Cidades e nas zonas rurais. Consiste na venda de produtos como frutas de todas as espécies, cereais, medicamentos, roupas, bebidas, comidas, carnes, peixes e outras sem qualquer cuidado higiénico ou de inspecção, apesar de estas actividades serem interditas pela Lei municipal.

Segundo o Director da Guarda Municipal da Praia “ *Trata-se da saúde pública e de incumprimento da lei por parte das comerciantes...*”⁵². O certo é que muitos desses produtos e medicamentos encontram-se fora de prazo, com consequências para a saúde das populações.

Mais uma vez fica demonstrada, a incapacidade de fiscalização como um dos pontos fracos do direito de ambiente, mas também a conivência dos consumidores que mesmo sabendo das consequências compram os produtos mais como um acto de filantropia de que precaução ou prevenção.

⁵² -Conferir o jornal “*asemanaonline*” 09.01.011

Esta prática deve-se fundamentalmente à industrialização do país que, aumentou o número de pessoas a se dedicarem ao comércio, á falta de espaços nos mercados para vender e à chegada de imigrantes da Costa de África, no quadro do acordo de CDEAO, habituados à prática de comércio ambulante e o poder político não consegue dar resposta, nem em termos de fiscalização e nem na criação de espaços suficientes para o exercício de actividades comerciais.

Como consequência, assiste-se uma degradação do saneamento nos centros urbanos com o amontoado de lixos no final da tarde, porque estas populações não tem hábito de colocar lixos nos contentores e nem os serviços de saneamento tem capacidade de recolha, tratamento e eliminação dos resíduos.⁵³

“É um problema que vem arrastando e ultrapassa a esfera dos poderes públicos”.⁵⁴ Os próprios consumidores ao verem esta prática como meio de sobrevivência relegam os problemas ambientais para o 2º plano. Hoje constitui um problema nacional que diz respeito a todos, poderes públicos e sociedade civil, envolvendo instituições especializadas, sector privado, organizações comunitárias, ONG’s e autarquias locais. Trata-se de um problema colectivo que só se resolve com a consciência colectiva.

4.1.1. A Política Energética

O sector energético é fundamental para o desenvolvimento de qualquer país, que se quer moderno e competitivo. Trata-se de um dos pilares inquestionáveis do desenvolvimento sustentado e Cabo Verde com todas as suas dificuldades elegeu este sector como a bandeira na luta contra a pobreza.

Cabo Verde por ser um país muito carente em energia primária, isto é, “*não há riquezas minerais de valor económico, nem sólidas, nem líquidas, nem gasosas. Quanto a fontes de energia apenas restam as do sol, dos ventos e das águas do mar (...)*” (AMARAL, 1991:2), esteve sempre e continua dependente da importação de combustíveis fósseis como principal recurso energético utilizado no país, aliás, “o maior desafio que Cabo Verde

⁵³ -Ver o Decreto-lei nº 31/87 de 01 de Setembro.

⁵⁴ - Ver discurso do Primeiro-ministro, por ocasião do Fórum **PRCM** (Programa Regional de Conservação da Zona Costeira e Marinha), Praia, 17.04.07:www.governo.cv, acesso:20.02.010

Enfrenta é a sua dependência das importações de energia” tem utilizado também outras fontes de energia como a lenha e outras biomassas, o vento, o sol e a água entre outras.

O sector energético em Cabo Verde é “caracterizado pelo consumo de combustíveis fósseis (derivados de petróleo, 41%), biomassa (lenha, 19,4%) e utilização de energias renováveis, nomeadamente a energia eólica. O consumo de combustíveis fósseis é constituído pelos derivados de petróleo, a saber, a gasolina, o gasóleo, o fuel óleo, o gás butano e os lubrificantes. O consumo da biomassa é basicamente constituído pela lenha utilizada nas zonas rurais e periferias das cidades para a confecção de alimentos. A energia renovável, nomeadamente a eólica, embora represente ainda uma pequena percentagem do total de energia consumida, é utilizada principalmente na produção de electricidade”(MECC, 2008:8).

“Relativamente á energia eléctrica é produzida essencialmente a partir de centrais térmicas utilizando o diesel e o fuel óleo” (*IDEM*). Esta produção é assegurada por uma única empresa “*ELECTRA*”. Nas últimas décadas, tem aparecido alguns produtores independentes, como *APN* (Águas de Porto Novo) em santo Antão, *AAP* (Águas de Ponta Preta) na ilha do Sal e *AEB* (Águas e Energias da Boa Vista) na ilha de Boa Vista.

A *ELECTRA* é também, responsável pelo fornecimento de água, mas esta empresa, “vem enfrentando, contudo, vários problemas de ordem financeira, de ordem técnica, que não tem permitido a satisfação das necessidades do país no que se refere ao abastecimento seguro, fiável e a custos mais competitivos, da água e energia” (*PEDT, 2010-013:64*). Esta inoperância tem criado muitos problemas aos cabo-verdianos e principalmente ao Governo que, teve em vários momentos, que intervir politicamente, para dar esclarecimento, para tomar medidas ou injectar capitais como reforço de sua sustentabilidade. As principais medidas tiveram inicio nos anos 90 que ficaram marcados por reformas importantes no sector de energia, com o lançamento de projectos apoiados pelo BM, geridos pelo Programa Energia, Água e Saneamento e a privatização da *ENACOL*⁵⁵.

Na sequência destas reformas a *ELECTRA* também foi privatizada, sendo a *EDP* que deteve capital maioritário (51%). Esta empresa apesar de se ter aumentado as tarifas de fornecimento não conseguiu equilibrar as contas da empresa e nem fornecer energias ou águas de qualidade (*RELATÓRIO DE CONTAS DA ELECTRA; 2003*). Foi uma privatização difícil

⁵⁵ - Única Companhia Petrolífera de Bandeira Nacional que opera no mercado de importação, armazenamento e distribuição de combustíveis fósseis.

e recomendado “pelo FMI em 1999” despertando na população um sentimento de abandono da Empresa por parte do Estado. Estes constrangimentos, mais «“a falta de liquidação das dívidas do Estado”⁵⁶(...) acabaram por levar a uma ruptura com o Estado, que atingiu o seu ponto máximo em 2006 (...) as duas empresas portuguesas alienaram o seu capital em favor do Estado cabo-verdiano, mantendo-se apenas como “parceiros técnicos”», (GOMES; 2010:127; citando fontes orais). O Estado assumiu o controlo do capital e as dívidas foram adquiridas pelo Banco Comercial do Atlântico (*BCA*), *segundo a mesma fonte*.

Esta estratégia de uma “*semi-nacionalização*” da Empresa de electricidade e águas, não foi consensual entre as forças políticas, e alguns, como *BRANDÃO (2008)*, considera que “A saída da EDP da ELECTRA, foi em termos estratégicos um erro do Governo”. Segundo ele poderia ter negociado com a empresa uma outra iniciativa no quadro estratégico existente, que passaria por um investimento na energia eólica no quadro da ELECTRA. O que se pode notar, é que, as medidas tomadas não têm surtido efeitos práticos na medida em que os apagões continuam em todas as ilhas e com muita frequência e com prejuízos consideráveis para os investidores e para a população em geral. O Governo tem justificado a sua preocupação com grandes investimentos (*cerca de 700 Milhões de EURO*)⁵⁷ no sector energético, mas sem sucesso porque a empresa carece de quadros qualificados e de meios de fiscalização das perdas inúteis nas redes de transportes de energia. É uma questão de tal maneira politizada, que tudo poderá acontecer como forma de ganhar votos, basta ver a complacência das autoridades perante as ligações clandestinas, ao não pagamento dos consumos por parte de certas instituições passando pela violação dos contadores nas residências e Instituições. Por exemplo, as Câmaras municipais são parceiros da *ELECTRA* e um dos maiores devedores.

Actualmente, a execução da política energética, cabe à Direcção Geral de Industria e Energia (DGIE), que tenta introduzir medidas de fundo para prestação de um serviço de energias de melhor qualidade com abrangência a um máximo de população possível, mas a tarifa praticada continua sendo das mais caras do mundo, para uma população atacada pela pobreza e desemprego. A empresa está sobrecarregada com o fornecimento da electricidade às populações, mas a água também é produzida com recursos a energia eléctrica, por meio de

⁵⁶ -Eram dívidas referentes às compensações de subsidiação social das tarifas

⁵⁷ - A este respeito “MONTEIRO” líder da UCID, e técnico da ELECTRA, afirma num debate na TCV (15.01.011) que o problema está na falta de quadros qualificados.

dessalinização que retira do mar a água para distribuir as populações. “*Em 2004 a água dessalinizada representava 11% da água consumida em Cabo Verde*” (Gomes, 2010:127, cit. fontes da ELECTRA, 2009).

Esta situação reflecte nas tarifas porque “à excepção da lenha todo o combustível necessário para o funcionamento do país é proveniente da importação”, (PAIS, 2004:8). Tratando-se de um serviço indispensável ao funcionamento de todas as outras actividades de desenvolvimento económico e social do país, nomeadamente Industria, Comércio, Turismo, recursos florestais, construção civil, Transportes entre outras, que exige avultados recursos financeiros, o que pode ser insuportável para um país extremamente carente ou senão é “económica e socialmente insustentável”. É neste contexto que se abriu, sem grande sucesso, “ao investimento do sector aos parceiros públicos ou privados, de forma a facilitar o desenvolvimento de outras actividades económicas, melhorar as condições de vida das populações e combater a pobreza” (IDEM:10)

Um outro problema prende-se com o uso das “fontes de energia não renováveis exercem uma grande pressão sobre o ambiente - poluição do ar devido á emissão de gases resultantes da queima da lenha e outras biomassas, derivados do petróleo, derrame de óleo e carvão” (PAIS, 2004: 11). Com estes problemas, associados a necessidade de modernizar o país, está justificada a aposta do Governo nas energias renováveis “*Um Futuro sem dependência de combustíveis fósseis*”,⁵⁸ neste quadro que pretende trazer para Cabo Verde o Instituto para as energias renováveis no quadro da CDEAO porque também Cabo Verde, por si só, não tem capacidade de produção de energia suficiente para “*sustentar o seu tecido económico e produtivo e ao mesmo tempo satisfazer as necessidades das populações no quadro da sustentabilidade económica e ecológica*” (BRANDÃO, 2008).

O Estado tem a obrigação de procurar uma solução energética que sirva os interesses dos agentes económicos, das populações e capaz de garantir um futuro ecológicamente equilibrado. Para isso, o Governo vem actuando em três direcções: Estabelecimento de

⁵⁸ -Trata-se de uma estratégia do Governo em construir um futuro energético seguro e sustentável.

parcerias público-privadas, estratégia de aumento de produção de energias renováveis e ampliação da capacidade instalada da Electra.⁵⁹

A Estratégia de construção de um futuro sem dependência de combustíveis fósseis, é a única estratégia que possa livrar o país de um fardo muito pesado “*as facturas do petróleo*”, promove a eficiência energética apostando bem nas fontes de energia alternativa e garante um futuro energético com maior segurança e maior sustentabilidade.

Um dos objectivos do programa é o de “*aumentar a penetração das energias renováveis e alternativas*”⁶⁰ como vento, sol, geotermia, ondas do mar, bio-combustíveis etc. Este objectivo, por além de diversificar as fontes de energia também permite reduzir a dependência do petróleo com bons resultados face às instabilidades petrolíferas a nível internacional.

O sucesso deste programa dependerá ainda de adopção de medidas complementares como é o caso de “*melhoria da fiabilidade e eficiência na distribuição*”, através da modernização e integração das redes de distribuição de energia e água que se encontram inadequadas e obsoletas; adopção de políticas de redução de consumo energético com programas inovadoras e materiais adequados e incentivar um programa de energia e turismo “limpos”.

Há bem pouco tempo, os meios de comunicação social cabo-verdianas publicitaram contactos entre o governo cabo-verdiano e a Rússia, nos quais, colocou-se a hipótese de energia nuclear para o país. A meu ver o “*nuclear*” não é solução para Cabo Verde, por além de requer uma factura pesada é ecológicamente insustentável. Por exemplo não temos condições para gerir ou armazenar os resíduos nucleares e os efeitos poderão ser catastróficos para o nosso ecossistema marinho. E perguntamos, não será uma grande ameaça aos nossos recursos piscatórios?

Face a estas questões, conclui-se que a melhor solução é a procura de parcerias e cooperações como forma de encontrar uma autonomia e independência energética com base nos recursos existentes, acompanhada de outras medidas administrativas/legislativas que implica diminuir a importação de produtos poluidores e incentivar o uso de produtos verdes/

⁵⁹ -No que se refere ao primeiro Eixo, por exemplo, foi criada AEB – Águas e Energia da Boavista, com participação da Electra, do Município e de investidores privados, com a finalidade de produzir energia e água para potenciar o desenvolvimento do turismo naquela ilha.

⁶⁰ - Vide Programa do Governo 2006-2011.

limpos ou amigos do ambiente como carros ecológicos, produtos reciclados e aplicar a dita “taxa ecológica”(Lei nº 76/VII/2010)⁶¹, entre outras medidas de melhoria de eficiência e eficácia na produção e distribuição de energias, lâmpadas de baixo consumo, intervenção nas redes de fornecimento, qualificação dos recursos humanos e fiscalização no sistema de adopção e utilização das energias, eficácia nas cobranças de facturas e punição dos que fazem uso indevido das energias.

4.1.2. As políticas públicas do Ordenamento do Território

O ordenamento do território é um dos domínios da política pública mais complexos, uma vez que afecta questões fundamentais para o ambiente, mas que condicionam, igualmente, todos os restantes sectores, (*LOPES, 2010:50*). Segundo ele é no ordenamento do território que se reflecte a capacidade de cada sociedade desenvolver uma visão de longo prazo, criar consensos, envolver os agentes públicos e privados em compromissos conjuntos, enfim, a capacidade administrativa, nos seus vários níveis, de integrar e concertar as visões diferentes, relativamente ao uso do território e dos seus recursos.

Cabo Verde dispõe de vários instrumentos, de políticas públicas, que enquadram e promovem um correcto Ordenamento do território. Contudo não dispõe de mecanismos de conexão que de acordo com (*LOPES 2010*), “possibilite identificar claramente uma hierarquia entre os vários instrumentos, que integre nele os objectivos ambientais, sociais e económicos, que articule as equipas e promova a circulação e o tratamento cruzado da informação na sua elaboração”. Por falta de concertação, coordenação e diálogo a vários níveis (Central e Local), poderá até haver sobreposição de competências e de decisões. Por outro lado, essas instituições e seus actores estão completamente dependentes dos orçamentos das autarquias municipais, e marcadas por uma forte escassez de recursos humanos qualificados e materiais adequados. Além disso, estão sob uma pressão constante, para o alargamento da área urbana através de novas construções como forma de aumentar os recursos financeiros das autarquias deixando para o 2º plano o ordenamento sustentável, ocupando áreas impróprias para as construções, dificultando ainda mais a planificação urbana.

⁶¹ -Esta Lei veio revogar a Lei nº 79/VI/2005.

Nota-se ainda que a legislação cabo-verdiana no tocante aos riscos naturais e ambientais revela-se insuficiente, com destaque para a componente preventiva, mesmo sabendo que o país pela sua situação geográfica com influência do deserto, características orográficas e suas actividades económicas que desenvolve está sujeito a riscos específicos e com causas directa na natureza. Riscos como chuvas torrenciais, alagamento de terras das encostas, tremores de terra, incêndios florestais, cheias e inundações, fenómeno de erosão do litoral, com destaque para as consequências das secas, ventos esporádicos e outros.

O problema da imigração, tanto interna como externa, e o crescimento do turismo na economia cabo-verdiana, mostra uma tendência para o aumento do sector terciário, o que implica alterações das necessidades de ocupação de espaços e dos padrões de consumo, impulsionando o desenvolvimento imobiliário e urbano em alguns Concelhos ou Ilhas como Sal, Maio, Boavista, S.Vicente, Santiago.

Este facto tem motivado um conjunto de questões sobre o Ordenamento do território e, com profundas consequências ambientais. Por exemplo, tem provocado a expansão desordenada dos centros urbanos e peri-urbanos, invadindo e fragmentando certos espaços ecológicos e produtivos, tudo, porque o crescimento das cidades aumenta as agressões ao meio ambiente, “ligados basicamente ao uso e ocupação informal do solo, ao crescimento da malha urbana sem o acompanhamento de recursos, infra-estrutura e a expansão imobiliária...” (LOPES & MOURA, 2006). O processo de crescimento da Cidade da Praia “reforçando os problemas de ordem ambiental” ilustra bem o exemplo.

É neste contexto que, depois de um longo período de vazio em termos de “regulamentação sobre o Ordenamento do Território e Urbanismo” foi publicado o D.L. Nº 85/IV/93, de 16 de Julho, cujo art.º 5º.2al.b) é dedicado à definição do ordenamento do território, como processo integrado da organização do espaço biofísico, para, no artigo 27º.1al.d), apontar o ordenamento integrado do território como um instrumento de Política de Ambiente e do Ordenamento do território. Pela primeira vez no período pós-independência o Ordenamento do território aparece em documento legislativo e em partes, adaptado às novas situações.

Em 2004, o Fundo da Nações Unidas para o Agricultura e Alimentação «FAO» apoiou a elaboração de Planos Ambientais, com destaque para os planos intermunicipais, num conjunto de nove planos integrantes do PANAI (2º Plano de Acção nacional para o

Ambiente) para um período de 10 anos (2004-2014), durante a qual se detectou a necessidade de adoptar medidas institucionais, legislativas e de programação com base no diálogo e concertação a vários níveis decisórios, desde o Central, e à própria sociedade civil, de acordo com aquilo que se apelidou de “*Governança Social*” (UNDP, 1999).

Assim, a 13 de Fevereiro de 2006, através do Decreto - Legislativo nº 1/2006, foi aprovada, a lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (*LBOTPU*) que definiu os instrumentos de gestão do Território como DNOT, EROT, PDM, PDU e PD, que de acordo com MASCARENHAS (2007:138), “alguns municípios já dispõe deste instrumento embora alguns tem necessidade de uma revisão e outros encontram-se em fase de elaboração”. Apresenta ainda o ordenamento do território como instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão social, mais tarde foi alterado pelo Decreto - Legislativo nº 6/2010 de 21 de Junho, corrigindo algumas ambiguidades e no seu artº 1º, al.1, foi concedido aos cidadãos o direito e o dever de participar na definição, elaboração, execução e fiscalização do cumprimento dos instrumentos de gestão territorial.

Mesmo havendo normas reguladoras, a grande preocupação das autoridades continuam estar centradas numa política de resolução de casos pontuais ligado á inclusão social deixando comprometido as aspirações dos técnicos que pretendem os seus nomes ligados a uma proeza do Ordenamento do Território cabo-verdiano.

Numa política correcta de Ordenamento do Território deve-se encontrar mecanismo correcto de distribuição das populações e das actividades económicas de forma a defender os interesses gerais das comunidades, mas, para sua efectivação, é necessário criar uma “*cultura organizacional*” que concilie as medidas legislativas com as medidas políticas e acções dos governantes, de forma, a conseguir uma articulação entre os instrumentos de gestão e os Planos de desenvolvimento.

Segundo o PAIS (2003), o ordenamento do território só estará em condições de dar essa contribuição para a solução do problema e contribuir para o desenvolvimento económico e social se os constrangimentos institucionais forem ultrapassados, sobretudo no tocante à ausência de Planos de Ordenamento do Território e à insuficiência de Planos Urbanísticos Municipais.

4.2. O Ambiente e os Problemas Sociais

4.2.1. O Crescimento Urbano e Mudanças na Paisagem

Em Cabo Verde, o processo de crescimento urbano ocorre de forma muito acelerado e sem nenhuma preparação, na medida em que, não houve tempo suficiente para se aperceber do seu alastramento, por isso, não houve um planeamento adequado, o que permitiu mudanças significativas na paisagem urbana, mas também pode-se entender que, foi por falta de uma visão e cultura de planificação. Tais mudanças podem ser observadas na falta de infra-estruturas (boas condições de moradias, saneamento básico, transportes, entre outros) e nos impactos ambientais (uso inadequado do solo, destruição de áreas verdes, poluição atmosférica, soterramento das ribeiras ou vias de passagem das águas pluviais, etc.).

Segundo o Conselho da Europa, 2000, “a paisagem constitui um elemento fundamental da identidade local e regional”. Se basearmos nesta definição concluímos que há uma necessidade urgente de intervenção para mudar o rumo das paisagens urbanas em Cabo Verde, dado que se constata que devido a uma diversidade de factores se encontram num processo acelerado de transformações em várias e diferentes direcções. É preciso um estudo sobre as relações entre os factores naturais e humanos como forma de encontrar bases adequadas para gestão integrada e equilibrada do espaço urbano, porque a paisagem reflecte a diversidade do território cabo-verdiano e por isso deve estar ligada ao Ordenamento do território que organiza os vários sectores em relação ao seu impacto no território.

É preciso definir como urgente a criação de uma política de paisagem, visando a sua protecção e gestão, e integrando-a em vários outros tipos de política, visando identificar as paisagens, seus limites, o seu carácter, as tendências e ameaças a que estão sujeitas sem esquecer que de uma boa política de paisagem pode depender a qualidade de vida de uma população, porque são interdependentes.

Segundo Bertrand (1971), “a paisagem não é simples adição de elementos geográficos disparatados”. É ainda segundo ele, numa determinada porção de espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e humanos, que reagindo dialecticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em permanente evolução. O problema maior desta evolução é que as paisagens se modificam de acordo com as necessidades de alguns indivíduos, para satisfazer os

interesses dos dirigentes locais que trazem para as cidades diversas actividades (indústrias, lazer, educação e outras), as quais provocam o aumento da população, e como consequência acarretam os diversos problemas ambientais, como por exemplo, aumento de efluentes, lixo urbano, ruídos, poluição, criminalidade, bairros degradados, escassez de solos etc.

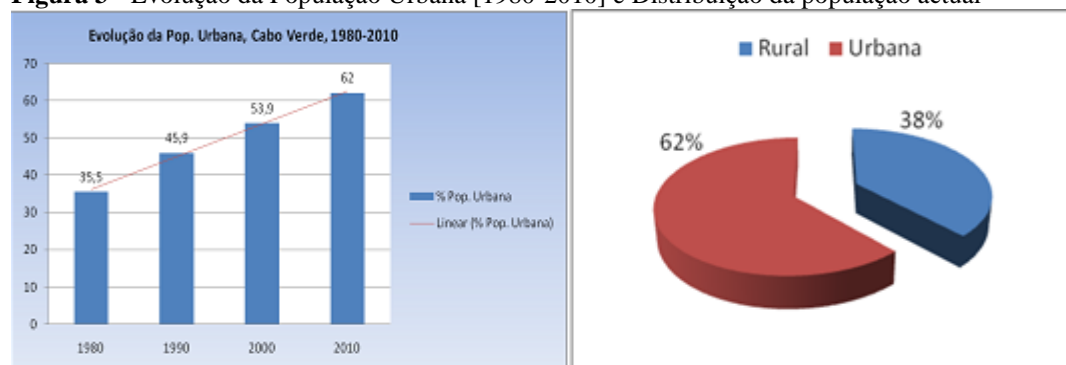
As nossas cidades pelas suas qualidades atractivas (centros industriais e comerciais, administrativos, culturais e religiosos), para onde são canalizadas também as maiores quantidades de água e alimento, funcionam como verdadeiros pólos de atracção, que contribuíram para o aumento da população, que implica a busca de novos espaços para a habitação, provocando a ocupação de áreas que por lei deveriam ser protegidas como por exemplo (Áreas de Protecção Permanente), como encostas, áreas florestais, orla marítima, que por vezes são devastadas em alguns casos para suprir o mercado imobiliário, sendo estas ocupadas por habitações que, por vezes são autorizadas pelas Câmaras Municipais e por vezes construídas sem nenhuma autorização nem projecto, constituindo verdadeiras casas de lata (guetto), concebido fora de todas as normas regulamentares com prejuízo para a arquitectura paisagística e sanitária das cidades e por vezes leva ao desaparecimento de espécies endémicas nas zonas industrializadas ou urbanizadas.

O aumento da população urbana em Cabo Verde, deve-se também, às migrações da costa africana, e fundamentalmente ao êxodo das zonas rurais para os centros urbanos devido a escassez do local de recursos hídricos, falta de chuvas, diminuição na produtividade dos solos, como consequência da seca e da erosão do solo, “bem como a sobre-exploração dos recursos pesqueiros constituindo deste modo, um quadro rural de desemprego generalizado que promove a busca de novas alternativas económicas e de subsistência” (PAIS, 2003:27). Este fenómeno, que movimenta pessoas em busca de melhores condições de vida, desafia as autoridades à tomada de medidas adequadas a novas situações. De acordo com o Presidente da Associação dos Municípios de Cabo Verde (AMCV),⁶² perante esta situação, “é preciso adequar os Planos Directores Municipais à perspectiva de criação de redes de cidades”. Cabo Verde está perante um desafio de política de cidades, de Planeamento e desenvolvimento, de políticas em matéria de habitação; desafios de urbanização, requalificação e saneamento, e mais recursos que permita actuar em tempo útil perante os desafios não só das alterações climáticas, mas também do processo de globalização.

⁶² - Declaração colhida à saída do 1º Fórum Nacional de Cidades, realizada na Capital (03.12.010)

A ministra da Descentralização por sua vez, entende que há necessidade de, “*uma política inversa que possa conter o êxodo rural, como por exemplo criar atractivos urbanos nas zonas rurais*”, porque 62% da população cabo-verdiana vive nos centros urbanos (**Fig.3**). *É uma situação que vem evoluindo há várias décadas, só na capital concentra cerca de 27% da População.*

Figura 3 - Evolução da População Urbana [1980-2010] e Distribuição da população actual



Fonte: Evolução P. urbana PNDUCC 2003

Fonte: Distribuição, Autor dados do QUIBB 2007

Da análise da Figura 3, nota-se que a tendência é para intensificação deste fenómeno, com todos os problemas que isto representa. Temos uma crescente população urbana, sendo uma grande percentagem está vivendo nas cidades sem as mínimas condições de habitação, por além de outros problemas que são próprios das cidades cabo-verdianas que sofre de défice de gestão urbana, défice de planeamento, de equipamentos urbanos, problemas sociais derivados da falta de organização dos espaços urbanos. Tudo isso tem impacto provocatório na paisagem urbana.

Esses factores, associados ao trânsito engarrafado, poluição do ar, praias sujas e todos os espaços abandonados que são transformados em depósitos de lixo, esgotos sem tratamentos que se pode transformar em canais cimentados, perigosos para a saúde pública, O que faz cair por terra, o sonho de viver em prédios, hospitais e escolas de luxo, ruas asfaltadas, praças de diversão. Em vez disso, encontra-se comunidades inteiras sem local para o destino final do lixo, violência estresse e baixa qualidade de vida.

Para combater esta concentração permanente nos centros urbanos que acarreta cada vez mais os problemas das cidades cabo-verdianas, concordamos que, urge, a criação de incentivo de vida nas localidades como forma de reter as pessoas. Por exemplo, construir estradas para o desencravamento de localidades, centros de saúde, água canalizada, escolas,

jardins e apoiar as actividades produtivas que permitam aproveitar a produção local (agrícolas, pastorícia, artesanato, pesca). Assim fica resolvido em partes o problema de pressão ambiental nos centros urbanos, mas, para isso, é necessário prever outras medidas suplementares que promovam a redução do tráfego, através da utilização de meios de transportes mais limpos, com regulamentos ambientais aplicáveis aos veículos e combustíveis como forma de reduzir a poluição atmosférica.

4.2.2. A Pobreza como factor de degradação Ambiental

A pobreza em Cabo Verde é um fenómeno estrutural que está estritamente ligada à fraqueza da base produtiva, bem como às características da economia. A pobreza está intimamente ligada ao acesso aos recursos, ao emprego, ao sexo, e ao nível de alfabetização dos chefes de família, dos quais 38% são mulheres, *Relatório da PNUD (2001)*, cit. *Relatório da FAO (2009:15)*.

Na verdade, é um país extremamente frágil, detentor de um povo vocacionado para a agricultura, num país onde apenas 10% da sua superfície tem condições para a prática de uma agricultura que é permanentemente ameaçada pelas condições climáticas.

A falta ou ausência de precipitação provoca secas cada vez mais longa, como consequência “um deficit hídrico” permanente e o avanço da desertificação. “Nestas condições excepcionalmente difíceis a produção alimentar é constantemente deficitária” (IDEM).

A agricultura é praticada em condições precárias (*vide, CAP.II*), por isso o rendimento agrícola é baixa e varia de ano para ano. Nos últimos 30 anos não há registo de “*um ano em que a produção ultrapassou os 40% das necessidades em cereais*”. Esta produção agrícola deficitária, sendo imprevisíveis, constitui um risco enorme para as populações rurais no plano alimentar e contrasta com um crescimento de população de (2,4% segundo dados dos anos 90), o que aumenta a pressão sobre a situação alimentar do país, colocando em conflito os objectivos da produção agrícola e as disponibilidades em solos e água.

A reduzida dimensão da base produtiva deixa o país fortemente dependente do exterior não somente em relação às exportações, mas também em relação ao impacto dos preços das importações sobre a procura interna (IDEM).

Esta situação é antiga, ora, “*historicamente, a relação entre a população cabo-verdiana e o seu ambiente natural foi sempre difícil desde o início da formação desta sociedade*”, segundo o citado relatório, esta dureza de relação com a natureza costuma culminar em doenças, fomes devastadoras e emigração de centenas de milhares de cabo-verdianos.

Se ainda hoje, o país tem dificuldades na superação do seu desenvolvimento económico e social é devido á fragilidade do seu ambiente. Por exemplo a escassez de solos, coloca muitas pessoas na situação de pobreza, “estas para sua sobrevivência, exercem enorme pressão sobre o ambiente, explorando os terrenos nas encostas, que constituem mais de 60% dos terrenos cultiváveis”. (*Censo 2000*), agravando por seu lado o fenómeno da erosão dos solos e acelera a desertificação.

Para além da insularidade do país, é a dispersão das ilhas que constitui o maior constrangimento económico. Esta obriga à multiplicação das infra-estruturas (transporte marítimo, aéreo, entre as ilhas, produção e distribuição de energia e água, etc.), e das “instalações necessárias para a prestação de serviços sociais, administrativos e de segurança” *Relatório da FAO (2009:116)*. Esta situação dificulta a aplicação de qualquer Programa de luta contra a pobreza e a população procura recuperar em serviços como práticas inadequadas de agricultura até á extracção de inertes, que por além de serem de rendimentos efémeros, são também danificadoras do ambiente. Por outro lado, dificulta ao Estado, implementar a nível nacional, um programa de desenvolvimento sustentado, que permita uma educação de qualidade, que prepara as pessoas para obtenção de actividades rentáveis e com qualidade de vida.

Segundo, o documento “Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza” (*DCRP*), no centro do processo de desenvolvimento de Cabo Verde, estão, a redução da pobreza, a melhoria das condições de vida da população e a protecção ambiental, mas, para isso, é necessário, uma “articulação e integração da conservação da natureza”, com outras actividades que tem estado no centro da existência da pobreza e da degradação do ambiente, tais como: *Agricultura, silvicultura*, actividades extractivas, turismo e energia, o que mostra que, “a preservação do ambiente, deve estar a par com o desenvolvimento e o bem-estar das populações, exige interligação entre eles, não se podendo conceber políticas ou actividades que não levem em conta essa simbiose” *Lopes (2010:53)*, aliás, os documentos estratégicos de

Desenvolvimento de Cabo, como as Grandes Opções do Plano (GOP), incluem prioritariamente, os programas de protecção do ambiente como (Luta Contra a Desertificação, Protecção das Espécies, Educação ambiental entre outros), como principal meio de combate à pobreza e propõe em alternativa, actividades geradoras de rendimento e com respeito para o ambiente. Associam também, os problemas ambientais ao desordenamento do Território, isto explica-se pelo facto que, na prática quanto maior for o nível de desordenamento do território maiores são os problemas ambientais e maior é a pobreza e vice-versa.

Um dos objectivos da A21 Local, seria “contribuir para um desenvolvimento que, a um só tempo, integre as necessidades de viabilidade económica, defesa do ambiente e promoção das condições de vida das populações” (CNUAD, 1993, cit. por GUERRA; NAVE&SCHMIDT, 2005:14). No” capítulo 28 deste documento defende-se que, “como nível de governação mais próximo das pessoas, elas «as administrações locais» desempenham um papel vital na educação, mobilização e preparação dos cidadãos para promover o desenvolvimento sustentável” (CNUAD, 1993:333). Neste sentido o Poder Local tem um papel relevante na luta contra pobreza dado às suas proximidades aos problemas e às culturas das populações. Podem facilmente identificar as bolsas de pobreza, fazer todo o trabalho de sensibilização, envolvendo-as, através de uma política de proximidade, na procura da melhoria de suas qualidades de vida sem prejuízo para o ambiente.

Contudo, não é fácil, num país como Cabo Verde, conciliar o desenvolvimento humano e a protecção ambiental porque pode originar situações complexas e muitas vezes contraditórias, especialmente, quando põe em jogo as necessidades e os desejos dos mais pobres, cujas medidas de protecção ambiental no quadro dos compromissos assumidos pelo Governo chocam com as suas tradições sociais e culturais. Por exemplo a criação de zonas protegidas teve resistência das populações, pobres, das redondezas pelo facto destas áreas sempre servirem de local de exploração agrícola ou pastorícia e extracção de lenhas como meio de sobrevivência.

4.2.3. Importância da Educação na Protecção Ambiental

A educação aparece como um sector de importância fundamental face aos objectivos de desenvolvimento humano (...) a utilização racional dos recursos do ambiente requer

padrões comportamentais compatíveis com as exigências do desenvolvimento sustentável”, (.....) A questão está directamente associada à formação de mentalidades que viabilizem uma postura saudável em relação ao ambiente(*PAM, Santa Catarina:16,34*).

Segundo o mesmo documento, é, “Com base nesse pressuposto que a informação, a sensibilização e a educação ambiental constituem as vias privilegiadas para promover a mudança de práticas, atitudes e comportamentos nocivos para o meio ambiente, numa perspectiva de priorizar uma intervenção de natureza proactiva em detrimento de acções de carácter reactivo”.

Existe uma teoria segundo a qual “*de ambiente todos entendemos por ser um tema generalista*”, é uma teoria que reforça a ideia de que a Educação ambiental é uma tarefa que não pode ser exclusiva das escolas ou entidades ligadas ao ensino formal, mas sim de todas entidades e personalidades com influência de sensibilização social, a começar pelos pais e ou encarregados de educação, Associações Comunitárias, ONG`s, As Câmaras Municipais, serviços centrais e desconcentrados do Estado. Só assim se pode aproveitar todas as competências e desenvolver uma relação saudável entre a sociedade e o ambiente.

È nesta lógica que Evangelista (1999:8), defende a “união de esforços como forma de criar um quadro ambiental, que permite a todos sair da ideia generalista de que o ambiente se limita a alguns ciclos naturais e criar a consciência de como é importante a forma de utilizar os recursos naturais, que tanto pode contribuir para mantê-los em funcionamento como para o seu desequilíbrio”. Para, ele o ambiente não depende apenas das leis ecológicas mas sim da forma como tratamos os recursos naturais.

Em Cabo Verde, efectivamente, a ideia acima explicitada contínua patente nas comunidades menos instruídas e a Educação ambiental a nível das escola, onde é mais fácil passar a mensagem, depara com alguns problemas, especialmente, a falta de meios materiais necessários a um trabalho de informação, sensibilização, e educação ambiental adequado (materiais diversos, equipamentos audiovisuais, manuais escolares), apesar de existir alguns materiais nas escolas produzidas no âmbito do projecto *PFIE*, e alguns produzidos pelos alunos e professores nas aulas, o que são, no entanto, insuficientes para ilustrar cabalmente a nossa realidade ambiental.

A Escola deve servir como um dos veículos de transmissão, mas não como a única, porque, segundo Evangelista (1999:7) “*A Educação Ambiental deve assentar numa base*

multidisciplinar”. A política de ensino dos problemas ambientais em Cabo Verde obedece este princípio porque a nível das escolas, a educação ambiental não figura como disciplina específica no currículo escolar, mas sim integrada em diferentes disciplinas, como é o caso de Homem Ambiente, das Ciências Integradas, e actividades práticas com cunho ambiental.

Os professores têm alguma preparação para actuar no domínio da educação ambiental, desde que os meios e os materiais necessários estejam disponíveis. De todo o modo, não se pode considerar o fornecimento de materiais como determinante para a Educação Ambiental, porque existe muitos exemplos de iniciativas e criatividade das escolas. Por exemplo a criação de horto escolar onde é possível, visitas de estudos, observação dos fenómenos naturais, realização de peças de teatro etc.

Estas actividades devem envolver não só os alunos e professores mas toda a comunidade, de forma que a mensagem seja colectiva, que a linguagem ambiental seja adquirida por todos num esforço colectivo para o bem comum, sabe-se que as populações rurais devido às suas carências não conseguem respeitar o ambiente, mas também não existem programas e acções de educação ambiental como alternativas, devido à fraca capacidade institucional para actuar nas localidades.

Nesta ordem de ideia, é preciso pensar na educação da sociedade enquanto processo formativo que assenta as suas raízes no ensino formal e complementado por outras formas de aprendizagem, com enfoque para as acções de educação ambiental e a formação profissional, neste caso, a educação figura como um sector estratégico e um requisito básico à construção de uma consciência cívica cada vez mais desenvolvida numa óptica do pleno exercício da cidadania.

O ideal é ter em Cabo Verde, um sistema no qual a Educação ambiental funciona na transversalidade, sem uma imposição curricular específica, mas sim diluída em todas as matérias e actividades escolares, de forma que a política social se concilie com o ambiente e o professor aparece como um intermediário que procura encontrar uma linguagem própria para o ambiente.

Actualmente, uma grande parte da sociedade cabo-verdiana, encontra-se envolvida no sistema de ensino, desde os Jardins-de-infância às Universidades, com envolvimento de todas as estruturas políticas sociais e religiosas, isto é, as igrejas, o Governo, o Poder Local, ONG`S, os privados etc. Todos tem uma certa preocupação com o ambiente, mas, não há uma

política institucional bem definida para aquisição de conhecimentos em matérias ligadas ao ambiente.

Portanto, deve haver uma política ambiental definida nas escolas, de forma que, no Pré-escolar, no EBI, Ensino Secundário, serão realizadas actividades práticas e de pesquisa, criando “Clubes ecológicos” nas Escolas Secundárias, em que os beneficiários adolescentes e jovens do Ensino Secundário poderão a partir da sua participação, constituir uma força poderosa na mudança das actividades e comportamentos relativos ao Ambiente. Para isso, devem ser orientados de forma a tomar consciência dos problemas e do seu papel pessoal no Ambiente e na melhoria da qualidade de vida. “Educar a população a ter um comportamento diferente em relação às plantas, lixo e aproveitamento da água sem desperdício”; Introduzir nos programas escolares o hábito do uso de materiais reciclados em certas actividades lúdicas e decorativas.

A solução está no comportamento de todos nós, por isso, deve-se realizar formação dos monitores de infância, Professores do EBI, Ensino Secundário e outros, *“uma formação em contacto com as realidades do ambiente natural e humano”* FERNANDES, (1988:196).

Já ao nível da Alfabetização e Formação Profissional, que tem por objectivo primeiro, a melhoria da capacidade de pessoas na sua forma de actuar sobre o ambiente e abranger a formação profissional a grupos diferenciados, como pais e encarregados de Educação, residentes em bacias hidrográficas, responsáveis de perímetros florestais, criadores de gado, comunidades piscatórias, entre outras, a ideia é a busca permanente de satisfação das necessidades de emprego por franjas populacionais não qualificadas, daí a sua aposta aparecer como forma de aliviar a pressão sobre o ambiente oferecendo uma qualificação aos jovens, desviando-os de certas actividades de carácter nocivo para o ambiente, como a apanha de areia, lenha e outras actividades.

Quanto ao Ensino Técnico, nem todos os municípios dispõem de uma Escola Técnica com condições de acolhimento e formação de alunos, quer seja em termos de estrutura física, quer seja em termos de equipamento. No entanto, as que existem, encontram-se subaproveitadas se termos em conta as suas potencialidades e a enorme carência de mão-de-obra qualificada em diversas áreas no país.

A rentabilização desses espaços, passa pelo alargamento da sua oferta formativa e da diversificação do público-alvo, com enfoque para os jovens à procura do primeiro emprego, ou em activos, entre outros interessados.

Os espaços de qualificação Técnica figuram como uma oportunidade para a qualificação técnica da juventude numa perspectiva de habilitação para o emprego sustentável, como uma forma de aliviar a pressão humana exercida sobre o meio ambiente em resultado da falta de alternativas para a geração de recursos financeiros indispensáveis à satisfação das necessidades básicas.

4.2.4. Os Desafios do Século XXI

No decorrer da história do homem, o grande desafio que a natureza lhe punha, era o de ele ser capaz de utilizar os recursos do ambiente natural e de ajustar ao meio de forma a garantir a sua sobrevivência (*PEIXOTO, 1987:156*). Este desafio foi mal entendido pelos homens que procuravam tirar o máximo de proveito da natureza com o uso indiscriminado das tecnologias científicas, criando indústria de produção, indispensáveis para o bem-estar social e ao mesmo tempo provocar mudanças quase que irreparáveis no ambiente. Foram precisos muito tempo para se chegar à conclusão de que esses desafios constantes à natureza, ao provocar uma degradação rápida dos recursos não renováveis poderiam ser elemento de perturbação do mesmo bem-estar e do progresso no futuro.

Com esses dados compreendeu-se que “a tecnologia que gerou uma produtividade notável e que contribuiu decisivamente para o conforto do homem tem vindo a destruir o capital ambiental do ecossistema em que o homem é forçado a viver” (*IDEM*). Nesta situação era necessário agir como forma de garantir o futuro com a criação de consensos, leis e tomadas de medidas globais que possam garantir um ambiente sadio para os tempos vindouros. Esta percepção permitiu que o ambiente seja, na actualidade, tema de grandes debates e cooperação internacional. Pelo que é necessário que os governos e Organizações Internacionais melhorem a governação ambiental em todos os cantos do Planeta, com um maior empenhamento na procura de consensos em matéria do ambiente porque trata-se de um tema global cuja resolução depende de soluções globais.

Actualmente, em Cabo Verde, o interesse para o ambiente é cada vez maior, o nível de mobilização a favor do ambiente é maior mesmo na esfera do poder que tem elaborado algumas estratégias de protecção do ambiente, como leis, projectos e programas, que caso conseguirem meios e mecanismos de adoptá-los “*podem debelar grande parte dos problemas ambientais existentes, nomeadamente no sector da Agricultura, Silvicultura e Pecuária*”.

A nível legislativo, o país dispõe de um desiderato de normas suficiente para impor o respeito pelo ambiente, o desafio que se impõe é conseguir adequá-las às novas situações e sobretudo tirá-las do papel, o que exige uma governança⁶³ forte e sensível aos problemas ambientais. É um tema transversal, tanto a nível de conteúdo como na divisão de competências que se encontram distribuídas entre o poder Central, os Municípios e à sociedade civil. Deve haver uma combinação de ideias entre o governo e os municípios, aproveitando das ONG's que está em progressão no país. Segundo STOKER, (2000:93), Governar é “um processo interactivo porque nenhum actor detém sozinho o conhecimento e a capacidade de recursos para resolver problemas unilateralmente” com esta orientação pode-se criar um quadro favorável para o aumento de iniciativas e parcerias na área ambiental, mas também deve-se investir na capacitação humana como forma de aumentar os conhecimentos, aproveitando as Instituições de investigação existentes no país.

Melhorar a qualidade de ordenamento do Território adequada a uma política de descentralização, permitindo que certas medidas de fiscalização se façam a nível inframunicipal. A descentralização será a melhor forma de tornar o ambiente num sector estratégico para o país, porque é a nível inframunicipal que facilmente o sector de ambiente se pode transformar num modelo de desenvolvimento sustentável com crescimento económico, justiça social, qualificação dos jovens e melhoria da qualidade de vida.

Numa estratégia de descentralização deve-se implicar a comunicação social, na divulgação, da política de Educação ambiental na base, levando a toda a comunidade a distinguir o problema de sobrevivência de um desenvolvimento sustentado. Esta ideia será dos desafios mais importantes porque se a comunidade ganhar a consciência da importância

⁶³ -A governança, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), compreende os mecanismos, processos e instituições com que os cidadãos e os grupos articulam os seus interesses, exercem os seus direitos legais, assumem as suas obrigações e negociam as suas diferenças. Assim, são características fundamentais de uma boa governança, a participação, a transparência e a responsabilidade, num processo que, não esquecendo a necessária eficácia e equidade social, assegura o primado da lei e o acesso à justiça a todos os cidadãos (Cf. UNDP, 1997).

do ambiente no desenvolvimento e no seu bem-estar fica facilitada a tarefa de atingir os ODM e o desenvolvimento sustentado.

Os desafios ambientais do futuro têm que basear sobretudo nas inovações, como aposta nas Fontes de energias renováveis, e concretização de planos existentes como PANAI que, teoricamente parece adaptado à nossa realidade. Deve-se apostar neste documento e seus Planos intersectorial, mas fazendo deles, Planos consensuais que mesmo mudando de Governo, não haverá ruptura na sua aplicação.

Outro aspecto é de criar nas zonas rurais incentivos de fixação das populações como forma de travar o êxodo rural e aliviar a pressão sobre os centros urbanos. Por exemplo criar condições de conforto e bem-estar das pessoas, acelerar o processo de electrificação das zonas rurais, canalizar e melhorar a qualidade de água, abrir centros de saúde etc. Mas também fomentar investimentos na agricultura e na pastorícia, facilitando o crédito agrícola, dando formação aos agricultores, construir barragens e outros meios de retenção da águas, introduzir técnicas modernas de trabalho e de rega nos campos. Este desafio por além de aumentar os rendimentos das famílias, incentiva a fixação das pessoas e protege o solo contra a erosão. Segundo a *UNDP, (1997:11)* é melhor forma de “Redução da Pobreza” porque permite a “criação e garantia de emprego, a protecção e regeneração ambiental e avanço das mulheres”. Sabe-se que em Cabo Verde a mulher é a classe mais sensível à degradação ambiental, segundo (*QUIBB, 2007*) 44,6% das mulheres são chefes de família, são elas as responsáveis pela colecta de água e lenha nas zonas rurais e estão envolvidas em várias outras actividades perniciosas ao ambiente como extracção de inertes, pastoreio e agricultura porque tradicionalmente tem tido menos oportunidade.

CAPITULO V: Dois Municípios, Dois Caminhos: O Caso de Estudos

Para o estudo comparativo é fundamental começar pela caracterização dos Concelhos, sua situação a nível de ambiente, a fim de conhecer o caminho seguido e propor caminhos alternativos.

5.1. Breve apresentação do Concelho da Praia

O Concelho da Praia é o mais importante do país, onde está localizada a principal cidade do arquipélago - a cidade da Praia, Capital do país, no qual alberga cerca de 132.317 habitantes (*Censo 2010*), distribuídos pela Praia Urbana (96,6%) e Praia Rural (3,4%). Estas percentagens representaram 24,4% e 26,9% da população residente no arquipélago em 2000 e 2010 respectivamente.

Figura:4 - Cidade da praia



Fonte: Google Earth - 01-07-2011

Situado a Sul da Ilha de Santiago e banhado pelo Oceano Atlântico, ocupa uma área de 258,1 km², sendo a cidade da Praia com uma superfície de cerca de 42 km². Tem um clima semelhante às do resto do país, marcadamente quente e seco. Dispõe de uma larga faixa costeira árida e semi-árida destinada à pastorícia e florestação e as faixas húmidas são ocupadas pela agricultura de sequeiro.

A taxa de crescimento nos últimos 20 anos (1990-2000) foi de 4,8% e (2000-2010) de 3%, superior aos 2,4% referente à taxa nacional no mesmo período (*censo 2000 e 2010*).

Pelo facto de ser a cidade capital, tem concentrada as principais instituições do país, os centros comerciais e principais redes de negócios, o que se justifica pelo facto de 1/5 da população do país residir nesta cidade e por ser o centro político e administrativo “...*centre de gravité du pays au niveau économique et politique. Elle attire les populations de tous les niveaux sociaux, de toutes les localité du pays, ainsi que les pays voisins de l’Afrique de l’ouest. Praia est la capitale politique et économique du Cap-Vert, où se localise la Présidence de la République, l’Assemblée Nationale, le gouvernement central e tous les sièges sociaux dès principales entreprises, ainsi que les principaux pôles d’enseignement supérieur du pays*”(NASCIMENTO, 2009:94).

Todo o desenvolvimento da Praia Urbana, ocorreu á volta de um núcleo central (Platô) que nasceu como uma fortaleza para receber com maior segurança as populações que viviam na Cidade de Ribeira Grande (1ª Cidade do Arquipélago) e que na altura era infestada por ataques frequentes dos corsários.

Tendo em conta o ritmo do seu desenvolvimento tornou-se numa cidade muito atractiva com um índice de eficácia de emigração, tanto dos outros Concelhos como das outras ilhas e dos países africanos de 54,4% (INE, 2010).

De acordo com a cartografia da Cidade, ela é constituída por 58 bairros, sendo 17 considerados bairros degradados e apenas três dispõem de uma organização urbana com mínimas condições. “Tem experimentado nos últimos anos um acelerado crescimento físico, acompanhado de uma degradação ambiental crescente, dado á incapacidade de prestação de serviços de abastecimento de água, fornecimento de energia, limpeza urbana etc. (*Esquema Estrutural do Plano Director, 2ª versão 1998:37*). Este crescimento, com destaque para o período pós-independência (1975-2000), não foi acompanhado de infra-estruturas de desenvolvimento como rede viária e habitação social que respondessem às demandas advenientes. Segundo (NASCIMENTO, 2009:56) “*La Ville de Praia est un bon exemple de Ville où la croissance n’est pás synonyme de develloppment. La population de la Ville croit de façon accélérée mais les structures de gestion et de planification existente ne sont pas capables d’accompagné cette croissance*”

A Cidade da Praia “constitui um fenómeno de explosão urbana e macrocefalia: em 1990 reunia cerca de 12,55% da população de Cabo Verde, 50 mil em 1985 e cerca de 100.000 no ano de 2000, constitui assim uma concentração humana que requer cuidado acompanhamento, pelos inúmeros reflexos sociais, económicos, desde habitação e alimentação à saúde e ao ensino, ao emprego á circulação e ao lazer” (AMARAL, 1991:21).

“A tendência de crescimento da população (...) a favor da zona urbana vem contribuindo para agravar o problema do crescimento insustentável da cidade da Praia, aumentando a pressão sobre os recursos, impondo à partida medidas que visam reforçar e garantir o fornecimento de bens e serviços, como sejam, por exemplo., habitação, abastecimento de água e eliminação de cada vez maior volumes de resíduos sólidos e líquidos, sem pôr em causa a gestão durável dos recursos “(PAM da Praia).

Foi nestas condições, e sem um acompanhamento criterioso que a cidade cresceu e duplicou em número de população, de complexidade em termos de organização urbana e das infra-estruturas, tornando-se cada vez mais explícitos os problemas de ambiente.

5.1.1 Actividades Económicas

Sendo o maior Concelho do país pressupõe uma maior movimentação económica e comercial.

No tocante às actividades económicas O PAM, teve que considerar dois cenários diferentes, uma para a “Praia Urbana” que alberga cerca de (96%) da população do Concelho, onde, existe uma maior movimentação de pessoas, estão concentradas as principais infra-estruturas, melhores qualidades de energia e maior interesse e atracção dos investidores. Neste espaço urbano, o *“comercio a grosso e a retalho associado à reparação de veículos, motociclos e bens de uso doméstico, figuram como ramo de actividades que emprega maior número de pessoas”*. Geram muitos postos de trabalhos, representando 26% do total dos empregos na capital.

Dados do INE, mostram que, é sobretudo do sector secundário e terciário que vive a Praia urbana, com algumas indústrias localizadas na costa (industria pesqueira) ou bairros periféricos (indústrias transformadoras de produtos agrícolas, indústrias de material de construção civil etc). Contudo o sector terciário é dominante, com as actividades ligadas á

administração e governação (central e autárquico); actividades ligadas ao comércio, serviços (saúde, educação, turismo, restauração e hotelaria, função pública etc.) e outras actividades de carácter liberal como são o caso de transportes públicos e privados.

Na Praia Rural onde a população se encontra ainda agarrada à terra é a agricultura, Silvicultura, caça, produção animal que constituem principal ocupação e meios de vida das famílias, praticadas de forma pouco correcta e pouco produtiva mas também prejudicial para o ambiente.

Outras actividades como a pesca são praticadas tanto nas zonas rurais como urbanas com maior realce na Praia rural representando 1,2 e 4,1% respectivamente.

O mesmo documento caracteriza a situação na Praia de um modo geral, em particular da zona rural com elevadas taxas de desemprego, baixo nível de escolaridade e elevado número de famílias desprovidas de recursos mínimos para satisfação de suas necessidades básicas.

Um estudo do (*QUIBB, 2007*), Aponta as mulheres como as mais afectadas pelo desemprego e pela pobreza são elas que representam 53% da população na Praia rural e 52% na Praia Urbana e grande parte são chefes de família, sem formação e desprovidas de quaisquer recursos.

Sendo as mulheres preteridas no emprego, procuram outros meios de vida ligados à gestão dos recursos naturais e preservação do ambiente, como função doméstica, apanha e venda de água e lenha, criação de gados, gestão das actividades agrícolas e apanha de inertes. Existe uma tendência de feminização da pobreza e conseqüentemente da degradação dos recursos naturais.

5.2. Os Principais Problemas Urbanos

Os problemas urbanos são diversos e estão fundamentalmente ligados à saturação das infra-estruturas, degradação dos edifícios e dos solos, problemas sociais, segurança, congestionamento de trânsito entre outros que poderão ter como consequência a pressão ambiental e a degradação das condições de vida das pessoas. São problemas que poderão criar desequilíbrios graves nas áreas urbanas e dificultando a própria mobilidade de pessoas, o que

dificulta mesmo a prática de medidas públicas de governação, segundo (Tavares, 2006: 25), é “um conjunto de bloqueios e fragilidades que exigem políticas específicas, nomeadamente no âmbito da habitação, dos equipamentos, e infra-estrutura (...) a lógica da redução das disparidades, do combate à exclusão social, à pobreza e ao desemprego, do défice de infra-estruturas, da precariedade das condições de vida e dos problemas ambientais são aplicáveis às dimensões nacional/regional/local, embora concretizando-se sobretudo a nível local.

No caso da Cidade da Praia, esses problemas começam a ser evidentes, e urge criar políticas coerentes e a nível nacional com repercussão local. Há que implementar políticas de desenvolvimento global que para além ter efeito preventivo que possam persuadir as pessoas a práticas correctas de uso das infra-estruturas, do solo e dos próprios resíduos, conduzam também à melhoria das condições de vida das populações rurais, e evitam que os problemas das zonas rurais sejam transportados diariamente para os meios urbanos.

A Cidade da Praia, enfrenta alguns problemas que são próprios das cidades dos países pobres, principalmente, porque a sua urbanização processou-se de forma descontrolada, deixando certos subúrbios descartados de principais equipamentos sociais e de lazer. Estes factos, afectam directamente a imagem da cidade e a qualidade de vida das pessoas.

Em termos de habitação, um estudo do *INE de 2000*, detectou um deficit de 5000 fogos, prevendo o dobro para o ano de 2005 e quadruplo para o ano de 2010. Assim ficou revelado, a gravidade existente nesta cidade em termos habitacionais. Uma situação com repercussão directa no saneamento básico, na segurança das pessoas e na degradação paisagística e ambiental. Revelou ainda a situação caótica das “habitações espontâneas” que são construídas sem nenhum parecer técnico, ocupando por vezes as encostas e linhas de água, consideradas “zonas de riscos” com consequências imprevisíveis para o ambiente.

A situação é tanto mais grave nos bairros como Vila Nova, Safende, Pensamento, S.Pedro etc. Onde actualmente se encontram as maiores percentagens de população rural, vivendo em situação precária. É uma realidade visível nos bairros onde as necessidades fundamentais para a qualidade de vida das pessoas estão por resolver, onde não há respeito pelo planeamento urbano, onde “ a preocupação é ter um quarto para dormir” sem ter em conta a qualidade e conforto doméstico.

É da responsabilidade das autoridades ter políticas públicas coerentes para garantir a qualidade de vida e conforto, em especial no âmbito doméstico. Citando (FERREIRA, 1999:7;

cit.TAVARES, 2006:27) “A política de Cidades exige mudanças profundas de natureza política e organizacional” isto quer dizer que a cidade deve ser governada em conformidade com um plano de gestão urbanístico respeitando os projectos das entidades publicas. Caso contrário, os fenómenos negativos dos centros urbanos, como transporte, saneamento e outros poderão acampar-se e acentuar á medida que a cidade cresce, tornando-se numa perenidade. A tendência desses problemas tornarem-se cada vez mais prementes na cidade da Praia é grande, na medida em que as politicas implementadas não tem surtido efeitos nos bairros mais críticos, é o caso de drenagem de água na zona de Vila nova, Achadinha, Pensamento entre outras; Das pequenas criminalidades nos bairros, dos comércios informais, do lixo; das construções clandestinas etc. Segundo *ASCHER (2010:20)*, “torna-se necessário, importantes mudanças na concepção, produção e gestão das cidades e do território”.

Alguns problemas alastram de um bairro a outro, por falta de uma gestão concertada entre os agentes de administração dos bairros e da sua própria delimitação. Segundo *(NASCIMENTO, 2009:85)*, “Les services d’urbanisme et les agents de recensements ont du mal à établir des limites précises de certains quartiers informels”. Isto por falta de infra-estruturas de articulação como pontes, muros, sinais luminosos, sinais de identificação etc.

A nível dos transportes públicos, vistos como uma solução ao descongestionamento urbano, apenas duas empresas a “*MOURA COMPANY* e Sol Atlântico” operam na capital como concessionária, em situação que em nada dignifica a nossa capital, porque há sempre um problema (ou estão superlotado ou atrasados). São os taxistas e hiacistas particulares a procurar em situação de clandestinidade⁶⁴ colmatar a situação, o que indicia a falta de uma política de transporte urbana e, particularmente de modernização das vias de acesso aos bairros e à Praia rural.

O problema fundamental reside no déficit de planeamento urbano que a gravidade dos problemas está exigindo, pode até haver boa vontade, mas não é o suficiente, é preciso documentos de suporte técnico. Por exemplo, de 2008 a esta data, a Autarquia funciona sem os principais instrumentos de Planeamento urbano (*PDM, PD, PU*) que muitos munícipes consideram que foi provocado por mero capricho político.

⁶⁴ - Na Capital apenas os autocarros da “*MOURA COMPANY*” e os Táxis devem operar. Muitos Táxis e Hiaces, além, de não terem o direito de operar dentro do perímetro urbano, muitos funcionam sem nenhuma licença.

Dos problemas urbanos, mencionados, não se vê uma solução a curto prazo, por falta de uma cultura de planeamento, de controlo e seguimento. Por exemplo, entre 1970 e 1980, apareceram 6 novos bairros e segundo (NASCIMENTO, 2009:92), “*parmi les 6 quartiers nouveaux, seulement deux ont été planifié (Prainha e Terra Branca)*” e segundo (TAVARES, 2006:28), “*só uma política de cidades é susceptível de garantir o bem-estar e a qualidade de vida urbana*” na capital, isto é, uma política urbana de desenvolvimento integrado com vista a promover a autoridade municipal, a segurança, a cultura, a economia e a inclusão social, aliada a um bom sistema de saneamento e de transportes urbanos e inter-urbanos.

Ainda, reforçada com uma política de ordenamento do território Municipal, como já se disse, “*que visa reforçar a capacidade da Câmara Municipal em termos de planeamento, regulamentação, fiscalização e requalificação urbana de forma a integrar os bairros, as ribeiras e as ladeiras na normalidade de desenvolvimento urbano*”, não só, é necessário, também um novo urbanismo que coaduna com a maneira de pensar e agir dos residentes.

5.2.1 Êxodo Rural e os Bairros espontâneos

Segundo Nascimento, (2009:95), a população do Concelho sofreu um aumento de cerca de 71000 habitantes nos últimos 30 anos, ou seja mais de 300% (de 23082, habitantes distribuídos por 16 bairros em 1970, passou para 94048 no ano 2000 e distribuídos por 30 bairros. De acordo com a mesma “*la succession des années de secheresse et la création des pôles industriels et de formation à Praia ont provoqué une accélération des mouvements migratoires massifs de la population des localités rurales vers la capitales a partir de l'indépendance en 1975*”.O fenómeno antecede esta referência. Por exemplo nas grandes crises anteriores já se verificara este tipo de movimento para a capital onde era mais fácil abastecer em alimentos ou deixar mesmo o país em direcção a outras paragens como S.Tomé e Príncipe, E.U.A, Angola etc.

Segundo RAMOS (1990) e outros, cit. COSTA, (2007:10), “*Os primeiros subúrbios começaram a surgir a partir do século XIX, devido às fomes que assolaram o país. Essas fomes fizeram com que as populações de quase todo o país dirigissem à capital onde deveriam ser abastecidas com mais facilidades pelas autoridades*”.

Foi com base nessas movimentações que começou a grande concentração populacional nesta parte sul da ilha de Santiago, numa dinâmica que contraria o “modelo de planeamento urbano previsto”, referentes às áreas reservadas para a habitação e para as infra-estruturas de prestação de serviços públicos. Como as autoridades municipais não foram capazes de responder às novas demandas, começaram a nascer os primeiros bairros espontâneos, “*sem as mínimas infra-estruturas básicas*” necessárias para a vida na cidade.

Os bairros espontâneos que constituem os subúrbios da cidade, nasceram essencialmente a partir de fenómenos migratórios e ganharam realce após a independência Nacional de 1975 e são, em partes, responsáveis pela situação de precariedade que se vive em certos bairros e que se desembocam, especialmente num deficit de saneamento básico e na degradação do ambiente e da qualidade de vida dos residentes.

Um estudo do (QUIBB, 2007), conclui que a ocupação desses bairros foi rápida e maciça, a tal ponto que, em pouco tempo já não há espaço de construção. *Muitas das construções são clandestinas e sem a mínima das condições de habitabilidade e sem nenhum respeito pelo arruamento de uma comunidade digna de vivência.*

Todos esses bairros com excepção de uma parte da Várzea, (onde estão localizadas boa parte das grandes Infra-estruturas, inclusé, o Palácio de Governo), possuem uma altitude de cerca dos 50 metros em relação ao nível médio da água do mar, com uma inclinação bastante acentuada para a drenagem das águas, só que, “*muitas construções estão no leito das ribeiras e nas encostas com nível bastante acentuadas (28m)*”⁶⁵ e quando chove é o momento de aflição daqueles que ameaçados na sua integridade física culpabilizam o poder Local ou o Governo por nada ou pouco terem feito para evitar o drama.

Informações colhidas junto da CMP, reflectem a situação descrita e mostram a preocupação da Instituição com a precariedade de vida e segurança nesses bairros, “*15% das famílias vivem no leito das ribeiras e nas encostas*”(DADOS da CMP, Fev.2011), muitas “*moradias foram construídas de pedra e barro, inicialmente cobertas de palha e de acordo com o tempo foram substituídas por bidões, telhas, lusaletes ou fibrocimento*”. É também preocupação da CMP melhorar as condições de habitabilidade nesses bairros, mas ali estão esgotados os espaços para novas construções, restando a única alternativo - a construção em

⁶⁵ - V. Esquema Estrutural do PDM da Praia, 1998:2ª Versão.

altura, ora, “o uso do solo urbano tem sido feito predominantemente na horizontal em detrimento do crescimento em altura (*Esquema Estrutural do PDM da Praia, 1998 - 2ª Versão*). Aqui coloca-se a questão. Será que as construções de base têm condições para suportar o peso para novas construções?

Certos bairros são característicos dos “*guetos*” existentes em outras paragens, não permitindo um correcto saneamento público, com becos estreitos e convidativos a actos de delinquência e de difícil acesso em caso de emergência, algumas moradias nem tem acesso a viatura, só tem acesso pedonal. Segundo (*FERREIRA, 2007*), constituem um “*verdadeiro desastre urbanístico e configuram novos espaços de exclusão*”.

Muitas das moradias não tem energia eléctrica e nem água canalizada (alguns fazem ligação clandestina), por serem construídas sem a devida autorização municipal e sem as mínimas condições de habitabilidade, o que contribui para a marginalização social, aumento da delinquência e problemas de saneamento e de ambiente.

Em suma, “as construções desordenadas e ilegais vêm contribuindo para a degradação da qualidade paisagística da cidade da Praia, o que requer medidas de fundo para se poder melhorar e valorizar a paisagem, enquanto recurso ambiental”(PAM da Praia).

A CMP, consciente da situação tem “*em curso um projecto de arranjo urbanístico e de tratamento das encostas a nível das localidades, que permite fazer enquadramento das construções existentes e as que poderão vir a existir no futuro e da mesma forma define com clareza as ruas e outros espaços públicos ou privados*” (*COSTA, 2007:37*). Projectos do género deve ser extensivo a todos os Bairros, como forma de encontrar um sistema de denominar as ruas e numerar as casas, que será de grande importância para as autoridades Centrais e Locais, como Também para as empresas de distribuição de água, electricidade, correios, autoridades policiais, agentes da protecção civil, taxistas, comunidade local e população em geral.

5.2.2 Abastecimento de Água Potável

“Praia” é o único Concelho da Ilha que além de ser abastecido a partir dos lençóis freáticos, localizados em várias localidades (urbanas e peri-urbana) como “Santa Clara”, S. Pedro”, Trindade, Ribeirão Chiqueiro, João Varela e outras, dispõe ainda de uma estação de

dessalinização da água do mar, mas, a população continua a sofrer de escassez de água ao longo do ano e por vezes são abastecidas com água de baixa qualidade, sendo com maiores problemas nas zonas *peri-urbanas e rurais* onde reinam condições precárias de higiene, e com maiores riscos à saúde humana.

No entanto “*Parte das dificuldades devem-se a problemas de distribuição desigual - por vezes há muita água numa zona e há outras onde passam meses sem ela, isto mostra uma ausência ou deficiente gestão dos bens existentes que pode ser melhorada*”.

A distribuição da água no Concelho é feita geralmente, por rede de distribuição domiciliária, fontenários, poços, levadas e autotanques ao domicílio. A distribuição não é permanente nem diária, quer nos bairros abastecidos por rede, quer nos abastecidos por fontenários (...) não dispõem de capacidade suficiente para um consumo permanente da população (*Esquema Estrutural do PDM da Praia, 1998*).

De acordo com o CENSO 2000, “todos os bairros dispõem de um fontenário que nem sempre conseguem dar vazão às necessidades da população”, por vezes as pessoas estão obrigadas a se recorrerem a outros bairros para se abastecerem quando o líquido não for suficiente ou aos vizinhos com rede ou reservatório no domicílio. Por vezes a água é de má qualidade no próprio domicílio devido ao material impróprio usado na canalização e no seu transporte.

O líquido disponibilizado é insuficiente, tanto em quantidade como em qualidade, “a população urbana com acesso à água potável canalizada está sujeita a um regime de abastecimento irregular. Nas zonas rurais a situação é mais deficitária, devido à dispersão das comunidades e à dificuldade de acesso a muitas delas” (*Conselho Nacional de Águas, 2003:4*)

Em determinados bairros como: Safende, Bela Vista, Ponta de água e outros, grande parte das habitações não têm acesso à água canalizada, não só porque tem custos, mas porque são clandestinas e não podem formular um processo, ou pedido de ligação à rede pública.

A situação de abastecimento por habitações difere de zona para zona, existem bairros como “Eugénio Lima, em que cerca de 85% das famílias abastecem nos chafarizes; Monteagarro, São Pedro Latada, Safende etc, 70% recorrem aos chafarizes ou autotanques; Lém Cachorro 41,2% e Terra branca 10%, Plateau e Prainha 91% e 92% respectivamente das famílias obtêm água de uso doméstico em casa, através da rede pública”(CENSO, 2000).

Um estudo de 2003, revela que a maior precariedade verifica-se na Praia rural, onde se constata um franco domínio dos fontenários (60%) face aos restantes meios de abastecimentos geralmente utilizados pela população mais pobre e sujeita a preços mais elevados.

Trata-se de um Concelho de contrastes, não só entre zonas urbanas e rurais, mas dentro de cada uma dessas zonas.

Com a diminuição das precipitações, há uma diminuição do caudal dos furos que abastecem o Concelho e a única estação dessalinizadora existente, não tem capacidade de produzir água suficiente para compensar esta baixa. Portanto estas dificuldades acabam por complicar o processo de distribuição de água nos bairros de maior densidade populacional, especialmente no verão, período de maior consumo.

As infra-estruturas de distribuição da água nos bairros na sua maioria estão degradando devido não só, a actos de vandalismo mas também á pressão permanente da população em momento de distribuição, porque, o líquido disponibilizado nem sempre satisfaz as verdadeiras necessidades.

5.2.3 Saneamento do Meio

Actualmente um dos maiores problemas que a “Praia Urbana” enfrenta, relaciona-se com a “evacuação de excretas, drenagem e tratamento de águas residuais, a recolha e tratamento dos resíduos, bem como outros parâmetros com ligação estreita a questão do saneamento, nomeadamente as práticas de higiene e outros comportamentos da população” (POLITICA DE SANEAMENTO, 2003:5). Como é natural trata-se do principal centro económico e comercial e alberga o maior número de habitantes do país. Trata-se de um problema que preocupa os poderes públicos, privados e não só, toda a sociedade porque é uma questão que poderá pôr em causa a segurança de pessoas e a saúde pública.

A Cidade da Praia produz cada vez mais lixos e carece não só de meios necessários, mas também de estratégias e políticas para sua recolha tratamento e eliminação. Não há uma incineradora, nem um aterro sanitário, não se faz reciclagem nem existe contentores de separação de lixos, tem apenas uma “lixreira”(Fig:5), onde são depositados os lixos de forma

indiscriminada (Resíduos domésticos, comerciais, industriais e hospitalares),⁶⁶ o método de tratamento é a “queima” que não é a mais adequada, na medida em que é prejudicial ao ambiente (provoca poluição do solo e da atmosfera), e poderá atingir os lençóis freáticos.

Figura: 5 - Lixeira da Praia



Fonte: Conselho Nacional de águas,

A Lixeira pública não oferece a mínima de segurança, não é controlada por ninguém (CMP, Serviços de Saúde) nem está vedada, é um verdadeiro “*labirinto de doenças*”. No seu interior encontra-se, além de «animais á procura de alimentos, mas também cerca de 60 pessoas (homens mulheres e crianças) a “catar”⁶⁷ diariamente, incluindo o domingo» (Dados da CMP, Fev:2011).

Figura: 6 - Lixeira



Fonte: Autor, Fev. 2011

Essas pessoas estão á procura de algum objecto de valor como *dinheiro telemóveis, roupas* e outras coisas, mas também produtos alimentares como *laranja, maçã, bolacha* que vem normalmente nos lixos das casas comerciais. A chegada dos carros de lixos representa uma verdadeira batalha para o resgate dos objectos (Fig:6). Alguns catadores vêm todos os dias, outros têm a sua pequena moradia no interior da lixeira (Fig:5) para não perder nenhuma oportunidade.

Eles conhecem bem os camiões de lixos e sabem que tipos de lixo trazem cada camião, qual pode trazer objectos de valor ou produtos alimentícios. É uma situação complicada na medida em que no interior da lixeira, existe por além de um calor infernal as pessoas são atacadas, pela fumaça das queimas e por quantidade de mosca impressionante.

⁶⁶ - Decreto-Lei nº 31/2003, de 1 de Setembro

⁶⁷ - Procurar de forma selectiva, ou seja, colher no lixo

Junto da Câmara Municipal, sabe-se que está em curso um projecto de curto prazo,⁶⁸ que consiste em vedar a lixeira com rede, deixando apenas uma porta de entrada, vigiada por um guarda, evitando assim, que essas pessoas vivam em permanente riscos de saúde. Mostram a sua preocupação com este caso e dizem ter feito muito para evitar este drama mas sem sucesso porque podem também “catar” á noite.

Os responsáveis pela área do ambiente e saneamento, mostram-se preocupados com a situação do lixo, mas dizem não ter meios suficientes para este combate, tem 5 Camiões, 4 dinas (2 na recolha porta a porta, 2 na recolha dos montuários (recolha ao pé dos contentores). *“Estamos num concelho com muito lixo e com poucos recursos, ás vezes somos obrigados a trabalhar á noite e quando um camião sofrer avaria torna-se ainda mais difícil”*(IDEM).

Questionados sobre quais as medidas inovadoras para resolver a situação. Responde, “ a CMP contratou uma empresa para cuidar dos serviços de saneamento; reforçou a limpeza nas Praias; promove campanhas de limpeza nos fins-de-semana; comissão de limpeza para épocas festivas, recolha de sucatas e limpeza dos pardieiros (que são verdadeiros ninhos de mosquitos), vedação das principais valas nas ribeiras (barreiras artificiais metálicas) que são autênticos depósitos de lixo á noite; criou equipas de limpeza nocturna, accionou “contrato de recolha com as casas comerciais”⁶⁹ etc.)

Há que salientar, que essas investidas só terão sucesso com a colaboração da população “grande parte da população tem ainda comportamento dos meios rurais, onde os lixos e águas residuais são deitados nos arredores das casas, defecam-se a céu aberto, criam animais em casa e muitos nem sequer tem casas de banho” são comportamentos que não ajudam o trabalho de saneamento.

É preciso alertar a população sobre as novas iniciativas para combater o lixo; alertá-la para o cumprimento da lei; da legislação urbanística do Município; leis que regulamentam as condições de licença, e de recolha de lixos - é preciso uma política de ambiente, saneamento e lixo (afirma um dos responsáveis do Saneamento, *Fev: 2011*).

Na realidade, “ é basta chover para ver que algo está errado na política de meio ambiente e de saneamento nesta cidade. Não há um sistema de drenagem que consegue dar vazão às águas pluviais, quando chove, quase que formam rios e lagos nas principais artérias

⁶⁸ -Porque o Governo tem em curso um projecto de construção de um Aterro Sanitário em Achada S.Filipe.

⁶⁹ -V. Código de Postura Municipal, B.O. N° 12/08/2009

da cidade com proliferação de mosquitos e a consequente perturbação da população. A artéria principal, que dá acesso ao estádio de futebol, á Biblioteca Nacional e ao Palácio do Governo fica literalmente debaixo da água, porque o sistema de drenagem não é contemplado com acções regulares de limpeza e manutenção. Casas de pessoas são invadidas na Várzea, os veículos desaparecem por vezes nas águas encalhadas nessa rua, o saneamento precisa de revisão e de uma política assente na realidade da Praia” (*Fonte oral, Fev. 2011*).

As Autoridades (Centrais e Municipais) devem rever a política de saneamento e do meio ambiente, em especial do lixo, apresentar uma solução imediata para o lixo. O que tem feito, são acções pontuais que alcançaram apenas áreas localizadas com obras pontuais e descontínuas, isto, não pode ser classificada de política de saneamento ou de ambiente – Praia, Carece de medidas de fundo para ganhar a imagem de uma Cidade limpa, saudável e com qualidade de vida, (*IDEM*).

Essas preocupações têm razão de ser, já que a cidade tem sido muito vulnerável às epidemias. Como cólera na década de 90, *dengue* na década de 2000 e outros que tem causado verdadeiros surtos, ceifando muitas vidas humanas. Estas doenças desenvolveram-se a partir das humidades nocivas por falta de escoamento de águas pluviais e do esgotamento sanitário.

A cidade cresceu sem um planeamento, várias ruas estão inclinadas para uma única artéria e esta não tem inclinação suficiente, por isso, quando chove, as valas transbordam, inundando as ruas de imundices e detritos de toda a sorte, o escoamento das águas se dá lentamente e muitas vezes só se desaparece depois de evaporados pelo calor do sol (de acordo com um técnico da CMP, *Fev.2011*).

Na verdade há muitas falhas, tanto no ordenamento do Território como nas políticas sanitárias e do próprio comportamento da sociedade. O certo, é que é preciso requalificar a cidade, criando um novo sistema de drenagem de água e uma nova política pública que se adequa a esta realidade de forma a ter um ambiente sã e saudável.

As condições sanitárias são preocupantes e as criticas aos serviços de saneamento da CMP são frequentes; a qualidade de serviços apresentados não são satisfatórias e deixa a entender que os serviços de saneamento não conseguem acompanhar o ritmo de crescimento da Cidade, apoiada por um desordenamento de território que dificulta a concretização de determinadas decisões camarárias.

5.2.4 Infra-Estrutura e requalificação urbana

Este subcapítulo centra-se na necessidade das autarquias terem políticas de renovação do espaço urbano, com projectos estruturantes a serem consolidados, especialmente, a nível de ambiente e arruamento. *Aplicação desses projectos implica envolvimento e buscas de parcerias tanto com o Governo como Instituições financeiras e Associações de desenvolvimento.* “A Política de renovação urbana é particularmente desafiante porque exige acção simultânea em muitas frentes” GIDDENS, (2010: 585).

No caso da Praia não deve ser encarada apenas como projectos de recuperação das áreas do Centro da Cidade, mas também do desenvolvimento sustentável dos bairros e dos arredores da cidade, como forma de garantir o bem-estar económico e social da população das áreas urbanas e rurais, mas também o equilíbrio arquitectónico e paisagístico da cidade.

A implantação desta política de requalificação da cidade e seu sucesso “dependerá de uma forte liderança local e de uma participação democrática alargada dos seus cidadãos. Os residentes devem ter um papel activo na tomada de decisões” (IDEM).

Esta participação dos cidadãos é fundamental, porque se trata de políticas relacionadas com o bem-estar dos residentes, tais como, pavimentação das ruas, arruamento, requalificação dos bairros, atribuição de endereços postais, fornecimento de energia e água, isto é, promoção de áreas urbanas saudáveis e vibrantes, combinados com os projectos de protecção do solo nas zonas rurais como forma de reduzir as disparidades entre zonas urbanas e rurais estes encontram-se em desvantagem em todos os aspectos.

Ainda, criar um espaço urbano saudável, com qualidade de vida, “*com capacidade de oferecer bens e serviços de utilidade económica e social, integrado e incluso, correspondendo aos direitos e legítimos interesses dos munícipes, mas também um espaço urbano que exige dos seus habitantes uma cultura de responsabilidade,*” (ROSÁRIO, Liberal Online)⁷⁰

A praia vem beneficiando, desde o início da década de 2000, de um grande impulso autárquico no sentido de criar uma grande rede de infra-estruturas que permite a requalificação e modernização da cidade. A Câmara em parceria com o governo tem desenvolvido estudos técnicos de qualificação viária e ambiental em vários Bairros da capital que resultou na construção da circular da Praia que permitiu ter o seu anel rodoviário que veio

⁷⁰ -V. www.PAICV.com, S/data,

descongestionar a única via de entrada existente, dando alternativa e facilita a movimentação do tráfego na entrada e saída da Cidade; calcetamento de alguns troços de penetração, através de um projecto que a CMP apresentou ao *BADEA*, que engloba também a asfaltagem Praia/Cidade Velha; Prainha/Quebra Canela entre outras, não só, mas também outros projectos de cooperação permitiram o calcetamento de maior parte dos bairros, sinalização das ruas, “Construção do Aeroporto internacional e modernização do Porto da Praia”.

A CMP, dispõe de projectos ambiciosos e, por isso, tem conhecido modernizações importantes nas áreas de saúde, Educação, Desporto etc. Foram construídos vários centros de saúde, centros multi-uso para juventude, jardins infantis, liceus, escolas, requalificação das áreas desportivas como o “Estádio da várzea com relva sintética”, modernização dos sistemas de redes de esgotos e de água potável, apoios à requalificação das habitações entre outros. Foram executadas outras obras municipais, como: Calcetamento de algumas vias em diversos bairros; reabilitação e asfaltagem da Avenida principal (Av. Cidade de Lisboa) e da Rua 5 de Julho que se quer transformar numa rua pedonal; construção e requalificação de Praças, requalificação das redes viárias e na casa “padja” no Parque 5 de Julho entre outras. Essas obras são fundamentais na melhoria de qualidade de vida dos munícipes e na obtenção de uma cidade sustentável e criativa.

Como forma de resolver o problema de circulação rodoviária, tem-se actuado nalguns arranjos da urbe, nomeadamente na resolução dos problemas de estacionamento, paragens dos autocarros, táxis e hiaces, sinalização das vias de circulação nos Bairros, Passagens pedonais nalgumas vias de circulação intensa. São actuações que podem melhorar a mobilidade urbana e peri-urbana, mas a Cidade torna-se cada dia mais exigente. Outras iniciativas estiveram presentes, não só, da autarquia, mas também do Governo e mesmo da sociedade para este efeito, por exemplo, o projecto da União Europeia e África 70 que visam a construção de infra-estruturas sociais nos Bairros.

No Platô (Centro histórico), por além de passar a ter uma rua pedonal, foram colocadas passadeiras nas ruas, desobstrução das vias públicas, remoção e penalização à ocupação de via pública com artigos de vendas nos passeios etc. O “Platô” precisa urgente de um programa de subsídio para reabilitação das casas pelos seus proprietários e incentivos de impostos para atrair os negócios como forma de reavivar as fortunas do centro histórico; de reabilitação de suas praças degradadas de sanitários públicos entre outros.

Nos Bairros é necessário formular projectos de requalificação das construções clandestinas com aposta na criação de espaços verdes, meios de evacuação de lixos e excretas, a partir de um diálogo profícuo com os moradores sobre a sua organização e seu funcionamento, combater as construções clandestinas e repor a autoridade municipal.

Não vale de nada investir na construção de infra-estruturas, quando os moradores não estão sensibilizados para o seu uso adequado, isto, explica-se pelo facto, de que, muitas infra-estruturas sociais construídas nos Bairros são frequentemente vandalizadas ou destruídas.

Por este motivo, os projectos de reabilitação devem ser muito bem socializados junto das populações locais, como forma de clarificar as vantagens e as responsabilidades que os moradores tem na sua conservação e manutenção, mas também, para entenderem que o objectivo é melhorar as condições de vida dos moradores.

Em todo o caso a política de requalificação tem de passar pelo Ordenamento do Território, Saneamento e Urbanização associada à valorização dos “sites” históricos e patrimoniais.

A tabela que se segue, resume os factores que estão na base de degradação ambiental no Concelho da Praia.

Tabela 5 - Factores que concorrem à degradação ambiental na Praia

Áreas	Factores
Economia	-Baseada essencialmente nos sectores secundários e terciários, a agricultura e a pesca com pouca expressão. Elevada taxa de desemprego (53%) ⁷¹ para classe feminina na Praia urbana), baixo nível de escolaridade e alta Taxa de pobreza. ⁷²
Habitação	-Grande precariedade devido ao aumento da População e o êxodo rural; na cintura da cidade continua a nascer quantidades enormes de habitação clandestina sem as mínimas condições de habitabilidade.
Água e Energia	-Quantidade insuficiente, deficit na distribuição, por além da qualidade indesejável.
Saneamento Básico	-O problema de lixo é uma realidade permanente e a autarquia mostra-se incapaz de resolver o problema de recolha; apenas 14,8% das Famílias tem acesso à rede de esgoto e 31,4% deitam o lixo nos redores de suas casas. ⁷³
Requalificação Urbana	-O Centro histórico (Platô) perde a sua beleza devido á degradação dos prédios e degradação dos centros de lazeres. -Nos bairros periféricos as construções clandestinas degradam a arquitectura da cidade e as infra-estruturas sociais estão degradadas por falta de manutenção ou por mau uso por parte da comunidade.

Fonte: Autor, Maio, 2011.

⁷¹ - QUIBB (2007).

⁷² - QUIBB (2007), 25,1% da População vive mal.

⁷³ - IDEM

5.3. Picos São Salvador do Mundo

5.3.1 Um Município Emergente

O Município de São Salvador do Mundo é um Município recém-criado. Trata-se de uma das antigas juntas de freguesia pertencente ao Concelho de Santa Catarina e fica situado no coração de Santiago. Passou à categoria de Município a partir do dia 19 de Julho de 2005⁷⁴. Trata-se por outro lado, de um Município essencialmente rural e um dos mais pobres de Cabo Verde. No Município concentra uma população de 10.310 habitantes e ocupa uma área de c.30 Km² (PAM: 8).

É um dos mais novos Concelhos da Ilha de Santiago, o único que não é banhado pelo mar, ficando excluído de duas das grandes actividades económicas do país – a Pesca e o turismo balnear.

A sua sede Administrativa, está localizada na Vila de Achada igreja⁷⁵ que se encontra contornada por duas ribeiras e vigiada por um “rochedo” que a natureza deu o cunho artificial de um “*homem a Cavallo*” e a Oeste escondido pelo Monte de Pico de Antónia, “um pequeno povoado com cerca de 30km² que engloba 18 povoados” (PDM, cit. Censo 2000).

Achada Igreja é o único aglomerado com algumas características urbanas, apesar de estar evoluindo outros aglomerados concorrentes, como Achada Leitão que se encontra em progressivo crescimento como zona de expansão, um potencial elo de ligação a várias localidades, mas que, devido à tipologia de sua população e de solo, não consegue desprender das suas características rurais.

Estando no centro da ilha de Santiago, em coerência, é um Concelho essencialmente agrário, o que dita a sua história «*baseada nas relações de exploração, envolvendo morgados e rendeiros, escravos e “vadios”(...)*estando no centro de vários momentos de agitação agrária» (PDM:7).

5.3.2 Relêvo e Clima

O Município de São Salvador do Mundo apresenta um relevo bastante acidentado caracterizado pelo predomínio de encostas de grande declive que ladeiam as ribeiras,

⁷⁴ -Lei nº 65/V/2005, B.O. nº 19, I Série de 9 de Maio.

⁷⁵ -Ganhou o Estatuto de Cidade pela Lei nº 77/VII/2010 que, a condição de cidade todas as sedes dos municípios de Cabo Verde.

constituindo vales abertos e abruptos. Verifica-se a presença de coroamento rochoso e cones vulcânicos (*PAM:10*).

O Concelho apresenta, uma grande concentração das populações nos povoados rurais (83,8%), vivendo quase que exclusivamente de uma agricultura de Sequeiro praticada nas suas encostas, e está muito dependente de um regime aleatório de precipitação. Apenas uma percentagem diminuta de pessoas vivem em Achada Igreja, sede política e Administrativa, circunscrita a uma única rua com visibilidade.

Quanto ao clima, à semelhança do resto do país, são identificadas duas estações do ano: a estação seca (das brisas) e das chuvas (as águas). Contudo outros tipos de clima são identificados (húmidos, sub-húmidos) que se variam à medida que se muda de altitude e latitude. São climas muito favoráveis às precipitações e favoráveis aquelas agriculturas de sequeiro praticadas nas encostas, onde boa parte da população continua a depender desta agricultura de baixa produção, justificando o elevado índice de pobreza existente no Concelho.

5.3.3 Recursos Florestais

A florestação em São Salvador do Mundo, como na maioria dos Concelhos do país iniciou-se de forma intensiva a partir de 1977-78 (*PAM:26*).

Na década de 70, o país foi confrontado com secas prolongadas que o deixou despido do seu verde e com consequências negativas para o ambiente, assim surgem grandes projectos de reflorestação como forma de recuperar a cobertura vegetal perdida.

Eram projectos que visavam fundamentalmente a conservação e protecção do solo, construindo diques, banquetas, erectos, e outros sistemas de protecção do solo contra a erosão e retenção das águas das chuvas.

O Concelho de SSM, dispõe de “pequenos perímetros florestais abertos e de altitude geridos essencialmente em regime de protecção ecológica e florestas de produção instaladas em zonas localizadas nos estratos áridos e semi-áridos” (*PDM:43*).

Essas florestas, situadas normalmente nas encostas e zonas altas, assim como noutros concelhos são permanentemente atacadas por moradores que procedam ao corte de árvores

para produção de lenha ou pastos para animais. Esses ataques de forma inadequada e desajustada, põe em causa a capacidade de regeneração das mesmas porque esses recursos devem ser utilizados dentro dos limites de sustentabilidade.

De acordo com (*PAM:43*), por além de “pilhagens registadas nos perímetros florestais com cortes de árvores e invasão de animais”, a situação agrava-se com as frequentes secas que originam mortes de muitas espécies porque o solo é pouco fértil e rochoso que não permite absorver humidade suficiente para muito tempo mas também por falta de investimentos em técnicas modernas de protecção das florestas.

No entanto, existem potencialidades que, no caso de a autarquia conseguir mobilizar a população para esta causa, melhorar o ordenamento do território de forma a permitir uma melhoria na fiscalização e segurança das florestas, poderá conhecer no futuro um aumento do seu perímetro, o que é garantia de ocupação de muita mão-de-obra rural.

5.3.4 Recursos hídricos

“Uma integração nas políticas de conservação do solo, numa verdadeira política ambiental integrada com programas de cariz ambiental, visando atingir benefícios ecológicos, assegurando as funções ambientais associadas aos recursos do solo e da água” (*PAM:27*)

Trata-se de um Concelho onde a água desempenha um papel fundamental, não só, para o consumo doméstico, mas também para as actividades agrícolas. No entanto, a natureza climática (chuvas torrenciais) e do solo (pouco permeável) não favorecem a captação da água das chuvas, que formam correntes de água rápidas e deslizam á superfície sem nenhum ou com poucos benefícios para os aquíferos.

Segundo um estudo de duas empresas japonesas, “os principais aquíferos do Concelho não tem capacidade de resposta em demanda de água potável para uma população em crescente evolução” (*PAM:42*), pelo que aconselha recorrer à captação e armazenamento de águas pluviais em cisternas porque a produção natural de origem subterrânea é cada vez mais escassa.

Actualmente, o abastecimento ás populações do precioso liquido tem sido por meio “de nascentes, galerias, e captação de águas das chuvas por meio de reservatórios com recursos a camiões, cisternas e de ligações domiciliárias”(IDEM). Não há possibilidade em

caso extremo de recorrer á dessalinização da água do mar, por isso, a falta de água já é uma realidade sem solução a curto prazo.

Segundo um estudo do *INE (2008)*, a falta de água fustiga o Município de *PSSM*, “45% da população não tem acesso à água potável, apenas 10% tem água canalizada, mas fornecido a partir do Concelho vizinho de Santa Catarina”, que raramente chega às torneiras domiciliárias.

O mesmo estudo revela que, mais de metade das localidades existentes sofre de carência de água. Existem zonas cujas torneiras passam um ano sem ver uma única gota, outras com dificuldades de serem abastecidas com camiões. São os camiões autotanques da CPM em número de três, que diariamente se deslocam a outros Concelhos como S. Domingos; Santa Cruz ou Santa Catarina à procura do líquido a ser distribuído nas localidades.

Muitas vezes são os próprios moradores a se deslocarem cerca de 8 a 10km á procura da água suportando todos os custos advenientes, porque os autotanques por além de proceder a uma distribuição irregular, não conseguem satisfazer as necessidades “cada família tem direito a uma vasilha de 200litros de água e por vezes passam mais de uma semana sem chegar a uma zona” (*FONTE ORAL, Fev. 2011*).

Esta carência do precioso líquido cria graves problemas no saneamento doméstico, embora a maioria da população não usa casa de banho nem retretes, uns por dificuldades económicas e outras por questão de hábitos de realizar as suas necessidades ao ar livre.

Trata-se de um concelho muito pobre, onde a maioria é desempregada e não tendo acesso à água potável recorrem à água imprópria para o consumo do dia-a-dia.

Com estes dados o *PCM*, conclui que se trata do “único concelho do arquipélago que não atingiu o sétimo Objectivo do milénio”. Entende que a solução, passa pelo equipamento de vários furos existentes no município e entregar a sua exploração aos munícipes ou à Câmara Municipal, não pelo critério actual de ser o município de origem a proceder á exploração dos furos.

5.3.5 Aspectos Demográficos

De acordo com o censo 2000, a população de PSSM, é estimada em 9.172 habitantes, com pouca expressão a nível nacional, isto é, representando apenas 1.8%. Nos últimos 10 anos o número de habitantes diminuiu 0.6% (*Censo 2010*). *O que mostra que o Concelho tem sido pouco atractivo, fundamentalmente para os jovens que mergulhados na pobreza e no desemprego, abandonam-no para viver noutras cidades como Praia e Assomada, noutras ilhas ou noutros países.*

À semelhança da Praia, os aglomerados rurais encontram-se localizados de forma muito dispersa e em zonas de difícil acesso e muitas vezes em locais encravados sem via de acesso ou em péssimas condições. Na maioria dos aglomerados a população vive em extrema pobreza carecendo de infra-estruturas, equipamentos e serviços públicos (electricidade, abastecimento de água, centro de saúde etc.). Da forma como os aglomerados rurais se encontram dispersos e sua orografia dificulta os investimentos na construção de equipamentos e infra-estruturas básicas porque por além de serem dispendiosos, correm o riscos de ficarem subutilizados.

5.3.6 Actividades Económicas

As principais actividades económicas deste concelho estão assentes na agricultura e outras actividades conexas (pecuária, pastorícia, e pequenas indústrias agro-alimentares).

Tanto o comércio como a indústria e serviços são ainda muito incipientes, devido a falta de poder de compra das populações e por ser um município novo que ainda não teve tempos suficientes para materializar instituições criadoras de serviços públicos que possam absorver mão-de-obra de uma população caracterizada essencialmente por jovens.

As poucas actividades comerciais do concelho estão concentradas na parte central “Achada Igreja” ou em “Achada Leitão”- duas localidades com maior visibilidade e maiores possibilidades de venda. Essas pequenas lojas que funcionam nas residências familiares, dedicam-se quase que em exclusivo á venda de produtos alimentares, bebidas e produtos das pequenas empresas locais.

O município está à procura de um rumo de desenvolvimento económico, sabendo que não dispõe de muitas opções, resta apostar no dinamismo do sector agrícola em expansão no concelho com a possibilidade que existe para a mobilização de quantidades de água devido á construção de barragem e bacias hidrográficas. Já estão em curso investimentos que vão dar sequência à construção dessas infra-estruturas, com projectos de apoio á inovações na agricultura, tais como o emprego de novas técnicas de rega, novos cimentos e novos métodos de trabalho.

Dados do INE apontam a “agricultura de sequeiro como predominante, ocupando cerca de 95% dos terrenos agrícolas mas com fracos rendimentos devido, especialmente à fraca precipitação, ao tipo de cultura baseada em milho e feijão e ao emprego de técnicas inadequadas” tendo como principal resultado a degradação do solo, e do ambiente. O uso destas técnicas e culturas inadequadas ao provocar a degradação do solo, este torna-se cada vez menos produtivo. Tal situação tem como consequências o aumento da pobreza, que ronda a volta dos 39% no Concelho, a emigração entre as ilhas e do campo para a cidade com destaque para a cidade da Praia.

Quanto á agricultura de regadio que ocupa apenas 4% dos terrenos produtivos tem registado nos últimos anos uma melhoria tanto em qualidade devido às novas orientações para a sua prática e em quantidade devido á construção de infra-estruturas de conservação do solo e da água como diques de captação, reservatórios e especialmente as bacias hidrográficas e barragens que pela sua dimensão aumentaram a auto-estima dos agricultores e renovaram a confiança no retorno dos seus investimentos.

Segundo dados do *Censo (2000)*, “o comércio não é visto como meio de vida das famílias no concelho”. Isto justifica-se pelo facto de 83,8% da população vive no meio rural e com grande apego á terra – o comércio foi engolido por uma agricultura que faz parte do quotidiano das pessoas. Foi marginalizado para o 2º plano e o pouco que existe ou que vem desenvolvendo está limitado ao comércio a “retalho”, mas também a nível institucional não se verifica uma política de incentivo a este sector, nem com a criação de infra-estruturas (mercado, lojas, armazéns etc.), e nem com a legislação de incentivos para os investidores.

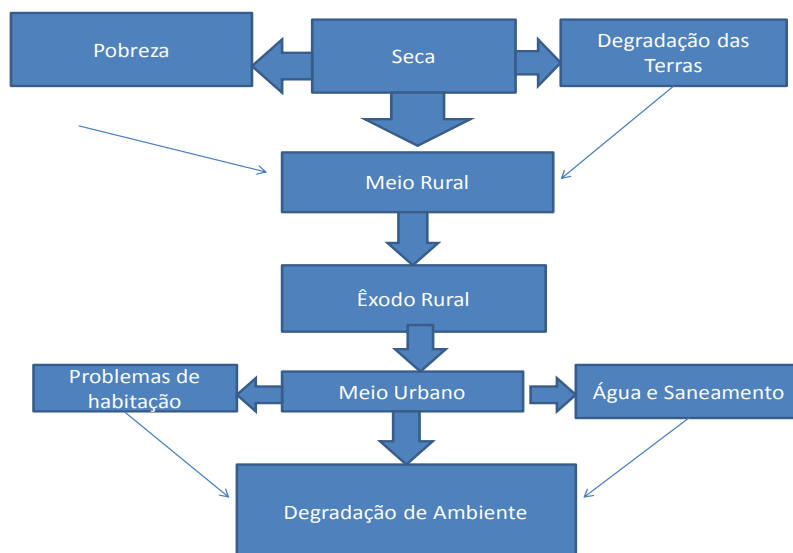
Outro sector de que o concelho apresenta algumas potencialidades é o turismo que não tem recebido grande atenção. Talvez, pelo facto de não ter mar e em Cabo Verde, a área de turismo mais explorado e procurado é o do “Sun, sea, and sand” (Sol, mar e areia), mas

existem outros tipos de turismo de que o Concelho tem excelentes condições, é o caso do turismo de montanha: tem bom clima; a sua morfologia propicia actividades turísticas interessantes como caminhada, marcha a cavalo etc; Tem grandes Ribeiras que em épocas das chuvas apresentam como autênticos eldorados com águas que cantam à noite e se fazem de cachoeiras durante o dia; tem uma prática cultural muito rica que podem ser exploradas, como produtos musicais, dança, pratos típicos, canta-reça, Rabelados, produtos de artesanato entre outras.

Mas também pelo facto de ser pouco explorado, o turismo não representa ainda, nenhuma ameaça para o ambiente.

Em termos conclusivo a análise da (*fig.7*) abaixo, resume as principais relações existentes entre o meio rural e urbano nos dois municípios mencionados no caso de estudo e a seca aparece como principal fenómeno causador da pobreza e do êxodo rural, nota-se uma nítida relação dinâmica e interactiva em que os problemas de um são transferidos para outro com consequências muito prejudiciais ao ambiente.

Figura 7 – Relação meio Rural/Urbano



Fonte: Autor, Maio 2011

CAPITULOVI: Desafios e Orientações da preservação ambiental nos dois Municípios

Neste capítulo procura-se encontrar os pontos comuns e divergentes entre os dois municípios em termos de protecção de ambiente a fim de encontrar os melhores processos de actuação; avaliar as políticas e medidas adoptadas e finalmente apresentar propostas e soluções para sua mitigação.

6.1. Análise Comparativa dos dois Municípios

São dois municípios de Cabo Verde pertencentes à mesma ilha, a maior do país – Ilha de Santiago. Têm muitas características semelhantes, mas também com assimetrias marcantes.

Trata-se de uma confrontação de problemas ambientais de um dos maiores concelhos do país (*Praia*), no qual alberga a maior concentração da população, representando 26,9% do total e em constante crescimento 2,4% (*Censo 2010*) e das principais infra-estruturas económicas, político-administrativo.

Ao albergar a cidade capital, acaba por concentrar a maior parte das unidades industriais do país chamando a si os principais postos de trabalho e aos aventureiros que *vêem* nele como parte de solução dos seus problemas. Desta forma acaba também por concentrar os maiores problemas ambientais, porque está sujeito à maior pressão sobre os recursos devido a maior exigência de habitação, de saneamento, de infra-estruturas, de energia, de água e de políticas públicas que consigam combater a precariedade etc.

E o outro Concelho – *PSSM*, é um dos mais novos do país, um dos mais pequenos em termos de dimensão territorial e populacional, representando apenas 1.8% da população total (*Censo 2010*) e ganhou esta categoria de Concelho há menos de 10 anos.

Um concelho novo cujo desenvolvimento industrial é praticamente nulo e onde a principal ocupação dos habitantes está assente no trabalho da terra cuja produção não cobre as necessidades das famílias, justificando a sua classificação de um dos mais pobres do país.

Se a Praia, cresceu em grande parte sob impulso de desenvolvimento industrial e do êxodo rural, isto é, como receptor daqueles que fogem das intempéries do mundo rural, trazendo consigo alguns problemas como a pobreza e alguns hábitos impróprios para os centros urbanos, *PSSM*, tem tido um crescimento populacional estável e sendo negativo (-

0,6%) nos últimos 10 anos (*Censo, 2010*), só não foi pior devido a alguns investimentos públicos num esforço de reter as populações e ao investimento dos emigrantes, sem deixar de fora aqueles que culturalmente não aceitam abandonar o concelho que os viu nascer.

Neste capítulo, os problemas ambientais são acrescidos dos dois lados, se por um lado há uma pressão forte sobre os seus recursos, especificamente por parte dos imigrantes, criando novas exigências como, de terrenos para construção, equipamentos públicos e de lazer, habitação condigna, de segurança, de saneamento etc. Por outro lado há um abandono de população com destaque para a camada jovem, ficando desprovido das suas mãos de obras para o trabalho da terra e de outras actividades congéneres como criação de gado e a pastorícia. A terra fica abandonada, muitas vezes ao cuidado dos animais que pastejam e fustigada pela erosão.

Em termos de agricultura os dois concelhos estão tocados, na medida em que ambos se encontram divididos em zonas rurais e urbanas e com uma forte pendor agrícola, cuja fraca produção é a causa da pobreza (Picos, em 2005 era de 53%; 2009 de 24%).

As consequências ambientais causadas pela imigração interna, que também é consequência da seca, do desemprego ou da pobreza nas zonas rurais, são idênticas nos dois Concelhos, diferem nas consequências verificadas nos seus próprios meios urbanos.

A nível de saneamento, ambos os poderes autárquicos queixam-se de falta de meios como camiões, contentores e não dispõem de instrumentos de reciclagem, de tratamento ou de eliminação de resíduos. A única evidência é que os maiores problemas do ambiente centram-se na Praia, onde, há maior circulação de veículos e pessoas, provocando maiores poluições, lixo, ruídos e maior demanda de equipamentos públicos. Tendo maior circulação e concentração de pessoas, requer também maior demanda de espaços para habitação, lazer e outros e maior risco em caso de catástrofe dado às construções clandestinas que não obedecem os planos urbanísticos e nem sequer aos cálculos de estabilidade.

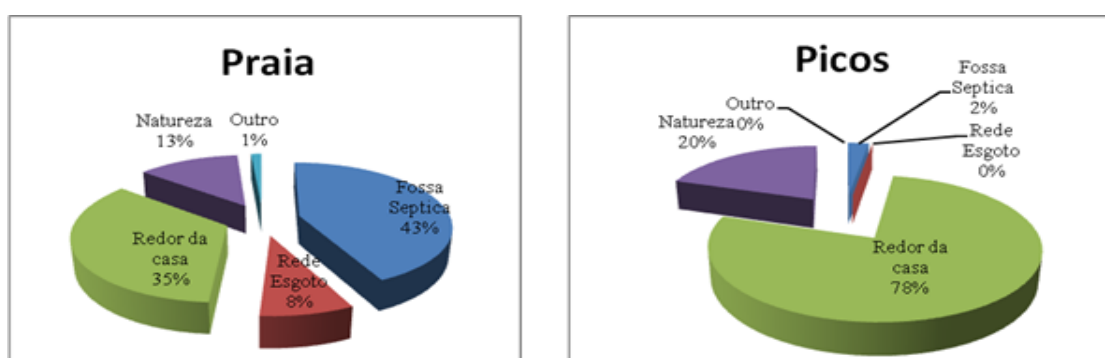
É tanto maior que no município de *PSSM*, não se consegue ver com evidência a existência de uma vereação com atribuição exclusiva para saneamento e ambiente. Existe uma Direcção de Ambiente que responde pelo saneamento sob orientação do Presidente da Câmara. Ao contrário da capital não sofre de invasão dos lixo comerciais, da sujeira das praias de mar e nem dos lixo dos turistas (sendo de pouca expressão). Contudo, conhece grande pressão, a nível de biodiversidade, porque tratando-se de um concelho rural em que

82,8% da população vive no meio rurais (*Censo 2010*), vivendo essencialmente da agricultura e criação de gado e sendo a maioria utiliza a lenha como combustível, que resulta das cortes de árvores, e as florestas servem de centro de pastagens para os animais e mesmo para prática de agricultura.

Portanto, se no primeiro caso, o maior problema ambiental resulta de lançamento de produtos nocivos á natureza e pela falta de meios e incapacidade de sua remoção e tratamento, como é o caso do lixo, águas residuais, construções em áreas impróprias etc. que terão como consequências o deslizamento de terras, inundações, doenças e outras. No segundo caso, os principais problemas ambientais, resultam principalmente do comportamento inadequado das pessoas com a natureza. Por exemplo para a sua sobrevivência atacam em primeiro lugar o solo como meio prioritário, com técnicas e meios de trabalho obsoletos que provocam erosões fazendo com que a terra se produza cada vez menos e às florestas deixando a terra despida do seu verde e sem meios de protecção.

Em todo caso um estudo da UNICEF (2000), confirma a situação precária do sector de saneamento nos municípios, conclusão essa que reforça o resultado do (Censo, 2000). Esses estudos revelaram a ausência de políticas e estratégias definidas para o sector e que há muito por fazer nesta área. Esta falta de estratégia é agravada com o elevado índice de pobreza e condições de higiene ligadas fundamentalmente aos meios de evacuação das águas residuais (*Fig:8*) e do próprio comportamento das pessoas.

Figura:8-Principais meios de evacuação de águas residuais.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de QUIBB (2006).

A figura acima revela um dado importante, que 43% da população da praia utiliza fossa séptica e apenas 2% nos Picos SSM quando a média Nacional é de 33,2% e que 35% da população da Praia contra 78% de Picos SSM deitam as águas residuais nos arredores das

suas casas, o mesmo comportamento tem em relação ao lixo. Esta prática por além de complicar a sua situação ambiental, têm grande impacto na paisagem e deixa transparecer a grande disparidade existente entre os dois concelhos em termos de política de saneamento.

Em termos de paisagem natural também reina um certo contraste entre a Praia urbana/rural e a Praia urbana/picos. No primeiro caso, caracteriza-se “pela presença de achadas e vales (...) entre os elementos de paisagem evidencia a orla costeira associada á natureza insular do território”(PAM, *Praia*), acompanhada de lixeiras desorganizadas, construções clandestinas, estradas que altera negativamente a sua paisagem enquanto que nas zonas rurais, Picos (incluído) são “algumas actividades como práticas agrícolas e florestais inadequadas”(IDEM) que criam defeito na paisagem.

Por outro lado, no caso de Picos a sua paisagem é “caracterizada pela imponência dos seus picos, pelo mistério dos seus vales, pela combinação da vegetação espontânea e pela dispersão das suas casas (...) que gera um dos quadros visuais mais belos de Cabo verde”, ainda pelas “sua ribeiras e encostas que em épocas das chuvas cobrem de um manto verde (PAM: 48, 49).

Estes aspectos constituem diferenças de fundo, porque trata-se de uma dádiva da natureza muito invejada por outros concelhos cujos habitantes tem sempre o prazer de ali se deslocarem todas as épocas de chuvas para banhar nas límpidas águas de suas cachoeiras.

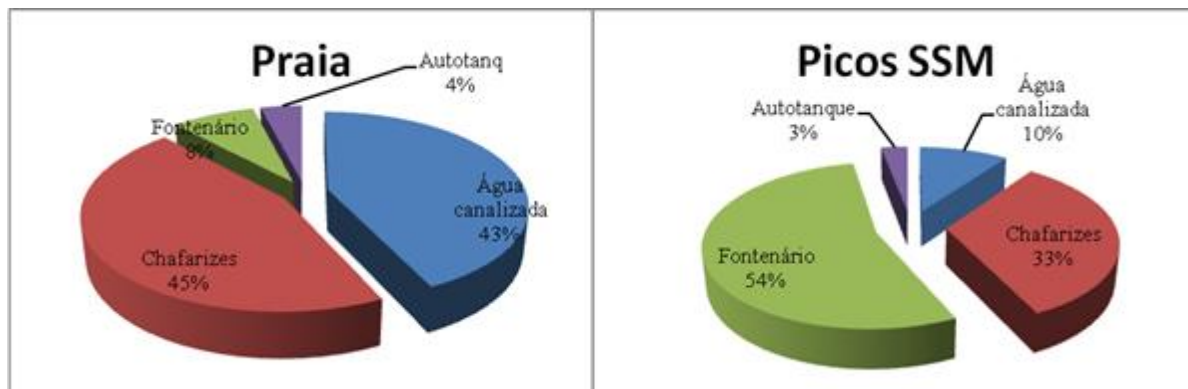
Em termos de habitação, também há uma certa similitude entre os problemas existentes nos bairros e nas zonas rurais, já que as habitações são semelhantes em termos de estruturas porque grande parte daqueles que vivem nos bairros são imigrantes que constroem com estruturas idênticas às do meio rural. Essas estruturas espelham a situação de pobreza em que vivem estas pessoas e que muitos transportam-nas para as zonas urbanas.

Essas habitações diferem-se apenas na questão de espaço que na Praia se encontra esgotado e são construídas muitas vezes em espaços ambientalmente perigosos e que não permitem as condições mínimas de saneamento básico.

Também, enfrentam os mesmos problemas de água e energia. A diferença reside no facto da Praia ter os seus “*pontos de água e sua central distribuidora de energia eléctrica*” e picos recebe tanto a água como energia do concelho vizinho de santa Catarina, sem nenhum

ponto de água sob o comando do seu município e este tem apenas 10% da população com acesso água canalizada, contra 43% na Praia (**Fig:9**) quando a média Nacional é de 55,4%.

Figura:9 - Abastecimento de água Potável



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do QUIBB (2006).

A Figura:9 Revela que se os problemas de abastecimento de água nos dois Concelhos são idênticos já em termos de política há uma grande diferença, principalmente nos números de famílias com água canalizada que na Praia ascende os 43% e nos Picos não ultrapassa os 10%, sendo este índice, um revelador do bem-estar económico-social.

O sector de turismo, muito requerido como potencial factor de desenvolvimento, o Concelho da Praia com estatuto de Capital e detentor de belas praias, o seu potencial é aproveitado com avultados investimentos nos hotéis, parques, zonas de lazer etc, o outro não teve a mesma sorte, já que não esteja banhada pelo mar e a nossa politica neste sector está tendencialmente inclinada para o mar, no entanto dispõe de outros benefícios para o turismo de natureza e de cultura que não estão sendo aproveitados nem com os investimentos e nem com as propagandas necessárias.

Na educação, o Concelho da Praia está muito melhor servido, com infra-estruturas equipadas para a promoção do ensino e formação desde jardim-de-infância público e privado até ao Ensino superior, o que o ajuda a desenvolver o ensino e as informações sobre novas matérias curriculares como é o caso de ambiente. E Picos ainda só teve uma única estrutura de Ensino Secundário, funcionando com muitas dificuldades em termos de equipamentos.

Entretanto, de um questionário aplicado em Fevereiro do corrente (*Ver ANEXO VI*), revelou, que os níveis de conhecimento ligados aos problemas ambientais, entre os alunos dos dois concelhos têm pouca diferença. As diferenças residiram fundamentalmente nas questões

cujos conhecimentos não dependem muito do programa escolar, mas sim de informações adicionais. Por exemplo GEE, *Ecoponto*, *Alterações Climáticas*, o que nos leva a concluir que existe uma certa uniformização na aplicação de políticas de educação ambiental a nível nacional.

Sobre a existência de planos de gestão urbanísticos, na “Praia”, verifica-se até este momento muito pouca clareza e efectivação desses planos, desde o PDM que segundo consta está em “Revisão” ao PAM, que não se consegue fazer uma avaliação correcta de sua concretização (*Fev.2011*), enquanto, nos Picos nota-se todo um empenho de organização para colocar em prática os Planos existentes ou a elaborar os que não existem. Por exemplo já tem PDM e PAM aprovado e em execução e o PD em fase de elaboração.

Conclusão, os dois municípios passam por problemas ambientais semelhantes com algumas diferenças que as próprias características dos mesmos impõe e outras derivadas das opções políticas dos dirigentes de cada município e ambos carecem de medidas de fundo, especialmente, na mobilização da população em defesa da causa ambiental, na planificação da expansão urbana e na modernização e requalificação dos centros urbanos.

6.2. Cooperação Municipal e Parcerias

Segundo a Revista, Villes en devenir (2010) “A noção de cooperação descentralizada, que surgiu em 1989 na Convenção de Lomé IV, traduz o compromisso da Comissão Europeia em favor de formas de governança local e de uma maior participação da sociedade civil”.

A ideia é retomada na Cimeira das cidades realizadas em *ISTAMBUL* pelas Nações Unidas em 1996, durante a qual, as Cidades foram reconhecidas como principais desafios da comunidade internacional em matéria de desenvolvimento económico e social como para o “futuro” do Planeta.

O processo conheceu avanços a ponto que “actualmente as nações Unidas dialogam directamente com as autoridades locais para o cumprimento dos ODMs”.

O mesmo documento continua dizendo que “*Esse clima político tem feito com que as instâncias locais actuem cada vez mais como grupos de pressão no cenário internacional,*

promovendo, paralelamente, a constituição de redes de cidades em todas as regiões do globo”

Em Cabo Verde, a nova configuração municipal instalada com a lei nº 77/VII/2010 que eleva a condição de cidade todas as sedes dos municípios, coloca os municípios em situação de igualdade pelo menos em termos estatutário e criou condições de implementar novos vínculos de cooperação descentralizada, isto é, “*diplomacia municipal*” ou das cidades.

Essas diplomacias poderão criar novas chances e oportunidades para o desenvolvimento e gestão nos municípios, e contribuir para a consolidação do poder local, porque através de cooperação podem fazer a transferência de know-know e ganharem influência junto das autoridades nacionais e internacionais.

A França foi um dos principais impulsionadores desta cooperação Local em Cabo Verde, na sua 9ª Comissão Mista⁷⁶, definiu a descentralização como eixo de cooperação (apoio institucional aos municípios e desenvolvimento urbano), água, energia, saneamento, ensino e difusão da língua francesa. Em 2008, criou uma linha de crédito para financiamento de projectos municipais em diversos sectores e tomaram como principais parceiros a DGAL⁷⁷ e a ANMCV⁷⁸.

Sabe-se que essas instituições de cooperação local, tem passado por dificuldades financeiras tão complicadas que por vezes põe em causa a aplicação de resoluções da própria Instituição. A parceria é a única via através da qual se tem conseguido resolver muitos desses problemas. Ultimamente, a ANMCV, assinou um acordo de parceria com a rede “*Euro africana*”⁷⁹ de municípios que poderá ser crucial no desenvolvimento da “*diplomacia municipal*” em Cabo Verde. Trata-se de uma Instituição que prioriza a elaboração de planos de desenvolvimento económico, de governação electrónica e mobilidade através da qual os municípios caboverdianos poderão fazer troca de experiências e polar para outros patamares.

⁷⁶ -Realizada em 1997

⁷⁷ -Direcção Geral de Administração Local

⁷⁸ -Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos.

⁷⁹ - Engloba as “associações e Federações de municípios das Canárias, das regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, do Senegal e da Mauritânia.”

A nível local é a Lei nº 134/IV/95 de 3 de Junho, nos seus art.ºs 15.2; 21 e 22, que regula a possibilidade de cooperação entre os municípios e/ou municípios e Estados.

Através desses artigos do Decreto - Lei nº 134/IV/95, ficam com poderes acrescidos de “participar nas negociações de acordos de cooperação internacional”, “associar-se para a defesa e realização de interesses comuns (...) numa base regional ou internacional (...)”.

Portanto na base desta lei, Praia e PSSM, poderão accionar várias iniciativas de cooperação dentro do campo de suas competências específicas, trocando conhecimentos na implementação de políticas públicas – como descentralização, gestão de serviços urbanos e ordenamento territorial. Desenvolver projectos e programas que visam reforçar as capacidades de gestão e desenvolver a autonomia dos parceiros. Criar um sistema de reciprocidade, por meio de intercâmbio cultural, de apoio às associações locais, da promoção de competências locais e de aposta no desenvolvimento de pólos de excelência.

De mãos dadas, os dois municípios poderão até à semelhança de alguns países criar uma “*Comissão de Cooperação Descentralizada*” vinculada ao *Ministério das relações exteriores ou da Direcção Geral de Administração Local (DGAL)*, exigindo destes que sejam o porta-voz dessas iniciativas locais. Assim tem maior capacidade de mobilização de recursos para ambos os municípios e contribuir para realização de projectos operacionais envolvendo esferas municipais, nacionais até internacionais.

A nível de ambiente, pode-se, realizar actividades conjuntas que permitam encontrar parceiros para financiamento de projectos de protecção ambiental, o que já se denomina de “*Forum de Cooperação Ambiental*” que permita passar alguns “slogan” como “*Cidades verdes*” “*Cidades Limpas*” “*A floresta é de todos*” “*água é a vida*” que poderão chamar atenção da sociedade para a protecção do ambiente, ou seja, daquilo que é mais precioso para a vida.

Incentivar e premiar projectos de investimentos e vendas de produtos ambientais dos Concelhos, relacionados com a poupança de energias, tratamento de águas residuais e cuidados higiénicos.

Para os grandes eventos chamar as empresas a expor os seus produtos ligados à eficiência energética, poupança da água e protecção ambiental e criar prémio para o pavilhão “*mais verde*”.

Em conjunto poderão promover a cooperação a nível das ilhas na área de protecção ambiental, dando oportunidades de negócios às produções locais e servir de plataforma de intercâmbio entre o Governo e *stakeholders* dos respectivos concelhos na implementação de suas políticas ambientais a nível nacional, o que permite abrir o debate público com objectivo de promover a consciencialização ambiental, escolhendo *temas* elucidativos, como o desenvolvimento das cidades ecológicas, o turismo sustentável, energias renováveis, água e saneamento etc.

Podem ainda, elaborar um plano conjunto de habitação social, de abastecimento de água potável e Turismo, sabendo que Praia tem mais experiência nestas áreas e os hotéis da capital poderão criar no aeroporto um “pavilhão” de propaganda do concelho congénere e um centro de guia turístico com sede nos Picos.

No fundo esta cooperação deve passar, em primeiro lugar, pela elaboração de um documento que permite a autarcas, entre outras coisas, promover pesquisas e desenvolver projectos comuns, a fim de padronizar algumas acções para em conjunto solucionar problemas dos municípios.

6.3. Impacto das Medidas de Protecção Ambiental

A análise da problemática de ambiente é de carácter geral, assim a nível internacional já se conhece muitas iniciativas com impacto considerável na mudança da consciência e do comportamento social. Por exemplo o filme de “Al Gore”, uma verdade inconveniente, “acentua a crescente percepção que os cidadãos vão tendo das desordens ambientais”(Le Monde diplomatique, 2008). Também os ecologistas têm dado grande contributo levando “um público muito amplo a descobrir que a sobrevivência do planeta passou a constituir a prioridade das prioridades, a montante de qualquer outra problemática” (IDEM).

O principal impacto dessas acções incide no facto de terem descoberto o perigo ecológico que representam certas invenções humanas como as armas de destruição maciça, os centrais nucleares, o capitalismo desenfreado, provocadores da desertificação, da erosão ou pobreza do solo, da rarefacção de água. Conclui-se afinal que a dilapidação dos recursos

naturais em busca de riqueza está-se invertendo no empobrecimento do planeta com a destruição dos habitats e dos seus recursos em geral.

Esta consciencialização e suas pressões são responsáveis pela elaboração de vários estudos e Relatórios como o «relatório Bruntland (1988), Stern (2006)», e muitos fóruns e workshops cujas decisões tiveram até este momento impactos mais publicitários que práticos, isto, por divergência de interesses económicos.

Em Cabo Verde, Se é certo que logo após a independência, já o primeiro Governo, tinha como preocupação a reflorestação de um país que tivera perdido a sua qualidade de verde por causa das secas, consumada com a introdução de milhares de plantas de espécies variadas, acompanhadas da construção de infra-estruturas mecânicas de retenção e captação de água das chuvas nas encostas e nas ribeiras de quase todas as localidades do país. Já não é tão certo quanto á qualidade e tipos de plantas e condições em que são feitas. Por isso, nota-se que as plantações resolveram alguns problemas de reaparecimento de paisagens, de obtenção de lenhas, e de conservação do solo, mas quanto ao tipo e espécies introduzidas nem sempre foram das melhores. Por exemplo a introdução das acácias americanas (espinheira), muito resistentes á seca, é considerada das piores consumidoras da pouca água subterrânea existente.

Actualmente, em muitos vales húmidos, os agricultores reclamam a eliminação ou substituição de certas espécies introduzidas, é o caso da acácia americana, porque, por além de ter secado alguns “*pontos de água*” também não convive com certas espécies que fazem parte da cultura agrícola cabo-verdiana. Por exemplo entendem que a sua invasão espontânea em áreas de cultura de coqueiros, é a causa do desaparecimento destes do esquema agrícola (*trata-se de uma constatação empírica dos agricultores*).

A politica de recursos hídricos baseada na exploração de aquíferos subterrâneos, construção de diques, barragens, bacias hidrográficas e na sensibilização para a conservação de águas pluviais com a construção de reservatórios e cisternas, tem resolvido o problema de água em muitas localidades, criando riquezas, ajudando na fixação da população e muitas vezes originando microclimas propícios para o desenvolvimento do turismo e de negócios. Foram também iniciativas com grande repercussão na melhoria das condições de vida das populações, só que em termos ambientais os resultados foram mitigados na medida em que a população não foi preparada para conviver com algumas regras que se impunham respeitante á manutenção dessas infra-estruturas e conservação de ambiente.

Em complemento às infra-estruturas de protecção do solo foram criadas legislações e instituições públicas e privadas de protecção e de fiscalização ambiental que não tiveram muita eficacidae por falta de condições operacionais e de sintonia entre os mesmos.

Outro problema que persiste é o problema social, isto é, não se estudou alternativas às populações que vivem essencialmente dos recursos naturais (lenha inertes, solo etc.), lançando-as nas práticas clandestinas das mesmas cujas soluções não se vislumbram a curto prazo.

As normas definem de forma pouco clara, as competências ambientais do poder Central/municipal, o que muitas vezes cria mal-estar no relacionamento entre esses poderes. A situação é mais bicuda no que toca á divisão de recursos dos impostos ambientais cobradas pelo Governo em que as autarquias consideram injusto, pelo que exigem uma maior fatia aos municípios que lidam diariamente com os problemas de ambiente (D.L. nº 76/VII/2010).

A nível dos Poderes Locais, com a implementação de políticas de descentralização, couberam uma boa fatia de competências relacionadas com a protecção do ambiente. Só que as suas acções estão centradas no saneamento básico e com fraca participação nas directrizes do Ministério de Ambiente, isto é na criação de espaços verdes, reflorestação, protecção de espécies, apoio á agricultura, pastorícia etc.

6.2.Soluções para Mitigação dos Problemas Ambientais

Os nossos 35 anos de experiência, na luta contra uma natureza madrasta “obriga-nos a reforçar a integração das questões ambientais na estratégia de crescimento económico, através da utilização mais eficiente dos recursos naturais, da adopção de modelos de produção e de consumo de baixo carbono, da utilização de recursos renováveis e do reforço dos sectores de bens e serviços ambientais” (*Anuário de Sustentabilidade, 2010:4*). Para que este processo tenha sucesso, é necessário que:

A primeira etapa seja reservada ao conhecimento da realidade ambiental do nosso país, alargada à “comunidade de forma a incluir o solo, água, plantas e animais e em que a terra não é olhada meramente como solo mas como um sistema vivo merecedor de consideração moral” (*ALMEIDA, 2007:15*), o que permite o conhecimento dos pontos fortes e fracos do nosso sistema ecológico e da relação sociedade/ambiente, “Este ponto é de extrema relevância na medida em que o conhecimento é um dos antecedentes fundamentais para os

comportamentos a favor do ambiente (Young, 1993; cit. BARRETO, 2010:37). Na verdade, é a partir do conhecimento que temos sobre a realidade que podemos fazer proposta objectivas, concisas mas também ambiciosas que possam prevenir/compensar possíveis danos existentes.

A segunda etapa, deve centrar-se nas medidas de combate á precariedade, considerada das piores inimigas do ambiente, o que passa pela elaboração, de projectos e estratégias, que pretendem implantar no país a denominada “*economia do conhecimento*” competitiva e dinâmica que permita melhorar a quantidade e qualidade de emprego, da coesão social e consequentemente ambiental.

Fazer do PANAI e PNPL, como documentos de referência, as suas estratégias traçadas, pretendem no fundo orientar-se em direcção daquilo que é comum chamar-se de “*crescimento inteligente, verde e inclusivo*”. Nessa estratégia, focam, a necessidade de dissociar “o crescimento económico, do aumento das emissões e do consumo de recursos e de energia, de forma a contribuir para uma economia eco-eficiente, com menor dependência externa, tanto de energia como de matérias-primas mas com vantagens competitivas”(A.S.2010:54). Há que ter em conta que a importação de energias e matérias-primas representa a factura mais pesada da economia cabo-verdiana.

Neste sentido temos que dinamizar o nosso mercado interno em sectores de maior potencial, tais como energia limpa (*renováveis, eficiência energética*), reciclagem (*combustíveis derivados de resíduos e compostos*) entre outros bens e serviços ambientais em todos os municípios.

Apostar na qualificação dos recursos humanos, bem como reforço da prossecução das políticas sociais e ambientais, que promovam a qualidade de vida e o bem-estar dos cabo-verdianos, isto é, focando os três pilares de sustentabilidade (económico, social e ambiental);

Num momento em Cabo Verde, passa por uma fase crítica em termos económicos, sociais e ambientais, em que é invadido por uma economia de turismo com todas as suas consequências ambientais, poderá ser “*uma oportunidade excelente para os projectos sustentáveis tomarem o lugar que lhes é devido na procura de soluções que traduzam no equilíbrio das componentes ambientais, económicas e sociais*”(IDEM). Neste cenário, o conhecimento da realidade e da participação dos *stakeholders* em apoio às iniciativas e das comunidades locais, ocupa um lugar de destaque na busca de caminhos mais sustentáveis e protectora do ambiente.

Sabemos também, da nossa fragilidade económico, social e ambiental, por isso, devemos *“Aproveitar das várias crises energéticas e ambientais para alterar o nosso modo de pensar e agir, mudar os hábitos de consumo para produtos ambientalmente sustentável”* (PINTO, 2010:56), isto é, consumir certos produtos locais e de grande valor nutritivo que não são aproveitados.

Cabo Verde, terá que ser ambicioso nos seus propósitos, isto é, adoptar como uma das suas principais estratégias, tornar-se numa referência nos países insulares *“no desenvolvimento de projectos sustentáveis e de elevada notoriedade nas práticas de responsabilidade social”* (...), *“reconhecida na satisfação das necessidades e das expectativas ambientais da sociedade, numa óptica de sustentabilidade ambiental, social e económica”* (IDEM:74 e 118), o que só é possível contando com o esforço e colaboração de toda a sociedade, instituições públicas e privadas na promoção, integração e divulgação de seus projectos de desenvolvimento e boas práticas ambientais

Cabo Verde precisa de acções inovadoras, que poderão passar pela implementação de nova estratégias de gestão urbana, ao mesmo tempo dinamizar projectos de cooperação institucional e parcerias para criação de condições de vida urbana saudável e sustentável como forma de garantir a qualidade de vida e de paisagem; do cumprimento da legislação para prevenir os riscos e não para a resolução de problemas. Tudo isso, numa *“abordagem de sustentabilidade”* em concertação com as empresas de forma que estas não encaram a protecção ambiental como mero custo adicional.

A nível de água e saneamento, é preciso modernizar o sistema de forma que não ponha em risco a saúde dos trabalhadores nem os seus direitos laborais, isto é dotar, os municípios de meios seguros de tratamento e transporte de resíduos. Por exemplo meios de separação de lixos perigosos de lixos normais (*domésticos, industriais e hospitalares*) incluindo a sua caracterização como forma de preservar a saúde dos trabalhadores e dos que *“catam”* na lixeira; instrumentos de reciclagem como forma de diminuir a pressão dos lixos nos centros urbanos e nas lixeiras municipais, não só, também para diminuir o peso das importações como sacos, papel e mesmo para criação de postos de trabalho; encerramento das lixeiras sem qualidades e sem controlo com recurso a um sistema de fiscalização esclarecedor e eficiente; *“melhorar o sistema de tratamento e recolha e introduzir sistemas modernos de tratamento de resíduos sólidos com base no Plano Nacional de saneamento; Socializar e generalizar o uso de*

águas residuais com o tratamento de efluentes domésticos e industriais e o uso de águas tratadas com benefícios económicos, sociais e ambientais; promover a reutilização de águas residuais na criação de zonas verdes”⁸⁰. Com estas medidas pode-se melhorar a qualidade e quantidade de água nos municípios e melhorar a produtividade nos sectores que dela dependem (agricultura, pecuária, construção civil, indústria) e criação de áreas verdes urbanas.

Adoptar uma verdadeira política de solo com base na construção de infra-estruturas de conservação de solo e águas pluviais (Diques, Barragens) mesmo com os seus riscos, sabendo que há anos que não chove; A dessalinização da água do mar é um processo que dá maior garantia mas tem custos elevados, já que funciona na base de energia; criar também uma comissão de água em todos os municípios que funciona como “radar”, alertando e propondo medidas de racionalização do líquido de acordo com as reservas existentes;

Quanto à energia, propõe-se a liberalização da produção energética com uma forte aposta nas renováveis como forma de flexibilizar o mercado e abrir a *ELECTRA* a participação privada; apostar na renovação, automação e boa gestão das redes de distribuição, melhorar a sua eficiência e segurança bem como a qualidade de energia oferecido ao utilizador final, tudo, em articulação com o ambiente através de práticas de desenvolvimento sustentáveis que traduz na diminuição de perdas nas redes com impacto nos custos e na qualidade de serviço.

Desenvolver um esforço concertado entre as autoridades centrais, locais, ONGs e sociedade para conservação e preservação de florestas “*um recurso natural renovável que desempenha um papel fundamental na recomposição da natureza, no combate à desertificação e na preservação da biodiversidade*”(A.S, 2010:74); continuar a arborização do país, mas, substituindo certas espécies como as acácias e promover uma nova geração de plantação que promove a integridade dos ecossistemas e os altos valores de conservação, que corrige os erros do passado e contribui para o crescimento económico e para o benefício da sociedade; alargar a cobertura das áreas protegidas no país e dar uma atenção especial à conservação da orla marítima e recursos marinhos; promover a reconstrução das Praias e protecção da biodiversidade (animais, vegetais...) dos fundos marinhos e das espécies em perigo como a tartaruga.

⁸⁰ - V. Plataforma Eleitoral 2011 (PAICV)

Não é difícil uma mobilização em favor das florestas sabendo que “*com menos florestas haverá mais cheias, mais emissão de carbono e todas as actividades económicas e sociais associadas, incluindo um elevado número de postos de trabalho, estarão em risco, além de ter um papel importante como barreira no combate à desertificação*” (IDEM). Tudo isso passa por uma política de Educação ajustada à sociedade que permite, aumentar o conhecimento em matéria de valorização e sustentabilidade dos recursos naturais.

Uma política que passa pela motivação dos investigadores, com implementação de prémios às universidades ou Institutos para o melhor trabalho de investigação em matéria de ambiente, sustentabilidade ou biodiversidade.

Disponibilização de um serviço de aconselhamento técnico aos produtores florestais com vista à identificação de oportunidades para adopção de melhores práticas de gestão e manutenção e renovação das florestas.

No Ensino Secundário, *sensibilizar os adolescentes, promovendo verdadeiras mudanças de comportamento - Tornando-os cada vez mais conscientes para a questão da protecção ambiental. Criar programa de ambiente nas escolas, absorvendo propostas dos alunos para que possam propor, debater e escolher projectos; Habitua-los a participar nas mini-conferências, na realização de inquérito aos hábitos de consumo de água e energia e tratamento do lixo, saneamento nas escolas, criar pequenas bibliotecas de ambiente e “site” de publicidade, onde também são disponibilizados documentos de apoio com informação sobre a temática e ferramentas de trabalho específicos para as questões ambientais (alterações climáticas, poupança das energias, águas...).* Realizar ateliês sobre reciclagem de lixo, campanhas de limpeza e plantação de árvores, troca de experiência entre as escolas etc. Trata-se de um trabalho que deve ser feito nas escolas e nas comunidades como forma de preparar as populações para casos de flagelo ditados pelas alterações climáticas (chuvas torrenciais, tremores de terra, secas etc.); desenvolver actividades nas ruas e junto das famílias e até simular “*multas*” para alertar as boas práticas ambientais.

Com o apoio da comunicação social, os trabalhos devem ser conhecidos não só a toda a comunidade escolar, mas também a toda a sociedade. O resultado final deve ser publicitado em painéis das escolas, nos “*sites*” disponíveis, nos jornais e o melhor deve ser premiado. Neste caso cada aluno é tido como um agente de divulgação dos trabalhos em prol do ambiente realizado nas escolas, junto da sua família, dos seus vizinhos e dos seus amigos.

A tabela a seguir é representativa dos principais elementos de análise comparativa e soluções.

Tabela:6 - Tabela Comparativa

Factor	Constrangimento		Soluções
	PRAIA	PSSM	
Dimensão	O maior Concelho do País, superfície 258,1 km ²	Um dos mais pequenos, sup. 30km ²	
População	Em Constante Crescimento (4,8%), 132.317; 58 bairros	Em diminuição(-0,6%), 10310 habitantes, com 18 Povoados	Criação de meios e incentivos de fixação.
Água/energia	Muita dificuldade: Insuficiente e de baixa qualidade.	IDEM	-Dessalinização, - reaproveitamento das águas residuais e pluviais; energias alternativas (solar, eólica e térmica), construção de infra-estruturas de captação e reserva de água.
Habitação	Elevado défice habitacional/ qualitativo/ quantitativo; Bairros ilegais impulsionado pelo êxodo rural.	Habitações s/ conforto -Não existe construções clandestinas.	.Apoio á construção e requalificação das moradias.
Saneamento Básico	Lixo, águas residuais, poluição, ruídos, insuficiência de meios de evacuação	Hábitos de zonas rurais	Doptar os municípios de meios de tratamento e evacuação dos resíduos
Comport/público	Pouca colaboração	Hábitos dos meios rurais	Sensibilização da população
Paisagem	Espaços urbanos desqualificado; construções clandestinas.	Paisagem da natureza	-Sensibilização da população -Manutenção e recuperação das paisagens naturais.

Fonte: Autor, Maio 2011

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecemos agora as nossas considerações finais, apesar de ter apresentado várias conclusões parciais ao longo da dissertação. O objectivo é harmonizar as ideias desenvolvidas e encontrar uma visão conjunta sobre a temática que possa servir de base para novas abordagens futuras.

Este trabalho é mais um contributo no processo de integração global e regional de Cabo Verde na defesa e preservação do ambiente. Abre um caminho novo de investigação, numa área nova que pode abrir outras opções, solicitando a tomada de novas decisões.

Pode-se observar, nos conteúdos desta dissertação e fundamentados em literaturas e autores que ajudam a compreender o processo de degradação de ambiente e a importância de se reflectir sobre a necessidade de um relacionamento harmonioso entre o homem e a natureza, sendo assim um desafio para a sobrevivência do Planeta.

Pela sua natureza, fomos obrigados a viajar pelo tempo, (cap.I), para fazer um apanhado histórico desde as 1^{as} actuações do homem sobre a natureza, até à actualidade, sobre as principais acções do homem em busca do desenvolvimento e com repercussão negativa sobre o ambiente a nível Global e em Cabo Verde em particular. O mesmo capítulo abordou ainda as oportunidades que temos de colaborar com o ambiente através das nossas acções.

Nesta sequência, nota-se que, uma das lacunas deste trabalho centra-se na sua abrangência, possivelmente hoje, teríamos feito um estudo comparado entre os dois municípios apenas num sector concreto do ambiente como o é o caso do saneamento, da população, da agricultura ou mesmo de abastecimento da água.

Contudo, ficou demonstrada, a tese de que, os problemas ambientais como problemática global é amplamente aceite e há cada vez mais consciência de que “a terra enfrenta um dos maiores desafios da sua história – a ameaça das alterações climáticas introduzidas pelo homem, com consequências imprevisíveis para a humanidade”(RFCNCV, 2009:31).

Da análise da situação geográfica de Cabo Verde (Cap.II), e dos seus recursos disponíveis concluiu-se que o país é ambientalmente frágil e que não dispõe de meios que o permita combater as práticas nocivas ao ambiente, como extracção de inertes (responsável

pela salinização da água e dos solos), práticas agrícolas arcaicas, desflorestação entre outras. São práticas que respondem pela erosão dos solos, pela diminuição da capacidade de retenção nos aquíferos, pela carência de recursos hídricos no país e em consequência pela diminuição da produção e aumento da pobreza.

Nesta abordagem detectou-se ainda que a carência de água potável e a pobreza constituem fenómenos preocupantes, já que são tidas como fundamentos da degradação ambiental no país (*fig:9*). Esses fenómenos constituem causas fundamentais da falta de higiene e ameaça à saúde pública.

Conclui-se também, que a nível dos decisores políticos, o fenómeno ambiental tem sido prioritário nos discursos oficiais e mesmo com a criação de Instituições de defesa de ambiente e medidas legislativas importantes como a LBA (*Lei 86/IV/93*) e outras (*cap.III*), que define as bases da política de ambiente, e teve por fim, reestruturar e garantir a continuidade de utilização dos recursos, de forma racional, e tendo como pressuposto básico o desenvolvimento auto-sustentado. Determina ainda o estabelecimento de uma política de gestão de recursos naturais que salvguarde a estabilidade ecológica e os ecossistemas de produção, protecção ou de uso múltiplo e regule a problemática de distribuição da água e outras normas complementares. Como ficou claro ao longo do trabalho, ao contrário daquilo que se pode pensar, o problema ambiental em Cabo Verde, não está na ausência de normas, mas sim na sua deficiente aplicação e fiscalização (*Cap.III e V*). Mesmo assim há uma grande injustiça associada à degradação ambiental “as pessoas dos subúrbios mais pobres pagam mais caras pela sua água potável que as residentes no Platô”. Na mesma óptica abordou-se o problema da pobreza e do PNLP, considerado como excelente na redução da pobreza e em consequência contra degradação do ambiente, já que a pobreza é tida como uma das piores inimigas do ambiente. Iniciativa que só terá sucesso se houver uma sociedade actualizada, que conhece a importância da protecção de ambiente e com uma consciência de cidadania, respeitadora do ambiente e preocupada numa formação contínua e virada para o desenvolvimento.

O PNLP, terá que ter uma visão não “*assistencialista*”, isto é, de dar prioridades às famílias a um rendimento justo e uma vida condigna, com políticas de reforço das infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento, vias de acesso, electrificação rural, saúde etc. Concepção de “micro-crédito de produção, formação e comercialização, reforço da

capacidade empreendedora dos produtores agrícolas; da criação de empresas e de associações de produção; da formação/capacitação dos produtores”(RFCNCV,2009: 47). Um Programa que promove nas zonas rurais um turismo novo (ambientalmente correcto), ligado à natureza, à pesca que tira o máximo de proveito da riqueza da nossa cultura e contribua para melhoria da qualidade de vida rural; que estimula o surgimento de actividades competitivas em articulação com os processos de desenvolvimento de parques naturais e de valorização de recursos ambientais e conservação da natureza. São estratégias de combate á pobreza. Pressupõe-se que “*menos pobreza é em princípio uma condição necessária de melhorar a protecção de ambiente e propiciar a utilização racional de recursos naturais*”.

Apesar de algumas medidas correctas que fazem parte dos discursos oficiais, este estudo detectou também a necessidade de reforçar e capacitar as instituições políticas e Administrativas Locais na sua forma de lidar com os novos desafios ambientais decorrentes da crescente complexidade do desenvolvimento urbano, cada vez mais complicado. Esta ideia implica existência de instrumento de gestão municipal (*PDM, PDU etc.*), que orientam as opções relativas à planificação e gestão do espaço e propõe acções a serem implementadas para resolver os problemas ambientais. Como ficou confirmado os municípios só dispõe de alguns instrumentos de gestão, assim é difícil estabelecer ou propor estratégia de organização ou renovação do espaço urbano e de desenvolvimento rural que permita por exemplo uma correcta distribuição de água ou saneamento básico, espaços verdes, de lazeres etc.

No caso concreto de *PSSM e Praia (Cap.IVeV)*, existem fenómenos que ocorrem em sentido inverso é caso do aumento da população na Praia, que como Capital e centro de atracção económico/social recebe quantidades de viajantes e emigrantes dos vários cantos do país e da África Ocidental, colocando desafios enormes á autarquia e de difícil resolução (Habitação, fornecimento de água e energia, saneamento, educação, lazer, criminalidades e da própria paisagem urbana sabendo que as construções ilegais e clandestinas abundam em todos os bairros periféricos e muitas vezes desprotegidas e nos leitos das ribeiras). No sentido contrário *PSSM*, por ser um Concelho de base agrícola e com as secas frequentes, dá-se a perda do valor da terra e dos produtos locais e vê-se a braços com a saída dos seus recursos humanos em direcção a outras paragens inclusive à Praia. Trata-se de um desequilíbrio regional em termos de desenvolvimento, de meios de aplicação de políticas, e consequentemente de problemas ligados ao saneamento básico e ambiental.

O Concelho da Praia, com destaque para o meio urbano, ao contrário de *PSSM*, conheceu no período pós-independência, quase que uma explosão demográfica, dando origem a um crescimento desordenado, sem um verdadeiro plano urbanístico, o que está na base dos graves problemas de construção clandestina, acumulação de lixo, aumento de comércio ilegais, desorganização da urbe, falta de água e degradação da qualidade de vida.

Conclui-se ainda que, as políticas ambientais em Cabo Verde devem assentar-se nas questões como a conservação da biodiversidade, o combate à desertificação, aos efeitos das mudanças climáticas bem como apelo à participação da sociedade. Mas devem centrar-se com maior preocupação no saneamento básico em todos os seus domínios, designadamente abastecimento de água e energia às famílias, a questão das águas residuais, a drenagem das águas pluviais, a conservação das áreas protegidas, bem como a sensibilização ambiental.

No entanto, a partir da revisão bibliográfica e do trabalho de campo apercebe-se que no actual momento histórico, Cabo Verde apesar dos esforços plausíveis, não tem condições de atender a todos os seus problemas de ambiente, a não ser em estreita cooperação com a comunidade internacional. Por isso, propõe-se debates permanentes que por além de sensibilização devem ser apresentadas alternativas às actividades que degradam o ambiente e mais clareza na responsabilidade dos poderes públicos sobre a organização e administração da defesa de ambiente.

Com o término deste trabalho, ficaram renovadas as forças para melhorar este projecto, alargá-lo e centrá-lo no desenvolvimento de outros temas da mesma área, bem como a áreas diferentes já que está reconhecido que muito pode ser feito em prol de ambiente.

Uma coisa é certa, os problemas de ambiente só serão resolvidos com a tomada de consciência de que é o nosso lar que está em causa “o lar de todos nós” - o “Planeta”.

Em Cabo Verde é necessário apostar no ambiente, revendo a sua introdução no processo ensino aprendizagem, não só na comunidade escolar, mas na própria sociedade.

Bibliografia

OBRAS DE CARÁCTER GERAL:

AMADO, Miguel P.(2009), Planeamento Urbano e Sustentável, 3ª Edição, Caleidoscópio

AMARAL, Ilidio(2007), Santiago de Cabo Verde, A Terra e os Homens, Edição Gáfica de Coimbra LDA.

AMARAL, Ilidio(1999). *História Geral de Cabo Verde. Vol. I.* Direcção Geral do Património de Cabo Verde:

ANUÁRIO DE SUSTENTABILIDADE(2010), Caminhos Sustentáveis, A Sustentabilidade como horizonte num mundo em mudanças, bio ruma, Consultoria em Ambiente e Sustentabilidade LDA, Ed. Capitólio França.

ARTHUR, A. Ekirch (1963), Man and Nature in América, Edição Colombia.

ASCHER, François (2010), NOVOS PRINCIPIOS DO URBANISMO, Seguido de Novos Compromissos Urbanos, 2ª Edição.

BARRETO, Luis (1987), O Ambiente e a Economia, 2ª Edição. Ministério do Planeamento e da Administração do Território : Secretaria do Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais.

BARROS, D. (2009), Conservar o solo e a água - Um futuro para todos, Comunicação apresentada no dia Mundial da desertificação, Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pesca, Cidade da Praia

BRITO, Brígida (2008), Educação Ambiental de Áreas Protegidas em contexto Insular Africano (Texto Policopiado).

CARAPETO, Cristina(2004), Fundamentos da Ecologia, U.A, 1ª Edição.

CARDOSO, Manuela(2007), cabo Verde e S.Tomé e Príncipe, Educação e Infra-Estrutura como factores de desenvolvimento, Edições Afrontamento.

CARVALHO, Paulo(1987), Meio Ambiente e Políticas Públicas - a actuação da FEEMA no Controlo de Poluição industrial, UNICAMP.

EVANGELISTA, J. (1999). *Educação Ambiental: Uma Via de leitura e compreensão (Cadernos de Educação Ambiental; 3)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

FIGUEIREDO, Cândido(1996), Dicionário da Língua Portuguesa, 25ª Edição, Bertrand Editora, p:159.

FLORILLO, Pacheco(2005), Curso de Direito Ambiental Brasileiro, 6ª Ed. São Paulo: Saraiva.

GIDDENS, Antoyne (2010), *Sociologia*, 8ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GOMES, Carla(2010), Alterações Climáticas e Desenvolvimento Limpo, Cooperação entre Portugal e os PALOPs, Colecção Gulbenkian Ambiente, 1ª Edição.

História Geral de Cabo Verde, Vol.I, Instituto de Investigação científica Tropical-Direcção-Geral de Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa 1991.

LEVÊQUE, C.(2002), Ecologia – do Ecossistema à Biosfera, Col. Perspectivas Ecológicas, Instituto Piaget, Lisboa.

MACHADO, Affonso L.(2005), Direito Ambiental Brasileiro, 13ª Ed. São Paulo, Malheiros.

NOVA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL(2005-2009): Coordenação Tiago Souza d'atle, Manuel Gouveia Pereira, 1ª Edição, Publicação,(Lisboa): Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional(2009).

PEIXOTO, José(1985), Influência do Homem no Clima e no Ambiente, Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território.

PETER, H. Raven, LINDA, Berg & George Johnson(1993), Environment, publicação: Forth worth: sanders College publishing.

RIBEIRO, Orlando(1983), Ambiente e Tradição, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian/ Lisboa:53-62.

ROCHA, Mário & CUNHA, Vicente(2010), Dicionário de Direito Ambiental, 1ª Edição.

RODRIGUES, Valdemar(2008), Desenvolvimento Sustentável, Uma Introdução Crítica, 1ª Edição Principia.

SILVA, José A.(1994), Direito Ambiental Constitucional, São Paulo & Malheiros Editores Lda.

SIMONS, I.G.(1993), Environmental History, Editorial Teorema, LDA.

SINGER, Peter(1985), Um só Mundo, A ética da Globalização, Edição G´ravidia.

SOUSA, António R.(2008), De um Novo Conceito de Desenvolvimento no Quadro da Economia Internacional, Ed. Instituto de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

TUNDISI, J.G.(2003:248), Água no Seculo XXI: Enfrentando a escassez. São carlos:RiMa.

TRINDADE, Beatriz(1995), Sociologia, U.A.

VIEIRA, N.; **ALVES**, I. &**SUBTIL**, R.(2005), Instrumentos de Apoio à Gestão do Ambiente, 1º Volume, Universidade Aberta.

OBRAS DE CARÁCTER ESPECIFICO:

ALMEIDA, A.(2007), Educação Ambienta, a importância da dimensão ética.

BAPTISTA, I.(2008), Desertification at the Santiago Island, Ministério do Ambiente e Agricultura, Cidade da Praia.

BARRETO, P. (2010), Projecto de Sensibilização e Educação Ambiental na Área da Prevenção da Produção de Resíduos Urbanos, Mestrado na Universidade Aberta, Lisboa.

BORGES, A.(2007), Estado da Arte da Educação Ambiental em Cabo Verde,ICongresso da Educação Ambiental nos países Lusófonos e Galiza, Santiago de Compostela.

COSTA, M. (2008), O Ordenamento do Território e o Desenvolvimento do Turismo: O caso da Ilha de Santiago - Cabo Verde, Mestrado em Gestão do Território (UNL).

FERNANDES, J. (1983), *Manual de Educação Ambiental*. Lisboa: Secretaria de estado do Ambiente (Comissão Nacional de Ambiente - GEP).

GOMINHO, V. & **VIEIRA**, M. (2003), Impactes de Apanha e Extracção de Enertes em Cabo Verde (Texto Policopiado).

MASCARENHAS, J.(2007), A Problemática do Solo e da Água e do Ordenamento do Território em Santiago (Cabo Verde), Dissertação para obtenção do Grau de Mestrado em Gestão do território (UNL).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE: Agência Nacional das Águas. Comité para a Integração de Bacias Hidrográficas: Uma Estratégia para Educação Ambiental(CEIVAP). Convénio ANA/PMR/IMVAP nº003/02. CEIVAP:2003. Catálogo.

NASCIMENTO, J.(2009), Thèse de Doctorat présenté a L'U.F.R. de Lettres et Sciences Humaines). *La Crissance et le Système de Gestion et Planification de la Ville de Praia*(Rep. Cap.Vert). Université de Sciences Sociales et Humaines de Rouen-France.

NEVES, A., & MORAIS, L. (s.d.). Acividades Rurais e a Degradação ambiental. *Estudo do Caso, Associação para Auto Prmoção da Mulher*,(Texto Policopiado) .

PRAIA, C. M. (1998, 2ª Versão). *Esquema Estrutural do Plano Director Municipal*. Cabo Verde: Câmara Municipal da Praia.

ROCHA, C.(2006), relatório do Perfil temático nas áreas de desertificação/Degradação das terras em Cabo verde, Cidade da Praia.

SANTOS, S.A.M. & Ruffino, P.H.P. Proposta de Programa de Educação Ambiental. In: **SHIEL** et. Al. (orgs.) O estudo de bacias hidrográficas: uma estratégia para a Educação Ambiental. São Carlos RiMa(2002).

SEMEDO, J.M. (2002), "Lei de Bases da Política de Ambiente e Avaliação de Impacte Ambiental", Forum sobre a Problemática das Terras em Cabo Verde, Cidade da Praia.

SILVA, S.(2007), Biorremediação em Águas Residuais, Dissertação de Mestrado em Hidrologia, apresentado à Faculdade de Ciências de Universidade do Porto, para obtenção do Grau de Mestre. Departamento de Zoologia e Antropologia.

SILVA, J. (07 de Julho de 2004). GESTÃO Ambiental das Cidades. *O Caso do Bairro de Baptista de Campos, em Belém(PA)* , p. 1 a 3.

VEIGA, J. E.(2005) Desenvolvimento Sustentável: O Desafio de Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.

JORNAIS E REVISTAS:

AMIN, S.(2006) The Millennium Development Goals: A critique from South. Monthly Review, 57.

ANO EUROPEU DO COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL, Contributos Bibliográficos, REDTESS - Rede de Cooperação e Conhecimento na Área do Trabalho, Emprego e Solidariedade Social, Ed. Santa Casa, Lisboa, Setembro 2010.

ATLAS DO AMBIENTE DO "Le Monde Diplomatique"[Artigo]//Análise e Soluções.- Lisboa : Cooperativa Cultural, 2008. - Le Mone diplomatique SA.

BARBIER,E.B.(1987),The Concept of Sustainable Economic Development. Environmental Conservation, 14, p. 101-110.

COOPERAÇÃO 05 SÉRIE II - Que Futuro, depois de Copenhaga? Cooperação Portuguesa aposta Forte nas energias renováveis, CRAVINHO J.& ZORRINHO, R., 3ª Edição dos ODD "Os Dias de Desenvolvimento", 2010, Publicação do IPAD.

ECOLOGIZAÇÃO das Cidades e o Direito Ambiental, artigo originalmente publicado na revista Juridica, Campinas, v.18, nº 02.2002:94-107.

ENVIRONNEMENT(2010), Notre Avenir, Notre Choix, Sixième Programme d'Action communautaire pour l'Environnement2001-2010, Communication de la Commission.

INGRH, CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS: Política Nacional de Saneamento [Relatório]. - PRAIA : UNICEF, 2003.

LIMNOLOGIA e Gerenciamento integrado de recursos Hídricos: Avanços conceituais e metodológicos. In: Revista Ciência e Ambiente: Santa Maria: UFSM. v.1, n.1, jul. 1990.

MANSHARD, Walter(1973), Protection del medio Ambiente en Países en vias de desarrollo: Perspectivas Actuais y futuras. In. nueva sociedade, n.5:51-58.

MILARÉ, Edis, Direito do Ambiente, Doutrina-Prática-Jurisprudência-Glossário 2ª Ed. Revista actualizada e ampliada, Editora Revista dos Tribunais. São Paulo 2001.

RIBEIRO G. L. (1991) Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentável: Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento. Série de Antropologia. Brasília: Departamento de Antropologia/Unb.

REVISTA de Estudos urbanos e regionais, Sociedade e Território, nº29, Julho 1999, por uma Política de Cidades , Edições Afrontamento(AUTOR).

SILVA, J.(07 de Julho/2004), Gestão Ambiental das Cidades, o caso do Bairro Baptista de Campos, em Belém(PA):1 a 3.

PLANOS E RELATÓRIOS: (FONTES INSTITUCIONAIS)

AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) - Uma Agenda Estratégica, Assembleia Nacional: Chefia do Governo, Praia 2001.

ELECTRA, SA (2008), Relatórios e Contas. São Vicente: Electra.

G8 nº 00, JUL.10, OMUNDO EM PORTUGUÊS, Petróleo Africano “Um Recurso que Gera Desenvolvimento” P:15.

MINISTÈRE DE L`AGRICULTURE, de l`alimentation et de l`environnement, Secretariat Executif pour L`Environnement(SEPA), 1^{er} Rapport Nacional sur l`Etat de la Biodiversité 1999, (Texto Policopiado).

MINISTÈRIO DE ECONOMIA CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE, Plano estratégico Para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde(2010-1013).

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA, Direcção Geral de Ambiente, 2^a Relatório Sobre a BIOdiversidade de Cabo Verde 2002(Texto Policopiado).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCA, Direcção Geral de Ambiente, 4^o Relatório Sobre a Biodiversidade de Cabo Verde, 2009 (Texto Policopiado).

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND), 2002-2005, I^oVol. Praia: Ministério das Finanças, Direcção-Geral do Planeamento, 2003.

PNUD(2010). RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, *a Verdadeira riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*. IPAD (Edição do 20^o Aniversário).

ROCHA, C.(2006), Relatório do Perfil Temático nas áreas de Desertificação/Degradação das Terras em Cabo Verde, Cidade da Praia.

ROCHA, Charles &DUARTE(2003), Arlinda, Estratégia e Plano de Acção para o Desenvolvimento das capacidades na Gestão Ambiental Global em Cabo Verde(Texto Policopiado).

SANTOS M. Rocha(2009), FAO, Governo de Cabo Verde. Quadro das Demandas e Propostas de Cabo Verde para o Desenvolvimento de um Programa Regional de Cooperação entre Países da CPLP no Dominio da Luta Contra a Desertificação e Gestão Sustentável das Terras. TCP CPLP/FAO - MADRRM, orgs: Praia Cabo Verde:106.

SECRETARIADO EXECUTIVO PARA O AMBIENTE(1998), Programa de Acção Nacional de luta Contra a desertificação e de Mitigação dos Efeitos da Seca, Cidade da Praia.

SECRETARIADO EXECUTIVO PARA O AMBIENTE(2000), Livro Branco Sobre o Estado de Ambiente em Cabo Verde, Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente - Cidade da Praia.

UNCCD((1994), United Nations Convention to Combat desertification in those Countries experiencing serious drought and/or desertification, particularly in Àfrica, Interim Secretariat for the Convention to Combat Desertification, Geneve.

LEGISLAÇÃO:

CABO VERDE, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, 1992, Revista em 1999, 2010. Edição, Assembleia Nacional, Divisão de Documentação e Informação parlamentar, publicação, Boletim Oficial-Suplemento, I Série - Número 43 de 23 de Novembro de 1999, Praia2000.

Decretos-Lei nº 126/77 de 31 de Dezembro - Estabelece os limites do mar Territorial, das águas arquipelágicas e da zona Económica exclusiva do Estado de Cabo Verde.

Decreto-lei nº 104/80 de 20 de Dezembro - Proíbe a Extração de areia.

Portaria nº 13/81 de 7 de Março - Define o limite de margem das águas do mar para efeitos de extração das areias das Praias.

Lei nº41/III/84, de 18 de Junho - Aprova o código da água.

Lei nº17/87 de 18 de Março - Define os princípios Gerais da política de aproveitamento dos recursos haliêuticos.

Lei nº17/III/87 de 3 de Agosto - Ratifica a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do mar.

Lei nº41/III/88 - Aprova a Convenção relativa à criação duma Comissão Sub-regional das pescas entre Cabo Verde, Guiné-Bissau, Mauritânia e Senegal.

Decreto-Lei nº63/89, de 14 de Setembro - Estabelece as Bases da Legislação Relativa aos Animais e à Pecuária.

Lei nº 79/III/90 de 26 de Maio - Pertencem ao domínio Público do Estado e são declaradas reservas naturais a ilha de Santa Luzia e todos os ilhéus que integram o Arquipélago de Cabo Verde, Designadamente os ilhéus Branco, Raso, de Santa Maria, Seco ou Rombo, de Cima e

Ihéu Grande, de Curral Velho e Baluarte.

Decreto-Lei nº 65/90, de 18 de Agosto - Regula o exercício da pesca amadora e revoga o Decreto-Lei nº 518/73.

Lei nº 102/III/90, de 29 de Dezembro - Estabelece as Bases do Património Cultural.

Decreto-lei nº 49/91- Aprova o acordo Geral de cooperação entre Cabo verde e Portugal nos domínios do desenvolvimento marítimo, hidrografia, cartografia, segurança de navegação e Oceanografia. Aprova a adesão Cabo Verde ao Protocolo da Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos prejuízos devidos à Poluição por Hidrocarbonetos.

Decreto ei nº 7/96 - Aprova a adesão de Cabo Verde ao Protocolo de 1978 relativo à Convenção Internacional para a prevenção da poluição por navios.

Decreto-lei nº2/97 - Aprova a adesão de Cabo Verde a Convenção Internacional sobre a responsabilidade Civil pelos prejuízos devido à poluição por hidrocarbonetos de 1969. Convenção da OMI/IMO.

Decreto Legislativo nº 14/97, de 1 de Julho - Desenvolve as Bases da Política do Ambiente

Decreto-Lei nº 26/97, de 20 de Maio - Estabelece o regime de fiscalização fitossanitária; regula a importação, a comercialização e uso de produtos fitossanitários.

Decreto-Lei nº 69/97 - Proíbe a extracção de areia nas dunas, nas Praias e nas águas interiores.

Decreto-Regulamentar nº 18/97, de 22 de Setembro - Declara os sítios de Ponta Pau e Ponta Preta, localizados na orla Costeira da ilha do Maio como zona de Desenvolvimento Turístico Integrado

Lei nº 48/V/98, de 25 de Abril - Regula a actividade Florestal.

Decreto-Lei nº 22/98, de 25 de Maio - Aprova as normas mínimas relativas à elaboração e aprovação de projectos de construção, à insonorização e às condições de segurança dos estabelecimentos de funcionamento nocturno de diversão.

Decreto-Lei nº 65/98 - Declara a utilidade pública, com carácter muito urgente, da expropriação dos terrenos e edifícios existentes na área costeiro sudoeste do Concelho da Praia, declara como Zona de Desenvolvimento Turístico Integral.

Decreto Regulamentar nº 9/98 - Declara a Zona da Baía das Gatas, localizada na Costa Norte da ilha de S.Vicente, como Zona de Desenvolvimento Turístico Integral.

Decreto-Lei 2/2002, de 21 de Janeiro - Estabelece a proibição de extracção de areia nas dunas, nas praias, nas águas interiores e define normas disciplinares de tais actividades, quando elas sejam permitidas.

Decreto-Regulamentar nº7/2002, de 30 de Dezembro - Estabelece medidas de conservação e protecção das espécies

Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro - Estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que Merecem tratamento especial

Decreto-Lei nº 6/2003, de 31 de Março - Estabelece o regime de licenciamento e exploração de pedreiras.

Decreto-Lei nº 31/2003, de 1 de Setembro - Estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industrial e outros, e respectiva fiscalização, tendo em vista a protecção do meio ambiente e a saúde pública.

Lei nº 85/IV/93, de 16/Julho - Bases do Ordenamento do Território Nacional e o Planeamento Urbanístico.

Lei nº Lei nº 86/IV/93, 26 de Julho - Define as Bases da Política de Ambiente

Lei nº 134/IV/95, 03/Novembro - Aprova o Estatuto dos Municípios

Lei nº 137/IV/95, de 3 de Julho - Autorizando o Governo a legislar sobre alguns Crimes Contra o Ambiente e respectivas Penas.

Decreto-lei nº 5/95, de 6 de Fevereiro - Define a Composição, as competências e o funcionamento do Secretariado Executivo para o Ambiente.

Lei nº 63/VI/2005, de 9 de Maio de 2005 - Cria o Município de São Salvador do Mundo na Ilha de Santiago.

FONTES COMPUTORIZADOS:

ALMANAQUE Abril.CD-ROM 1999 - 6ª ed. www.mulheresnegras.org/ acesso: 25.05.011

AS PREVISÕES MALTHUSIANAS: www.cancaonova.com, acesso, 02.11.010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS DE CABO VERDE: www.anm/org.cv, acesso, 12.04.011.

BOAVIDA; JOSÉ M. PROBLEMAS DE QUALIDADE DA ÁGUA:Eutroficação e Poluição: www.ordembilogos.pt, acesso, 04.11.010.

CANOTILIO, José (1998), Introdução ao Direito do Ambiente, Universidade Aberta: www.univ-ab.pt.

CARBONO EFICIENTE: Problemas Ambientais transformados em energia limpa. www.carbonoeficiente.com/acesso: 21.05.011

COMISSÃO DAS TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS NO PROCESSO DE POPULAÇÃO, SAÚDE E PROGRAMA DO AMBIENTE:www.prb.org/,acesso,08.12. 010.

CONFERÊNCIA de ESTOCOLMO:www.agenda21local.com.br/, acesso, 19.10.010.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS de Combate à Desertificação, Projecto de Cooperação Técnica TCP-CPLP/FAO: www.fao.org/, acesso,29.11.010.

DIRECÇÃO GERAL DA AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA:www.dgasp.cv. acesso aos 15.05.011.

DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS FLORESTAIS:www.dgrf.min-agricultura.pt, último acesso 11.11.09.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TURISMO EM CABO VERDE(2009): Zondag 25 January: www.cabotur.bçogspot.com, acesso, 21.11.010.

EXPANSÃO DAS CIDADES- o Exemplo de Salvador/Baahia<http://www.meau.ufba.br/site/system/files/consequencias%20das%20transforma%C3%A7%C3%B5es%20ambientais.pdf>.

FRENTE ASSINA ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA: <http://www.dgabc.com.br/News5875617/frente-assna-acordo-de-cooperação-técnica.aspx>, 3º.03.011.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO, UMA AGENDA ESTRATÉGICA(2001):Disponível em:www.mininf.gov.cv/, acesso, 12.11.010.

HYPERLINK "<http://www.liberalonline.cv>, acesso, 23.02.011

HYPERLINK "<http://www.asemanaonline.cv> , 10.03.011

IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADE DE PAISAGEM: metodologia Aplicada a Portugal Continental:http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_17.pdf,acesso, 17.01.011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA DE CABO VERDE:www.ine.cv, acesso 15.04.011
Instituto Nacional de gestão dos Recursos Hídricos de Cabo Verde:www.ingrh.cv, acesso, 10.04.011.

JPN: Protocolo de Quioto: www.portal-energia.com, acesso: 21.10.010.

JPN: Jornalonline//:www.Translate.google.pt/, acesso, 21.10.010

KLAUS FREY(2000), Governança Electrónica: Experiência de Cidades Europeias e algumas lições para países em desenvolvimento: www.ip.pbh.gov.br/, acesso, 25.01.011.

LEI DE BASES DE AMBIENTE, Lei nº 11/87 de 07 de Abril://WWW.ionline.pt/42710-governo-reve-lei-bases-do-ambiente-e-lanca-nova-parceria-agua. acesso, 30.10.010.

MACAU: Empresas vão promover mais de 500 projectos de investimento no Fórum de Cooperação Ambiental: [htt://www.lusa.pt](http://www.lusa.pt), acesso: 07/05/011.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE, A Política Energética em Cabo Verde, http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&tast=view&id=778,acesso,09.01.011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA AMBIENTE EPESCA:www.maa.cv,acesso, 23. 05. 01

MINISTÉRIO DE AMBIENTE AGRICULTURA EPESCA(2004), PANAI(2004-2014), Praia: www.sia.cv,acesso, 21.06.010.

MUNICIPIO DE CABO VERDE:www.municipios.cv, acesso, 10.05.011.

OS DESAFIOS DA ÁGUA SUBTERRÂNEA NA ÁFRICA AUSTRAL: Disponível em: <http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/WorldWaterForum/WWF4/declarations/AlicanteDeclaration.doc>, NavigatingPeace • No. 2 • Abril 2008.

MDG NONITOR(2007) Perfil dos ODM em Cabo Verde. Disponível em: <http://www.mdgmonitor.org/factsheetsO.sfm?c=CPV&cd=132>, acesso em 18/05/011.

POPULATION REFERENCE BUREAU www.prb.org/, acesso, 10.12.010.

21º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL:
www.bvsde.org/27.04.011.

POPULAÇÃO PARA 2050-FNUAP:<http://www.panapress.com/>, acesso, 30/11/2005.

PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO/SAI/ Cabo Verde: www.sia.cv/, 04.06.010.

PROGRAMA DO GOVERNO VII Legislatura: www.mininf.gov.cv/: acesso, 25.05.011

RAÍZ&UTOPIA:Verão1977:Nº2, byAntónio J.Saraiva, Disponível em:www.librarything.com/work/415810/covers: acesso, 20.05.011.

RELATÓRIO PLANETA VIVO(2010), Biodiversidade, biocapacidade e desenvolvimento:
www.assets.panda.org/, acesso, 09.12.010.

REVISTA AUTOR: A Sustentabilidade Energética em Cabo Verde. Que Futuro? Virgilio Rodrigues Bandão Fev.2008:www.Revistaaautor.com, acesso:10.05.011.

SONDA, Valdemiro, História e Meio Ambiente: Questões para um debate actual e urgente, 08 de Agosto de 2010:www.unioeste.br/projectos/observatório/, acesso, 26.10.010.

TERRA LIVRE, nº 20, "Mudanças Climáticas: Repercussões Globais e Locais":
www.terralivreacoeres.blogspot.com/, acesso 27.05.011.

TERRA LIVRE, Justiça e hipocrisia Verissimo Borges, 25 de Maio de 2011:
www.terralivreacoeres.blogspot.com/.

THE MILENNIUM DEVELOPMENT GOAL(MDG) United Nations http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/MDG_Report_2009_ENG.pdf, acesso, 22.05.011.

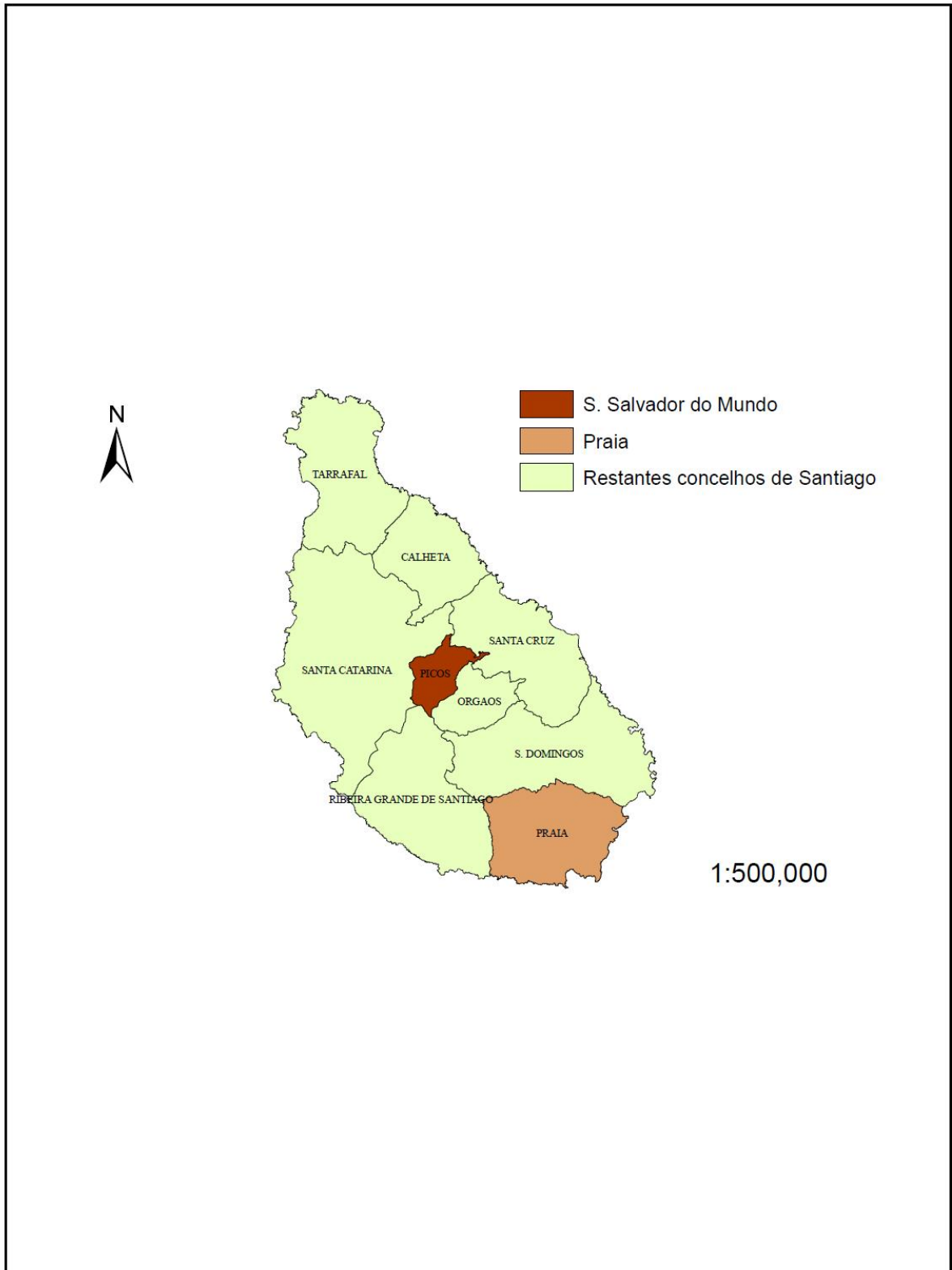
VILLES en devenir(2010), *La Coopérationentreles villes*: 76,79: Disponível em:www.isted.com/villesenavenir, acesso: 15.05..011.

YOUNG REPORTERS, For The Environment, os Problemas Ambientais já Existem Desde os Tempos mais Remotos: Disponível em:

WORKING Paper 1/98, Análise do Protocolo de Quioto, Julho/1999, acesso, www.unige.ch/ses/resop/PUBLICATIONS/wp98-1.pdf, acesso, 31.10.010.

ANEXOS	
ANEXO I	Mapa da Ilha de Santiago
ANEXO II	Principais dispositivos legais da preservação da biodiversidade do período antes da independência.
ANEXO III	Convenções e Acordos Internacional Ratificados por Cabo Verde
ANEXO IV	Quadro Institucionais
ANEXO V	Principais Instrumentos Jurídicos
ANEXO VI	Entrevistas

ANEXO I



ANEXO II.

Relação dos principais dispositivos legais do ponto de vista da preservação da biodiversidade, no período antes da independência de Cabo Verde.

Dispositifs lègaux	Objectifs
-Règlement n° 196, du 23 Juillet 1879 -Décret n° 50 du 6 Fev. 1880 -Décret du 21 juin 1919; -Diplome Legislatif n° 3 du 5 Janvier , abrogé par le Diplome Legislatif n° 10/72 -Diplome Legislatif n° 10/72, abrogé par le - Decret n° 97/87 du 5 Septembre; -Décret n° 518/73 -Décret Loi n° 495/73 du 6 Octobre; Decret n° 19/, du 29 Janvier	-Règlement de la pêche dès coraux; -Règlementation de la pêche d`éponge; -Reglementation de la pecha dès crustacés et de langoustes; -Règlementation de l`exercice de la pêche sportif dans les provinces d`outre mer; -Protection contre la polution dès eaux, dès plages et dès rivages; -Commission du Domaine Publique Marin

Fontes: 2º Relatório Nacional Sobre a Biodiversidade em Cabo Verde (Adaptado).

ANEXO III.

CONVENÇÕES E ACORDOS INTERNACIONAIS

Instrumento Jurídico	Objecto	Local/Data	Assinatura/Aprovação	Ratificação
Convenção das NU	Luta Contra a Desertificação	Paris, 17 de Junho de 1994	Assembleia Nacional nº 98/IV/95, de 8 de Março	8 de Março de 1995
Convenção-Quadro	Mudança climática	Nova York, 9 de Maio de 1992	Assembleia Nacional: Resolução nº72/IV/94, de 20 de Outubro	29 de Março de 1995
Convenção	Diversidade Biológica	Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1992	Assembleia Nacional: Resolução nº 73/IV/94, de 20 de Outubro	29 de Março de 1995
Convenção de Viena	Protecção da camada de Ozono	Viena, 22 de Março de 1985	Conselho de Ministros: Decreto-Lei nº 6/97, de 31 de Março	6 de Junho de 2001
Protocolo de Montreal	Relativo às substancias que empobrecem a camada de ozono	Montreal, 16 de Setembro de 1987	Conselho de Ministros: D.L. nº5/97, de 3 de Março	6 de Julho de 2001
Convenção da NU	Sobre o Direito do Mar	Jamaica 1982	Assembleia Nacional: Lei nº 17/III/87, de 3 de Agosto	3 de Agosto de 1987
Protocolo	Prevenção da Poluição por navios	Londres? 1973	D.L nº7/93, de 10 de Dezembro	10/Dezembro de 1993
Convenção	Delimitação das condições de acesso e de exploração dos recursos haliêuticos ao largo das costas dos Estados membros da Comissão Sub-Regional das pescas	1993	Assembleia Nacional: Resolução nº 38/V/96, de 30 Dezembro	
Tratado	Delimitação de fronteira marítima entre Cabo Verde e		Assembleia Nacional: Resolução nº 29/IV/93,	16 de Julho de 1993

	Senegal		de 16 de Julho	
Convenção Internacional	Responsabilidade Civil pelos prejuízos devidos à poluição por hidrocarbonetos		Conselho de Ministros: D.L. nº 2/97, de 10 de Fev.	

Fonte: Legislação, regulamentação e instrumento de fiscalização no sector ambiental, 2003:52

ANEXO IV.

Quadro Institucional

Instrumento Jurídico	Objecto	Estrutura/Actividade	Atribuições/Competências
D.L.nº 30/2002, de 30 de Dezembro	Aprova a Nova orgânica do Governo	Governo: Conselho de Ministros; Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos; Articulação e coordenação entre os Ministérios implicados na questão ambiental	Condução da política global no domínio de ambiente, qualidade de vida e do ordenamento do Território, bem como a coordenação das políticas regional de ordenamento do território e desenvolvimento económico e social e ainda a adopção das medidas adequadas à aplicação dos instrumentos previstos na <i>LBA</i> ⁸¹
D.L. nº 8/2002, de 25 de Fevereiro ⁸²	Aprova o diploma Orgânico do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas.	Ministério do Ambiente	Promover coordenar e apoiar e participar na execução da Política Nacional do ambiente e qualidade de vida em estreita articulação com os diferentes serviços da Administração Central e Local. Promover e coordenar a elaboração do Plano nacional da Política do Ambiente outros Planos Sectoriais, etc.
D.L nº 5/95, de 6 de Fev. ⁸³	Define a composição, as competências e o Funcionamento do	Direcção Geral de Ambiente ⁸⁴	Concepção, execução e coordenação das políticas no domínio do ambiente, incluindo a fiscalização e o

⁸¹ -De notar que na actual orgânica do Governo consta um Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, o qual abrange o ambiente e o ordenamento do território.

⁸² -Deve ser interpretada de acordo com o D.L. nº 30/2002, de 30 de Dezembro, que aprova a nova orgânica do Governo.

⁸³ -Este diploma aplica-se, com as necessárias adaptações, à Direcção Geral do Ambiente, até à aprovação do novo diploma orgânico desta estrutura governamental.

⁸⁴ -A sucessora Natural e Legal do secretariado Executivo para o Ambiente (SEPA), entretanto, extinto em 2002.

	Secretariado Executivo para o Ambiente.		cumprimento das leis, emitir a certificação ambiental, identificar as fontes poluidoras, realizar auditorias e avaliar os estudos de impacto ambiental. ⁸⁵
Lei nº41/II784, de 18 de Junho	Aprova o código da água	Conselho Nacional de águas	O Conselho Nacional de Águas (CNAG), um órgão interministerial, onde tem assento representantes de todos os serviços que desempenham funções no domínio da água.
Lei nº 134/IV/95, de 3 de Novembro	Aprova o Estatuto dos Municípios	Municípios: Câmara Municipal-Pelouro de Ambiente e Saneamento ⁸⁶	Promoção de medidas, acções e programas de protecção e conservação da natureza, arborização, reflorestação criação de espaços verdes, conservação do património paisagístico e urbanístico municipal; medidas de protecção de recursos hídricos e de conservação do solo e da água...medidas de formação e educação ambiental, saneamento básico, salubridade etc. ⁸⁷
D.L.nº 67/97, de 3 de Novembro	Aprova o Estatuto do Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas (INDP)	INDP	Órgão de suporte técnico-científico da gestão dos recursos haliêuticos e da promoção do desenvolvimento integrado do sector das pescas.
D.L.nº101/85, de 7 de Setembro	Cria o Instituto Nacional de Investigação e	INIDA	

⁸⁵ -A necessidade de adequação dos meios às suas muitas responsabilidades deve ser tida como uma propriedade.

⁸⁶ -A designação varia de Município para Município

⁸⁷ -Estabelece o artº38 da LBA que “cada Município criará uma Comissão Especializada na área do Direito de Ambiente, a qual coadjuvará os órgãos municipais...”

	Desenvolvimento Agrário(INIDA)		
D.L. nº14/97, de 22 de Setembro	Define a orgânica da Guarda Costeira. ⁸⁸	Guarda Costeira: Unidades Aéreas e Unidades Marítimas.	Patrulhar as águas e o espaço aéreo sob jurisdição nacional, incluindo a ZEE; prevenir, prevenir, combater e controlar a poluição do meio marítimo, em colaboração com as demais autoridades.

⁸⁸ -A Guarda Costeira tem uma importância transcendente na fiscalização da poluição das nossas águas e da pesca ilegal. O seu papel deve ser tido em conta na montagem de um futuro de fiscalização ambiental.

ANEXO V

Principais Instrumentos jurídicos

Instrumento Jurídico	Objecto	Matéria regulamentada
CRCV, Revista 1999/2010 Artº 7º, 73º e 91º	Direito de Ambiente	Define o Direito do Cidadão a um ambiente sadio.
Lei nº 85/IV/93, de 16 de Julho		
Lei nº 86/IV/93, de 26 de Julho	Define as bases da Política do Ambiente	Criação de um organismo de promoção da qualidade de ambiente (artº39º); Estatuto das ONGA (artº40º); fixação da indemnização especial por danos causados ao ambiente (artº42º); Combate à poluição hídrica (artº10) etc.
Decreto-Lei nº 14/97, de 1 de Junho	Desenvolve as Bases da Política do Ambiente	Regula as normas de salvaguarda da saúde, higiene e segurança dos trabalhadores; Normas que regulam a construção, instalação e funcionamento das infra-estruturas destinadas à remoção e tratamento dos RSU.
Decreto-Lei nº 48/IV/98, de 6 de Abril	Regula a actividade Florestal	Cria o Plano Florestal Nacional e; ⁸⁹ Regula os cortes de árvores e suas taxas e delimita áreas de caça.
Lei nº 137/IV/95 de 3 de Julho	Autoriza o Governo a legislar sobre alguns crimes Contra o Ambiente e as Respectivas Penas	Não foi aprovada a legislação correspondente

⁸⁹ -Juntamente com o Plano de Gestão constituem os chamados Instrumentos de Intervenção - artº 8º.

Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho	Aprova o Estatuto dos Municípios	Cria pelouro do Ambiente e Saneamento. ⁹⁰
Decreto-Lei nº2/2002, de 26 de Maio	Define algumas zonas como reservas naturais	Declara a ilha de Santa Luzia e todos os ilhéus como reserva natural
Decreto-Lei nº3/2003, de 24 de Fevereiro	Estabelece o regime jurídico dos espaços naturais.	Cria um organismo de administração e gestão da Rede Nacional de áreas Protegidas
Decreto-Lei nº6/2003,		
Decreto-Lei nº29/2006		
Decreto-Lei nº 5/2003, de 31 de Março	Define o sistema Nacional de Protecção do ar	Fixa listas de instalações sujeitas a licença; Características e utilização dos motores de combustão;
Lei nº 41/II/84 de 18 de Junho	Aprova o Código da água	Estabelece mecanismos de conservação, optimização e aproveitamento das águas de superfície e subterrâneas; Contencioso hídrico; situação de crise hídrica etc.

⁹⁰ -Designação que varia de Município para Município.

ANEXO VI.

Entrevista

Entidade: _____

Nível de escolaridade/área de formação e função/ _____

Local _____

Em cumprimento de um projecto de dissertação de mestrado, escolhemos a realização da presente entrevista cujo único objectivo é recolher dados sobre os *Problemas ambientais a nível nacional* e particularmente nos Municípios da Praia e de São salvador do Mundo, que depois serão tratados e analisadas, a fim de compreender a percepção que se tem sobre o assunto.

As informações fornecidas serão apenas alvo de um tratamento científico, pelo que pedimos a sua colaboração.

Presidentes das Câmaras/Vereador do saneamento/Director de saneamento.

- 1-A Câmara dispõe dos Planos urbanísticos: PDM, PD, PAM, PDU?
- 2-Existe alguma relação entre o Planeamento Municipal e os problemas ambientais?
 - 1-Como vê a questão dos poderes das Autarquias a nível do Ambiente?
 - 2- Quais os problemas mais preocupantes a nível do saneamento no seu município?
 - 3- Como avalia o comportamento das populações na preservação do ambiente?
 - 4-Até que ponto a introdução nas escolas de uma disciplina de educação ambiental poderá facilitar a tarefa do saneamento?
- 5- Que projectos tem a Autarquia para minimizar os problemas existentes?

Entrevista

Entidade: _____

Nível de escolaridade/área de formação e função/ _____

Local _____

Em cumprimento de um projecto de dissertação de mestrado, escolhemos a realização da presente entrevista cujo único objectivo é recolher dados sobre os *Problemas ambientais a nível nacional* e particularmente nos Municípios da Praia e de São salvador do Mundo, que depois serão tratados e analisadas, a fim de compreender a percepção que se tem sobre o assunto.

As informações fornecidas serão apenas alvo de um tratamento científico, pelo que pedimos a sua colaboração.

DGA (Direcção Geral do Ambiente)

1- Qual é a sua percepção sobre o estado de Ambiente em Cabo Verde?

2- A Direcção Geral do Ambiente tem trabalhado em concertação com as autarquias locais na preservação do Ambiente?

3- Em termos da aplicação das normas e da fiscalização, qual é a sua avaliação?

4- Quais as principais dificuldades porque passa a DGA no cumprimento de suas missões?

5- Não acha que há uma ambiguidade/indefinição de competências na problemática de extracção de inertes?

6- Qual a sua Opinião sobre as Legislações?

Entrevista

Entidade: _____

Nível de escolaridade/área de formação e função/ _____

Local _____

Em cumprimento de um projecto de dissertação de mestrado, escolhemos a realização da presente entrevista cujo único objectivo é recolher dados sobre os *Problemas ambientais a nível nacional* e particularmente nos Municípios da Praia e de São salvador do Mundo, que depois serão tratados e analisadas, a fim de compreender a percepção que se tem sobre o assunto.
As informações fornecidas serão apenas alvo de um tratamento científico, pelo que pedimos a sua colaboração.

Direcção Geral de Agricultura Silvicultura e pesca

1- Acha que o Governo tem uma politica acertada para valorizar os recursos Naturais?

2- Que politicas existem para a que possa interferir de forma positiva ou negativa no ambiente? E da água?

3. Como é que a agricultura pode ser um factor de conservação e ou degradação do ambiente?

Entrevista

Entidade: _____

Nível de escolaridade/área de formação e função/ _____

Local _____

Em cumprimento de um projecto de dissertação de mestrado, escolhemos a realização da presente entrevista cujo único objectivo é recolher dados sobre os ***Problemas ambientais a nível nacional*** e particularmente nos Municípios da Praia e de São salvador do Mundo, que depois serão tratados e analisadas, a fim de compreender a percepção que se tem sobre o assunto.

As informações fornecidas serão apenas alvo de um tratamento científico, pelo que pedimos a sua colaboração.

Director do parque Natural de Serra Malagueta

1-Existe alguma política estruturante para a criação e manutenção de áreas protegidas?

2-Qual o grau de simpatias das populações das redondezas com relação às zonas protegidas?

Questionário aos alunos

Sexo: ____ Ano de Escolaridade

M ____ Residência _____

F ____

Ao fazer este trabalho sobre os Problemas Ambientais em Cabo Verde, pensei em vocês. Acho que podem me ajudar respondendo a este questionário.

Como podem observar as respostas são anónimas, porque só quero saber a vossa sensibilidade. Não há respostas certas ou erradas, por isso é importante responder a todas as questões.

1- Achas que a problemática do lixo deve fazer parte do teu estudo? Sim ____ Não ____
Porquê?

2- Na tua ideia, o desenvolvimento económico de um país tem alguma relação com o lixo?

3- As cascas e restos de vegetais devem ir para os contentores porque não servem para mais nada. Sim? ____ Não? ____

4- Costuma ouvir falar de :

- Eco - ponto. Sim ____ Não ____
- Alterações climáticas. Sim ____ Não ____
- (GEE) Gases de Efeito Estufa. Sim ____ Não ____

5- Coloca um “V” para as afirmações Verdadeiras e um “F” para as Falsas.

- Os resíduos hospitalares são lançados ao mar. _____
- Os resíduos hospitalares vão para os contentores normais. _____
- Os resíduos hospitalares são tratados em locais especiais para serem reciclados ou destruídos. _____
- O papel reciclado é um bom papel _____

- O papel reciclado é um papel estragado_____

6- As três palavrinhas mágicas amigas do ambiente são conhecidas por **3Rs**. Completa o esquema a seguir:

